



1150069514



FE

T/UNICAMP Sa21e

ANA MARIA SAID

**A ESTRATÉGIA E O CONCEITO DE DEMOCRACIA
EM GRAMSCI E O PCB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
2006**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

A estratégia e o conceito de democracia em GRAMSCI e o PCB

Autora: Ana Maria Said

Orientadora: Profa. Dra. Patrizia Piozzi

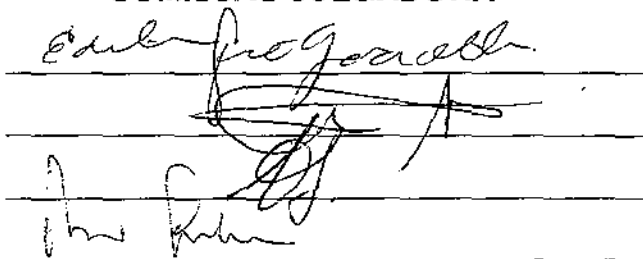
Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida
por **Ana Maria Said** e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 06/04/2006



Orientadora

COMISSÃO JULGADORA



2006

© by Ana Maria Said, 2006.

UNIDADE FE
CHAMADA EDUCACAMP
Sa21e
EX
OMBO BC/ 69514
ROC. 16.123.06
C ☐ D ☒
REÇO 11.09
DATA 2/08/06

Bib. 383779

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Said, Ana Maria.
Sa21e A estratégia e o conceito de democracia em Gramsci e o PCB / Ana
Maria Said. -- Campinas, SP: [s.n.], 2006.

Orientador : Patrícia Piozzi
Tese (doutorado) -- Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Educação.

1. Gramsci, Antonio, 1893-1937. 2. Estratégia. 3. Democracia. 4. Política.
5. Partidos Políticos. 6. Educação. I. Piozzi, Patrícia. II. Estadual de
Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

06-092-BFE

Keywords : Gramsci, Antônio, 1893-1937; Strategy; Democracy; Politics; Political parties; Education

Área de concentração : Educação, Sociedade e Cultura

Titulação : Doutora em Educação

Banca examinadora : Profa. Dra. Patrícia Piozzi

Prof. Dr. Dermeval Saviani

Prof. Dr. Pedro Laudinor Goergen

Prof. Dr. Edilson José Gracioli

Prof. Dr. José Castilho Marques Neto

Data da defesa: 06/04/2006

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Patrizia Piozzi, minha orientadora e amiga, pela leitura atenta, pelo rigor, por tudo que aprendi com a mestra, o que me permitiu, finalmente, terminar essa tese.

Ao Prof. Dr. Geraldo Di Giovanni, que me viabilizou retomar o doutorado, me incentivando e possibilitando novas perspectivas.

Ao Prof. Dr. João Carlos Quartim de Moraes, que me seguiu por um período.

Ao Prof. Dr. Giuseppe Vacca, meu orientador no Instituto Gramsci, e a todos os funcionários desse Instituto, que me facilitaram a pesquisa em Roma.

Ao Prof. Dr. Dermeval Saviani e ao Prof. Dr. Pedro Goergen, pelas sugestões na qualificação, fundamentais para que eu finalizasse o trabalho. Também pelas aulas na pós-graduação, que me ensinaram o caminho acadêmico e a preocupação com o rigor metodológico.

Agradeço ao Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia e à Capes (inclusive pela bolsa sanduíche na Itália), que me possibilitaram o aprofundamento na pesquisa e o doutorado.

Ao Prof. Dr. Marcos Del Roio e ao Prof. Dr. Paulo R. R. Cunha pela leitura, sugestões, informações preciosas que me ajudaram muito na análise e elaboração do texto.

Ao Prof. Dr. Marcos Senêda, Prof. Dr. Alexandre Guimarães Tadeu de Soares e Prof. Dr. Simeão Donizeti Sass, que me deram suporte material e emocional para o trabalho.

Ao Prof. Dr. Bento Itamar Borges pelas correções.

À Sandra Mara Bertolucci e ao Ciro Amaro Fernandes Nascimento, que me “suportaram” em todos os sentidos do termo. Sem a ajuda do Ciro, eu não teria conseguido.

A todos os meus amigos queridos que me incentivaram, ajudaram, estimularam, criticaram, ajudaram com o texto, com o computador, minha maior dificuldade. Principalmente à Adriana, à Ana Lúcia, à Beth, à Betina, à Bianca, à Clea, à Elise, ao Gutemberg, à Ilce, ao Paulo, à Socorro, ao Vilar, ao Victor, entre outros, que tiveram um envolvimento mais direto com o trabalho e com a minha vida.

Aos amigos italianos que cuidaram de mim e me fizeram sentir-me em casa, auxiliando em todas as dificuldades: Alessandra, Marcos e Paulo.

Ao Prof. Dr. Althen Teixeira Filho, pelo apoio incondicional e pela amizade.

Ao Dr. Eduardo Costa, pela competência profissional e pela humanidade.

Também agradeço ao Prof. Dr. Arquimedes D. Ciloni, pela amizade, pelo apoio e incentivo.

Non c'è nella storia, nella vita sociale, niente di fisso, di irrigidito, di definitivo. E non ci sarà mai. Nuove verità accrescono il patrimonio della sapienza, nuovi bisogni, sempre superiore, vengono suscitati dalle condizioni nuove di vita, nuove curiosità intellettuali e morali pungono lo spirito...(Gramsci, *La Città Futura*, 1982, p.671-672)

RESUMO

Pretendemos nesse trabalho resgatar a atualidade e o marxismo de Antonio Gramsci, a coerência de análise, mesmo nos fragmentos dos seus “Cadernos”, a constância dos temas retomados em um contexto unitário profundo. Pode faltar em seus textos a forma sistemática, mas não o fio condutor das análises empreendidas. Suas análises sobre o processo histórico não perdem nunca a perspectiva da efetiva conquista da liberdade, contra qualquer mistificação do socialismo, criticado por ele como economismo, determinismo cego e mecânico, retornando à concepção crítica de Antonio Labriola sobre o positivismo marxista. Sua preocupação é com a vida real de um povo, seu humanismo tem a perspectiva da classe operária, seu método é o de Marx na *Contribuição para a crítica da economia política*: “o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade”, isto é, a “análise concreta” de “situações concretas”, o apropriar-se do conteúdo concreto, transformando-o em pensamento.

Uma parcela da chamada esquerda brasileira é influenciada por esta interpretação de Gramsci utilizando-se de suas categorias para interpretar a realidade brasileira, conceitos esses que sofreram interpretações diversas, desviando-se muitas vezes da formulação gramsciana.

Carlos Nelson Coutinho é o principal divulgador e tradutor das obras gramscianas em nosso país. Havia também um grupo de *renovadores* no PCB, os chamados *gramscistas*, no início da década de 1980, que traduzem Gramsci e se utilizam de seus conceitos para analisar a realidade brasileira e propor uma “nova” estratégia para o Partido.

O marxismo brasileiro rompia com o stalinismo no campo filosófico e na sociologia da cultura, mas não no campo político. Por outro lado, com o início da década de 1980, o gramscismo no Brasil tem como interpretação a orientação do PC italiano, defendendo a democracia como estratégia e analisando-a como um valor universal, conforme orientação de Enrico Berlinguer, chefe do partido italiano.

Estudaremos o debate que ocorre em 1980 no interior do PCB, discutindo estratégia e democracia, o que faremos para avaliar uma questão de práxis ainda fundamental para a esquerda brasileira, o conceito de democracia e revolução gramsciano, que é também a questão central para a esquerda contemporânea. Principalmente, pretendemos entender o debate que toma corpo no final da década de 1970 e que se desenvolve com as *Teses para um debate nacional de comunistas pela legalidade do Partido Comunista Brasileiro*, em 1980, no *Jornal Voz da Unidade* no qual se desenvolve a discussão sobre a “nova” concepção de revolução para o PCB.

Para essa análise, é fundamental retornar ao marxismo de Gramsci e à sua obra, e retomar conceitos básicos de sua estratégia para a revolução comunista.

ABSTRACT

We intend in this work to rescue the current time and the Marxism of Antonio Gramsci, the coherence of analysis, even in the fragments of his “Notebooks”, the constancy of subjects re-taken in a deep unitary context. His texts can have a lack of systematic form, but no lack of the conducting wire of the analyses undertaken. His analyses about the historic process do never loose the perspective of the effective conquest of liberty, against any mystification of the socialism, criticized by him as economism, blind and mechanical determinism, returning him to the critical conception of Antonio Labriola about the Marxist positivism. His concern is the real life of the people. His humanism has the perspective of the labor class. His method is Marx’s as in the *Contribution to a critic of the political economy*: “the concrete is concrete by being the synthesis of multiple determinations, then, unity of diversity”, i.e., the “concrete analysis” of “concrete situations”, the appropriation of the concrete content, transforming it into thought.

A parcel of the called Brazilian left is influenced by this interpretation of Gramsci and makes use of his concepts to interpret the Brazilian reality. Concepts that suffered different interpretations, being many times deviated from the Gramscian formulation.

Carlos Nelson Coutinho is the main diffuser and translator of the Gramscian work in our country. There was also a group of renovators in the PCB, the called *gramscists*, in the beginning of the eighties, who translates Gramsci and makes use of his concepts to analyze the Brazilian reality and propose a “new” strategy to the party.

The Brazilian Marxism broke with the Stalinism in the philosophic field and in the sociology of culture, but not in the political field. By the other side, in the beginning of the eighties, the Gramscism in Brazil has as interpretation the orientation of the Italian PC, defending the democracy as strategy and analyzing it as an universal value, according to the orientation of Enrico Berlinguer, chief of the Italian party.

We will study the debate that occurs in 1980 in the interior of PCB, will discuss strategy and democracy and what we will do to evaluate this question of praxis still fundamental to the Brazilian left, the concept of Gramscian democracy and revolution, which is also a central question to the contemporary left. Mainly, we intend to understand the debate that takes body in the final decade of the seventies and which is developed with the *Teses para um debate nacional de comunistas pela legalidade do Partido Comunista Brasileiro* (Theses for a national debate of communists for the legality of the Brazilian Communist Party), in 1980, on the newspaper *Voz da Unidade* with the “new” conception of revolution for the PCB.

For this analysis, fundamental is to return to the Marxism of Gramsci and to his work, and to return to the basic concepts of his strategy to the communist revolution.

Ao meu amigo Moacir Bortolozzo (in memorian) pelo incentivo intelectual e pelo afeto da vida inteira.

A Antonio A. Santucci (in memorian), que não pôde ver a conclusão do que acompanhou por longo tempo, porque eu levei tempo demais e porque ele partiu cedo demais.

À minha mãe, que não viu a conclusão como dizia que não veria, mas a quem eu dedico este trabalho, a ela e a meu pai, porque sem eles eu não teria feito o que fiz e não seria o que sou.

Aos meus alunos, que foram sempre a escolha da minha vida.

Para o Enrico, que é meu elo com o futuro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 A TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO DE GRAMSCI: ITÁLIA - BRASIL	9
1.1 GRAMSCI E A NOVA ESTRATÉGIA PARA O OCIDENTE	9
1.2 A TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO DE GRAMSCI NA ITÁLIA	15
1.3 A PUBLICAÇÃO DAS CARTAS DO CÁRCERE	23
1.4 A PUBLICAÇÃO DOS CADERNOS E A ESTRATÉGIA TOGLIATTIANA	26
1.5 UMA NOVA LEITURA DE GRAMSCI	29
1.6 A PUBLICAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA OBRA GRAMSCIANA NA AMÉRICA LATINA	31
1.7 A PUBLICAÇÃO DA OBRA DE GRAMSCI ESPECIFICAMENTE NO BRASIL	44
2 USOS DAS CATEGORIAS POLÍTICAS DE GRAMSCI	49
2.1 USO DAS CATEGORIAS GRAMSCIANAS NO BRASIL E O PCB	49
2.2 ELEMENTOS TEÓRICOS DO PENSAMENTO DE GRAMSCI	54
2.3 HEGEMONIA E DEMOCRACIA	61
2.4 A NOVA ESTRATÉGIA	68
2.5 O CONCEITO GRAMSCIANO DE HEGEMONIA	69
3 A ESTRATÉGIA PARA O OCIDENTE	73
3.1 SOBRE O CONCEITO GRAMSCIANO DE GUERRA DE POSIÇÃO	73
3.2 A REFORMA INTELECTUAL E MORAL	81
3.3 GRUPO SOCIAL E PARTIDO EM GRAMSCI	87
3.4 O PARTIDO	92
4 GRAMSCI E O PCB	99
4.1 O PCB E A RENOVAÇÃO	99
4.2 O DEBATE DE VOZ DA UNIDADE EM 1980, 1981 E INÍCIO DE 1982	104
4.3 A POLÍTICA DO PCB A PARTIR DE 1980	109
5 A DEMOCRACIA COMO VALOR UNIVERSAL	129
5.1 A DEMOCRACIA COMO VALOR UNIVERSAL – O DEBATE NO PCB	129
5.2 A DEMOCRACIA COMO VALOR UNIVERSAL: O livro de Carlos Nelson Coutinho	131
5.3 GRAMSCI E NÓS: Segundo capítulo	137
5.4 GRAMSCI, CULTURA E DEMOCRACIA NO BRASIL: Terceiro capítulo	140
5.5 SOBRE A PROPOSTA DE “RENOVAÇÃO” NO PCB	144
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
7 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	157

INTRODUÇÃO

Pretendemos nesse trabalho resgatar a atualidade e o marxismo de Antonio Gramsci, a coerência de análise, mesmo nos fragmentos dos seus “Cadernos”, a constância dos temas retomados em um contexto unitário profundo. Pode faltar em seus textos a forma sistemática, mas não o fio condutor das análises empreendidas. Suas análises sobre o processo histórico não perdem nunca a perspectiva da efetiva conquista da liberdade, contra qualquer mistificação do socialismo, criticado por ele como economismo, determinismo cego e mecânico, retornando à concepção crítica de Antonio Labriola sobre o positivismo marxista. Sua preocupação é com a vida real de um povo, seu humanismo tem a perspectiva da classe operária, seu método é o de Marx na *Contribuição para a crítica da economia política*: “o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade”, isto é, a “análise concreta” de “situações concretas”, o apropriar-se do conteúdo concreto, transformando-o em pensamento.

Antonio Gramsci morre em 1937, e examinar o seu diagnóstico do capitalismo avançado e sua estratégia, recuperando um momento crucial de influência do seu partido, o Partido Comunista Italiano (PCI), sobre parte da esquerda brasileira e do Partido Comunista Brasileiro na década de 1980, permite participar de um debate importante sobre o pensamento marxista no Brasil, com reflexos na atualidade. As categorias por ele formuladas no início do século XX ajudam a compreender os problemas e contradições atuantes no início desse século XXI, no qual vivemos mudanças estruturais na maneira de produzir e na “formação” do indivíduo na sociedade de massas.

Gramsci compartilha com Marx a noção de que o desenvolvimento do capitalismo levaria inexoravelmente ao aprofundamento da contradição entre forças produtivas e relações de produção. Também apreende em Marx que caberia ao movimento socialista a luta para a superação do sistema capitalista, abolindo o trabalho alienado, associado à propriedade privada dos meios de produção, e abrindo espaço ao livre desenvolvimento das individualidades.

Para Marx, a incumbência histórica do capital foi cumprida pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. Segundo ele, em sua aspiração incessante pela forma universal da riqueza, o capital impulsiona o trabalho para além dos limites de sua submissão à natureza. Com o capitalismo, o trabalho pode deixar de se apresentar como trabalho, e se colocar como desenvolvimento pleno da atividade mesma, produzida historicamente, e substituindo a labuta determinada pela necessidade exterior., mas não é o que se dá com o desenvolvimento capitalista no início do século XX.

Gramsci percebe que o desenvolvimento histórico das forças produtivas no capitalismo nas primeiras décadas do século XX significou um grande impacto sobre a ação política da classe operária, desarticulando os seus movimentos e tirando-lhes a capacidade revolucionária. Em *Americanismo e fordismo* mostra que a racionalização e modernização do processo produtivo se dava como “revolução passiva”, o que era para ele a vitória do capital, aprofundando a contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção. Marx já previa que pudesse acontecer um acirramento da dominação burguesa com o aperfeiçoamento da maquinaria na grande indústria, se não se subvertesse a ordem do sistema capitalista, com o comunismo (Marx, 1980, Cap. XIII, item 4). Essa mudança não se

dava significando liberdade para o homem, mas como transformação do homem em “apêndice” da máquina.

Gramsci, como diretor de um jornal socialista primeiramente e, depois, como chefe de um partido comunista, tenta pensar em uma revolução que promova a superação do trabalho alienado no capitalismo avançado, como definia o capitalismo nas primeiras décadas do século passado, refletindo sobre os motivos das derrotas sofridas pelo movimento operário nas tentativas de sublevação empreendidas por ele na Europa ocidental. Com a linha de montagem, isto é, com o fordismo, o sonho de deixar o trabalho para a máquina esvanece. A mecanização não ocorre deixando o operário livre para vigiar a ação transmitida pela máquina à matérias primas, acabando com o trabalho alienado, e somente protegê-las de problemas técnicos. A “aplicação tecnológica da ciência” que deveria dominar o conjunto do processo de produção, que seria social, não se concretiza.

A luta para abolir o trabalho alienado e abrir a possibilidade para a livre individualidade, caberia ao movimento socialista, superando o regime do capital., mas com o americanismo, a linha de montagem torna-se apenas um desenvolvimento ulterior da fase da grande indústria, e essa não se torna a superação do trabalho, mas uma escravização do homem pela máquina, como previa Marx. Os movimentos socialistas não levam a cabo as transformações necessárias, e as tentativas da revolução operária no mundo ocidental, não se concretizam.

É o que leva Gramsci a pensar nos *Cadernos*, uma nova estratégia para que o desenvolvimento das forças produtivas não continue em contradição com as relações sociais de produção.

A automação de base microeletrônica que caracteriza o mundo da produção atual, seria o que Marx preconizava como “aplicação tecnológica da ciência”, mas como ele previa isso, não significa necessariamente que a produção finalmente tenha um conteúdo social, deixando de ser o esforço do homem como simples força de trabalho natural, tornando-se atividade do sujeito que regula todas as forças da natureza no seio do processo de produção, o que se daria somente com o socialismo.

Gramsci, ao pensar o fordismo, mostra que esse processo se dá como recomposição do capital em que as possibilidades materiais de transformação do mundo capitalista em socialista são utilizadas com reformas de cima para baixo, mantendo a dominação, redundando em retrocesso para o homem, com um esvaziamento ainda maior da atividade propriamente humana. É nesse sentido que a estratégia política é a forma de levar a cabo a resolução da contradição inerente ao capitalismo, pensa Gramsci, transformando as relações sociais de produção a partir da possibilidade material do fim do trabalho “natural”. Sua estratégia, a guerra de posição, teria também, além da luta pela conquista da sociedade política, uma reforma intelectual e moral que prepararia e desenvolveria esse novo mundo humano da individualidade livre. Essa reforma se refere às formas ideológicas fundamentais para a compreensão da crise orgânica do sistema e, também, às mudanças no campo material que levaria à transformações estruturais e superestruturais, até a sua concretização, em comunismo.

Isso permite pensar, com Gramsci, as derrotas dos movimentos operários de seu tempo e serve de bússola para compreender o abandono, por parte dos partidos dessa classe, da perspectiva da revolução como fim da contradição entre forças produtivas e relações de produção, como fim do trabalho alienado, como fim do regime capitalista. Esse é o norte do

marxista Antonio Gramsci, é sua atualidade, no sentido de que seu pensamento propõe uma estratégia que não perca de vista a direção na luta contra o capitalismo. Mesmo no mundo da automação plena, que tem a capacidade de eliminar inteiramente o trabalho humano, mas sem desenvolver plenamente o mundo humano, não podemos perder de vista a análise do mundo real dos homens e a luta para que ele seja o reino da liberdade. Ou colocar a possibilidade de sua destruição, da barbárie, se não conseguirmos o fim do sistema capitalista.

É essa perspectiva que serve de base à nossa intenção de analisar um partido comunista, o PCB, em um momento de debate sobre estratégia. O propósito de nosso estudo consiste em analisar como o ideário de Gramsci influenciou a postura política de parte da esquerda contemporânea brasileira na década de 1980. Dispusemo-nos a enfrentar essa tarefa ancorando-nos em Palmito Togliatti, Valentino Gerratana, Giuseppe Vacca, Nicola Badaloni, Luciano Gruppi, Guido Liguori, Dario Ragazzini, Antonio A. Santucci, entre outros, que, na Itália, resgataram e interpretaram a obra gramsciana com o intuito, além de divulgá-la, de utilizá-la politicamente como cânone para compreenderem com mais lucidez a realidade italiana e também a internacional.

Devemos ressaltar ainda que durante um ano permanecemos em Roma, onde nos foi possível pesquisar o material teórico e histórico disponível no Instituto Gramsci, além do debate em torno de sua obra e das várias interpretações que sofreu ao ser utilizada. Acompanhamos, também, o debate do jornal *Voz da Unidade*, no arquivo Edgard Leuenroth, na Universidade Estadual de Campinas – SP.

No Brasil, foram referências para o nosso trabalho intelectuais como Dermeval Saviani, Edmundo Fernandes Dias, Lincoln Secco, Marcos Del Roio, Ruy Braga, Paolo

Nosella, entre outros, que recuperam o referencial conceitual da obra gramsciana contra o abandono da perspectiva revolucionária que sofreu.

Gramsci começou a ser estudado no Brasil na década de 1960, durante o período da ditadura militar, acentuadamente marcado por forte repressão política e intelectual. Assim sendo, interpretar o debate que tomou corpo com a utilização de seu referencial teórico por uma parcela significativa e atuante da esquerda brasileira, pode ser uma das vias para compreender o conceito de democracia que perpassava a discussão política internacional sobre os rumos da luta contra o capitalismo nesse período tumultuado de nossa história.

Não por acaso, nesse período, surgiram inúmeras publicações sobre o tema Democracia em Gramsci, na esquerda contemporânea, a partir da publicação da edição crítica dos *Cadernos*, por Valentino Gerratana, em 1975, com análises que reafirmavam os conceitos fundamentais de Gramsci no contexto de seu pensamento.

Notamos, na década de 1980, um renovado interesse pelo pensador italiano, não apenas na América Latina (e Brasil, que nos interessa de perto), mas também no Japão, no Leste europeu, na Europa (Itália, sobretudo), ao mesmo tempo em que proliferaram análises do debate do Partido Comunista Italiano pensando novas estratégias para os partidos comunistas a partir da obra do filósofo. Pesquisar a apropriação de Gramsci no debate dos partidos comunistas sobre democracia, tem por objetivo recuperar o debate em torno do projeto estratégico para a esquerda, assim como a distinção entre democracia burguesa e operária.

Ao recuperarmos conceitos gramscianos fundamentais, pretendemos ressaltar uma questão central para a esquerda contemporânea, que é o conceito de Revolução e sua relação com a democracia. A leitura dos *Cadernos do cárcere*, em sua edição crítica, favorece a

compreensão do nó central do pensamento gramsciano, fundamental para a análise do desenvolvimento do marxismo e principalmente de sua refundação depois da derrota da revolução socialista no Ocidente, possibilitando apontar para uma questão fulcral a ser considerada contemporaneamente, ou seja, a operacionalidade do conceito marxista de revolução com sua visão da subjetividade sócio-política. Em suas análises, não passaram despercebidas as contradições do capitalismo avançado e a necessidade de uma nova estratégia revolucionária para superar as “revoluções passivas” que mantêm a classe burguesa como classe hegemônica no mundo contemporâneo. Para isso, necessário seria romper com o reformismo e com o imperialismo, refundando a práxis revolucionária. O Partido da classe trabalhadora, e uma estratégia que possibilite avanços no entendimento das novas conjunturas do capitalismo avançado e de sua complexidade, são fundamentais. Sem organização e direção na luta hegemônica, inclusive cultural, não se chega à revolução e às conquistas na “guerra de posições” para o enfrentamento das “revoluções passivas”, que são a continuidade do mundo burguês. As reformas intelectual e moral são centrais para a transformação cultural que organizará e manterá a nova cultura e o novo mundo criado pela revolução.

Ao desenvolver nosso estudo focando essas questões, subdividimo-lo em cinco capítulos, a saber:

No primeiro capítulo, apresentaremos a pesquisa realizada sobre a recepção de Gramsci no Brasil, recuperando para isso a trajetória da obra gramsciana na Itália e na América Latina. Analisaremos, também, como Togliatti “salvou” os *Cadernos* e a obra para o mundo e como propôs uma via para o socialismo baseada na sua interpretação, preparando e organizando as edições publicadas por temas. Estudaremos a importância da trajetória

gramsciana na Itália para compreendermos sua recepção e influência na esquerda e no pensamento de esquerda latino-americano e brasileiro.

Nos capítulos dois e três, resgataremos os conceitos fundamentais gramscianos e a sua estratégia política, para compreender seus usos no Brasil, ou seja, como o grupo de esquerda que era chamado “gramsciano” ou “gramscista” realizou a leitura das teorias do pensador italiano, esvaziando-as de sua força revolucionária e de seus pressupostos básicos, criando-se o Gramsci mais adaptado a uma política que se pretende implantar, “instrumentalizando-o”.

No capítulo quatro firmamo-nos no debate efetivado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), no final da década de 1970 e início de 1980 do século passado, sobre a renovação estratégica. Será utilizado para isso o debate do Jornal Voz da Unidade nos anos 1980-82, promovido pelo mesmo grupo chamado gramsciano, atuante no PCB, e fundador desse jornal.

Ressaltamos, porém, que o nosso objetivo precípua é interpretar e compreender o conceito de Revolução em Gramsci, sobretudo para entender como sua estratégia foi reinterpretada sob o ponto de vista liberal e como esse grupo da esquerda brasileira apropriou-se da obra de Gramsci de forma política, como tentativa de implementar mudanças que dão continuidade à postura liberal.

No último capítulo procuraremos detalhar o estudo crítico do livro de Carlos Nelson Coutinho, *A democracia como valor universal*, resultante de uma tendência do PCB que cedia à influência eurocomunista, que, a nosso ver, contribui para repensar os rumos da esquerda na contemporaneidade.

1 A TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO DE GRAMSCI: ITÁLIA - BRASIL

“Quer ser universal, fala da sua aldeia”. Tolstói

1.1 GRAMSCI E A NOVA ESTRATÉGIA PARA O OCIDENTE

Gramsci, no cárcere, escreve nas primeiras décadas do século XX, acompanhando as derrotas do movimento operário na Europa, com a vitória bolchevista na União Soviética como contraponto para essa compreensão. A modernização do processo produtivo, empreendido pelo fordismo nos EUA. E pelo fascismo na Europa, é analisada por ele como uma “revolução passiva”, isto é, a maneira que a classe burguesa encontra para manter-se no poder, embora tendo que fazer concessões à classe trabalhadora. Percebe que uma nova cultura se desenvolve a partir dessas mudanças, sendo a base para a manutenção do poder da classe dominante. Mudanças que se efetivam a partir da “criação” de novos hábitos, costumes e valores para a grande massa de trabalhadores e que conseguem movê-las para adaptar-se a um novo “modo de viver”. Esse controle ideológico torna-se muito mais efetivo com a coerção exercida pelo fascismo, que consegue movimentar grandes massas passivas em torno de uma concepção de mundo cimentada ideologicamente, imposta de “cima para baixo”, com um grande poder de convencimento. As análises empreendidas na prisão o impulsionam a buscar solução para as derrotas da classe trabalhadora, desenvolvendo uma nova estratégia para o fim do sistema capitalista e a vitória do operariado.

Sendo assim, o interesse de sua obra é pensar em uma revolução econômica e social, assim como cultural e moral. Para isso, desenvolve uma estratégia que procura constantemente o consenso das massas, a partir de uma nova concepção de Estado, o que lhe permite pensar em um processo de revolução nacional possível no movimento de libertação operária internacional.

Com os Conselhos de Fábrica de Turim¹, Gramsci acredita, em um primeiro momento, que poderia ter ocorrido a revolução socialista na Itália. Os Conselhos seriam o núcleo da sociedade nova e do novo poder operário. Escreve no *Ordine Nuovo*:

Existe na Itália, como instituição da classe operária, algo que possa ser comparado ao soviete? Que partilhe da natureza dos sovietes? Algo que nos autorize a afirmar que o soviete é uma forma universal, e não uma instituição russa e apenas russa? O soviete é a forma através da qual, em toda parte onde existam proletários em luta para conquistar a autonomia industrial, a classe operária manifesta essa vontade de se emancipar. O soviete é a forma de autogoverno das massas operárias. Existe um germe, um projeto, um tímido esboço de governo dos sovietes na Itália? Em Turim? (Gramsci, *Ordine Nuovo*, 1987)

Responde afirmativamente, que esse órgão é o conselho de fábrica, criado em 1904, enquanto órgão de classe, órgão de auxílio à gestão da empresa, e que serão o germe fundamental do Estado proletário, quando passa a ter a hegemonia dos próprios trabalhadores, conforme analisa Gramsci. Seria um elemento fundamental ao aprendizado da democracia operária, mesmo com o auxílio do grupo do *L'Ordine Nuovo*, já que os conselhos eram eleitos

¹ Os Conselhos de Fábrica acontecem em Turim, 1920, tendo inspiração nos sovietes, iniciando na grande greve das “agulhas” de março/abril de 1920, com sua plena realização nas grandes ocupações de fábrica de agosto/setembro do mesmo ano. O grupo de *L'Ordine Nuovo*, que tinha Gramsci como seu diretor, estará à frente da luta quando os operários tomam as fábricas de automóvel desta cidade, tornando-se seu órgão de liderança. Ficam por nove meses resistindo às tentativas de retomada pelos proprietários. Representarão para Gramsci, nas reflexões do cárcere, a possibilidade de representarem o núcleo da sociedade nova e do novo poder operário.

por todos os operários, em cada seção, em cada fábrica e, a participação deles se dá enquanto produtores. Isso prepararia a classe operária para assumir a direção na produção, para instrumentá-los para substituir a burguesia na direção dos negócios. Mostraria assim a inutilidade das classes dominantes no processo produtivo.²

Gramsci desenvolveu lentamente a teoria dos conselhos (setembro 1919-1920) através de artigos publicados no *l'Ordine Nuovo*, discutindo-os com os operários, aceitando críticas, sugestões e observações que sistematizava e lançava novamente em forma de artigos, proposições de organização e luta. Para ele, as massas populares sob a direção do proletariado é que deveriam assumir como conselho a direção administrativa do Estado, ficando a direção político-ideológica reservada ao partido, articulada a eles.³

Entretanto, após o fracasso do movimento operário na Europa Ocidental nas décadas de 1920 e 1930, por um lado, e com a rearticulação do capitalismo mediante a racionalização da indústria (o americanismo)⁴, por outro, Gramsci passa a rever o conceito de revolução do século XX, à luz desses novos acontecimentos, empenhando-se em considerar a situação dos países de capitalismo avançado. Para ele, tais países precisavam de estratégia completamente diferente daquela utilizada na Rússia, em 1917, porque, atento às últimas análises realizadas por Lênin, pouco antes de sua morte, Gramsci deduziu que essas apontavam para a necessidade de desenvolver uma estratégia diferenciada para o Ocidente.

² Cf. Gramsci, *L'Ordine Nuovo*, 1987.

³ Cf. Osvaldo Coggiola, *Bolchevismo, Gramsci, conselhos* in *O outro Gramsci*, Edmundo Fernandes Dias et al., São Paulo: Xamã, 1996.

⁴ Seria, para ele, a racionalização da indústria, o que ele chamará de americanismo, que se deu como fordismo nos EUA e como fascismo na Itália e que, para ele, seria uma Revolução passiva, isto é, de cima para baixo, concedendo conquistas à classe trabalhadora, mas mantendo a hegemonia da classe dominante.

Continua a existir, segundo ele, necessidade de se considerar um momento de cisão, de rompimento com o mundo capitalista e, sobretudo, a exigência de um período de coerção contra as forças “reacionárias” da sociedade burguesa, que possibilitaria o desenvolvimento e a consolidação de uma verdadeira democracia, a socialista, que se contrapõe à liberal.

Outro problema central a ser afrontado pelo partido chefiado por Gramsci seria o fascismo⁵, nas décadas em que ele desenvolvia sua estratégia. Esse movimento propagava-se no continente europeu, criando uma situação muito diversa daquela vivida pelo movimento bolchevique na URSS. Gramsci continua a mover-se sempre, entretanto, de acordo com as idéias da Terceira Internacional, da qual participa, mesmo quando insiste no enfoque da realidade nacional, contra a orientação do Comintern, principalmente, em 1929 e 1930. Sua preocupação central é aprofundar-se na análise da realidade italiana, reconhecendo-a muito diversa daquela da Rússia de 1917, ainda pouco industrializada e com uma sociedade civil pouco consolidada. A Itália desenvolvera, no período fascista, uma nova sociedade civil complexa regida por um capitalismo mais desenvolvido, embora guardasse ainda focos de uma realidade “oriental”⁶, que indicava um Estado muito mais coercitivo e uma sociedade

⁵ Para maior compreensão do período, consultar, dentre outros, Eva P. Amendola, *La nascita del fascismo* – Roma, –Ed. Ruinetti, 2006; Franzinelli Di Mimmo, *Delatori, spie e confidenti anonimi: l'arma segreta del regime fascista* – Roma, Mondadori, 2002; Renzo De Felice, *Mussolini il duce, gli anni del consenso (1929-1936)* – Roma, Einaudi, 2006. Em síntese, podemos dizer do fascismo italiano que ele se inicia em 1922 e termina em 1943, liderado por Benito Mussolini. São suas causas fundamentais o desencanto produzido pelos resultados da guerra, a inconsistência das relações capitalistas e a necessidade de consolidar-las por meios ditatoriais, a ameaça ou o fracasso da revolução proletária, a existência da ralé, o descontentamento e a desilusão da pequena burguesia. Suas características são: o propósito decidido de consolidar o predomínio do grande capital; o abandono e o menosprezo das instituições democráticas e sua substituição por métodos puramente ditatoriais; a repressão contra o proletariado, destruição das organizações operárias, medidas de extrema violência contra os militantes operários chegando à sua destruição física, inclusive, supressão das conquistas da classe trabalhadora, estabelecimento de um regime de escravidão nas fábricas, etc.; a utilização, como base do movimento, da pequena burguesia urbana e rural dos elementos da ralé, especialmente os ex oficiais que haviam regressado da frente de batalha, e por último, uma política exterior de expansão imperialista.

⁶ Cf. Gramsci, *Caderno 13*, págs. 1566-1567. A diferenciação entre Ocidente e Oriente não é geográfica, mas morfológica, no sentido de que nas sociedades orientais o capitalismo ainda é pouco desenvolvido, a sociedade civil praticamente inexiste e, nas ocidentais, o capitalismo é avançado e as relações capitalistas desenvolvidas levam a uma complexidade da sociedade civil.

civil ainda pouco estruturada e frágil em relação à sociedade americana, a qual Gramsci aborda no texto *Americanismo e fordismo*, que analisaremos mais adiante. A partir de tal compreensão, o filósofo estendeu sua pesquisa ao mundo ocidental que objetivava não só questionar, mas também transformar. Era, porém, o momento da consolidação do fascismo na Itália e da chegada de Hitler ao poder, na Alemanha. Havia para esses movimentos, o objetivo claro de destruir o Partido Comunista, à época o maior do Ocidente. Os acontecimentos europeus desenhavam o espectro de uma guerra planetária ainda pior que a de 1914-18.

Gramsci, pensando sobre a possibilidade da revolução no mundo ocidental, analisa o que chamou de americanismo, como comprometedor da revolução socialista no ocidente, e que, segundo sua concepção, seria uma nova hegemonia burguesa, impondo-se ao mundo ocidental como uma nova fase histórica, uma revolução passiva⁷. A reflexão gramsciana considera que não haveria a possibilidade de uma revolução socialista no Ocidente, sem considerar a questão do controle da direção moral e intelectual na sociedade civil, sem chegar ao autogoverno e à autogestão do processo produtivo, usando de poder coercitivo contra as classes antagônicas, como momento intermediário e passageiro que levaria a um novo bloco histórico, a uma nova hegemonia das classes trabalhadoras, a um regime profundamente democrático, fundado no mundo do trabalho e da cultura socialista, organizado no espaço público, através dos conselhos de fábrica. É assim que sugere a ampliação do conceito de Estado - sociedade política mais sociedade civil -, pensando em uma estratégia para enfrentar

⁷ Cf. Gramsci, principalmente, todo *Caderno 15*, especialmente pág.1767, e *Americanismo e fordismo*, em que Gramsci se utiliza da leitura da experiência do americanismo à luz desse conceito. Revolução passiva é o que Gramsci define como a não revolução, isto é, em um período de crise orgânica, quando seria possível a revolução proletária, a classe burguesa reorganiza-se, revoluciona a maneira de produzir, concede conquistas à classe operária, direciona uma mudança cultural, que Gramsci chama de reforma intelectual e moral, mas mantém a sua hegemonia, com o consenso das massas como no fordismo, ou com a coerção, como no fascismo.

a nova situação que se impõe ao movimento operário, para chegar ao governo e à gestão do processo produtivo.

Para o partido da classe operária desenvolver um programa político para a revolução socialista no Ocidente da década de 1930, era preciso reverter, transformar a situação política desfavorável para o operariado, lembrando inclusive que à sua frente havia o maior empecilho à revolução em seu país, o fascismo italiano, contra o qual era preciso lutar. Nesse sentido, quando Gramsci teoriza o capitalismo avançado e a estratégia da *guerra de posições*⁸ para resolver suas contradições e chegar ao socialismo, ele pensa em “destruir o velho sistema que forma o novo em seu seio” (Marx, *Prefácio de Para a crítica da Economia Política*, de 1958, 1978) com suas transformações latentes, e passa a insistir na necessidade da organização das massas para realizar a revolução. A crise orgânica, que não é apenas uma crise do sistema econômico, atinge também o Estado e as superestruturas e deve levar a um momento de confronto entre a classe operária e a classe dominante, quando estiverem desenvolvidas as condições históricas e o acirramento das contradições do mundo burguês, é a possibilidade material e superestrutural para a tomada do poder pelo operariado. Seria necessária a conquista da direção hegemônica pela classe operária a fim de conquistar e manter o poder em suas mãos para, conseqüentemente, aboli-lo.

Assim, o desenvolvimento histórico já criara o organismo que deveria ter o papel do moderno Príncipe de Maquiavel para as massas, o Partido Político, que Gramsci definiu como “a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais” (Gramsci, 1980, p.6). Nos *Cadernos*, Gramsci avança na proposição de

⁸ É a estratégia que Gramsci elabora para tomar o Estado, que ele definirá como sociedade política mais sociedade civil, no capitalismo avançado, sendo necessário o domínio mais a direção da sociedade civil.

uma nova estratégia, em que a classe operária se colocaria como partido de massa, revolucionário, para a conquista da direção e da dominação da sociedade, para implantar o comunismo, não perdendo de vista a experiência dos conselhos, tão bem explicitada no *l'Ordine Nuovo*, nem as derrotas das tentativas de tomada de poder pelo proletariado.

1.2 A TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO DE GRAMSCI NA ITÁLIA

A trajetória do pensamento de Gramsci na Europa, particularmente na Itália, nas primeiras décadas depois de sua morte, é uma linha tortuosa que corre ao sabor de sua relação com o PCI (Partido Comunista Italiano). No pós-fascismo italiano, com a Nova República, época em que o estudo do marxismo é retomado com grande interesse filosófico, o eixo principal dessa retomada, inclusive política, é a publicação dos *Cadernos do cárcere*, de Antonio Gramsci. Com a Nova República, inicia-se na Itália uma fase de hegemonia do PCI, em todas as áreas político-culturais, juntamente com a democracia cristã⁹. A influência do PCI não alcança o âmbito governamental, e a obra gramsciana passa a ser a inspiração para as atuações do partido.

Conhecer Gramsci, mesmo para os comunistas, não foi uma tarefa fácil. Por exemplo, durante a Resistência na Segunda Guerra, não havia informação sobre sua obra. Apenas um grupo da velha geração havia lido *A Questão meridional*, o último texto escrito por ele antes do cárcere, em 1926, e publicado inacabado em 1930, pelo jornal *L'Estado Operaio*.

⁹ A Democracia cristã era um Partido católico de centro, de bases populares, que conseguiu deter a hegemonia na Itália a partir da Nova República, até 1993, quando desaparece depois da operação para desmascarar corrupção de seus dirigentes e representantes e envolvimento com a máfia.

Com a publicação de *Lettere dal carcere* (*Cartas do cárcere*) e *Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura* (*Os intelectuais e a organização da cultura*), a partir de 1948, a obra gramsciana ganha certa notoriedade. Sua atividade de publicista e dirigente do partido, de 1916 a 1926, passa a ser vista como objeto de estudo somente nas décadas de 1950 e 1960; apenas em 1971, foi publicado o último volume de seus escritos, *La costruzione del partito comunista* (*A Construção do Partido Comunista*). Embora seja evidente que a obra de Gramsci sofra de certo ostracismo na Itália, entre 1950 e 1960, apresentada como filosófica e de crítica literária, ela conquistará uma posição de grande destaque na vida política italiana dos anos 1970, principalmente com a retomada do estudo de seus textos pelo PCI, depois de recuperada como pensamento político-estratégico.

Deve-se observar que, em 1938, Togliatti, que foi companheiro de Gramsci no periódico *Ordine Nuovo* e também fundador do PCI, recebeu os manuscritos do cárcere da cunhada do prisioneiro, Tatiana Schucht, e utilizou o conteúdo dos *Cadernos do cárcere* para orientar sua atuação como chefe do PCI. Os textos de Gramsci ainda não estavam publicados, mas Togliatti tenta solucionar os principais problemas políticos da esquerda italiana do pós-guerra, utilizando-os como orientação para o partido. O momento posterior à morte de Gramsci e ao fim do fascismo é fundamental para Togliatti e para o movimento operário italiano. Basta lembrar, para tanto, que a função de dirigente do PCI requeria de Togliatti, naquelas circunstâncias difíceis de retomada pós-fascista e derrota do movimento operário na Europa Ocidental do pós-guerra¹⁰, o embasamento teórico de um chefe político, com experiência nacional e internacional, como a de Gramsci, que teorizou a possibilidade da

¹⁰ Trata-se aqui de experiências revolucionárias como na Alemanha, em 1919, na Itália em 1921, Espanha, 1936, Hungria, 1956, entre outras.

revolução socialista na prisão fascista, tendo como parâmetros os caminhos trilhados pelo socialismo na URSS.

Nos anos 1940, Togliatti, que fora anteriormente muito ligado à URSS, distancia-se da orientação stalinista, embora sem abandoná-la por completo. Sua participação na Guerra Civil Espanhola (1936-1939), na qual estava engajado quando recebeu os manuscritos de Gramsci, permitiu-lhe, na árdua batalha para implantar o socialismo na Espanha, perceber a derrota do movimento operário italiano, compreendendo as fraquezas do movimento operário “ocidental”, e acompanhar cuidadosamente a discussão de Gramsci sobre o fascismo e sobre as causas dessa derrota. A guerra Civil Espanhola

internamente, foi uma guerra em que a mobilização da direita se mostrou muito mais efetiva que a da esquerda. Terminou em derrota total (...). A Internacional Comunista mobilizara todos os seus formidáveis talentos em favor da República espanhola (...). Palmiro Togliatti, líder comunista italiano, era o dirigente de fato do inexperiente Partido Comunista Espanhol e foi um dos últimos a escapar do país em 1939. Também este fracassou, e sabia que estava fracassando, como a URSS, que destacou algumas de suas mais importantes cabeças militares para servirem na Espanha (...) (Hobsbawm, 1995b, 162).

Togliatti volta à Moscou em 1939, depois da derrota na Espanha. É a experiência dessa derrota que, analisada, influenciaria Togliatti em seu retorno à Itália, por volta de 1946, 1947, à frente do PCI, com a tarefa de organizar a classe operária italiana. Pensar com Gramsci, naquele momento, requeria analisar a possibilidade da revolução proletária. Convém lembrar que Gramsci tem como preocupação central em seus escritos do cárcere uma estratégia revolucionária para o Ocidente. Assim, a edição da obra gramsciana é parte da estratégia político-cultural de Togliatti. Entre 1947 e 1958, ele publica os livros de Gramsci

para um público italiano, tentando uma estratégia política precisa: levantar a questão da necessidade de chegar ao socialismo.

Após ter voltado para a Itália, após sua longa estada em Moscou e sua participação na guerra civil espanhola, Togliatti encontra um ambiente ideológico influenciado principalmente por Benedetto Croce¹¹, intelectual e editor com trânsito livre no regime fascista, a exercer enorme influência na Itália daquele momento.

Togliatti, mesmo em Moscou e na Espanha, acompanhava os rumos da política italiana e tinha consciência do que acontecia em seu país. No período pós-fascista, após 1945, quando a Itália tentava a reorganização política, ele interpretava a situação e buscava a solução, diversamente dos companheiros comunistas italianos em luta contra o rei italiano e contra o governo de Badoglio¹² à frente do governo da Itália naquela época. Deixava sempre claro aos companheiros da URSS que acreditava na necessidade de que o PCI estivesse junto com o governo de coalizão, contra o fascismo e contra a Alemanha. Togliatti pensava ainda que Badoglio podia fazer um governo nacional provisório, com todos os partidos, incluindo o

¹¹ Existem muitas biografias do filósofo neo-idealista Benedetto Croce (1866-1952). Consultar, entre outros, Giovanni Castellano, *Benedetto Croce: il filosofo, il critico, lo storico*, 2 Ed., Bari, Laterza & Figli, 2006. Estudou direito em Roma e, de volta a Nápoles, depois de estudos históricos e filológicos, dedicou-se por completo à filosofia.

Desiludido com os líderes nacionalistas, logo começou a desenvolver suas próprias convicções políticas, de conteúdo democrático e liberal. Em 1903 fundou a revista *La Critica*, na qual publicaria a maioria de seus escritos e resenharia os trabalhos dos intelectuais europeus mais importantes de seu tempo. Em 1910 foi nomeado senador do reino. Depois da primeira guerra mundial, em que apoiou a causa dos aliados, foi ministro da Educação, mas com a chegada de Mussolini ao poder viu-se obrigado a retirar-se da vida pública; mas isso não o impediu de manifestar sua oposição ao fascismo, mas ser o principal editor e líder intelectual italiano nesse período.

Ao longo desses anos Croce publicou suas obras mais importantes: *Estetica come scienza dell'espressione e Linguistica Generale* (1902), *Logica come scienza del concetto puro* (1909), *Filosofia della pratica, Economia ed etica* (1909) e *Teoria e storia della storiografia* (1917).

¹² Pietro Badoglio (1871-1956), primeiro-ministro italiano, de 1943 a 1944, governador-geral da Líbia entre 1928 e 1933, dirigiu a campanha contra a Etiópia em 1935-1936, tornando-se vice-rei da África Oriental italiana e, em 1939-1940, chefe do Estado-Maior. Foi responsabilizado pelo fracasso da campanha grega de Benito Mussolini e, em 1940, obrigado a retirar-se. Logo após a queda do "Duce", em julho de 1943, foi nomeado primeiro-ministro pelo rei Vítor Manuel III e conduziu as negociações do cessar-fogo com os aliados, em setembro de 1943. Após a libertação de Roma pelos "partisans" italianos, Badoglio demitiu-se em 9 de junho de 1944. Na qualidade de representante do regime fascista, foi julgado em 1945 e excluído do Senado, sendo reabilitado em 1947.

PCI; somente assim a guerra seria liquidada juntamente com o fascismo e retomar-se-ia o caminho da liberdade democrática, sua preocupação maior.¹³ Tal posição antecipava o que posteriormente se chamou *svolta di Salerno (redirecionamento de Salerno)*, em finais da década de 1940, que seria uma mudança de estratégia do PCI para fazer parte da força democrática do governo pós-fascista.

Togliatti, nos anos 1940, instala-se em Salerno e prepara uma nova conduta para o PCI. Defende a república democrática e parlamentar, recusando, como propunham muitos líderes do movimento operário italiano, a possibilidade de uma guerra insurreccional para instaurar a ordem socialista, argumentando que tal fato poderia repetir o mesmo destino da Grécia ou Espanha, em finais da década de 1930 e início de 1940, que haviam tentado a revolução. Abriram caminho, entretanto, para uma longa e sangrenta guerra civil, terminada em derrota. Por essa razão, Togliatti analisava que o contexto internacional não permitia pensar em uma Itália socialista naquele momento.

Nesse contexto, observava que a lição de Gramsci na prisão era a tentativa de uma união de forças democráticas contra o fascismo e para tanto é que propunha uma constituinte que restaurasse a normalidade democrática na Itália pós-fascista e a preparasse para uma revolução intelectual e moral, ancorada na proposta de uma política de massas contra a postura da maioria dos companheiros de prisão. Trombetti, companheiro de Gramsci no PCI e na prisão fascista, explica a posição gramsciana, dizendo que:

ele não podia suportar os ‘faciloni’ (simplistas) (...) o fascismo não estava certamente a ponto de cair e, nestas condições, Gramsci rebatia aqueles que

¹³ Cartas inéditas de Togliatti a Dimitrov, que se encontram nos arquivos da Fundação Instituto Gramsci: a primeira, de 27/07/1943; a segunda, de 30/07/1943; a terceira de 14/10/1943.

tinham a Itália como um imenso barril de pólvora ao qual bastava aproximar um fósforo para fazê-lo explodir (Trombetti, 1992).

Gramsci considerava que o fato do PCI não ser, àquela época, um partido de massas, impossibilitaria a revolução tal como a concebia.

Togliatti escolhe esse momento de retorno à Itália para a primeira edição dos *Cadernos*. A edição temática, primeira publicação da obra gramsciana organizada por temas, neutraliza em parte a oposição do pensamento de Gramsci aos cânones do dogmatismo marxista-leninista, permitindo exclusões de trechos que, em ordem cronológica, não seriam possíveis. Tal estratégia político-editorial possibilitava, enfim, que Gramsci fosse conhecido e discutido, pois driblava a censura comunista que não permitiria que a obra, que se contrapunha em muitos pontos à política stalinista, fosse divulgada e conhecida (Vacca, 1991).

A partir de 1946, Togliatti precisava se equilibrar entre a censura político-cultural da U.R.S.S., o zdanovismo¹⁴, e a publicação da obra de Gramsci, em um momento complexo de reação ao macartismo¹⁵, nos EUA. que, além de ter sido um ataque feroz contra os comunistas

¹⁴ O encarregado dessa nova política cultural soviética é Andrey Zdanov que, em 1946, pronuncia um discurso sobre a situação internacional e a nova tarefa do partido bolchevique contra o macartismo, depois editado e tornado guia de orientação para os partidos comunistas.

¹⁵ A Guerra Fria tem início logo após a Segunda Guerra Mundial, pois os Estados Unidos e a União Soviética vão disputar a hegemonia política, econômica e militar no mundo. A definição para a expressão guerra fria é de um conflito que aconteceu apenas no campo ideológico, não ocorrendo um embate militar declarado e direto entre Estados Unidos e URSS. Até mesmo porque, estes dois países estavam armados com centenas de mísseis nucleares. Um conflito armado direto significaria o fim dos dois países e, provavelmente, da vida no planeta Terra. Porém ambos acabaram alimentando conflitos em outros países como, por exemplo, na Coreia e no Vietnã.

Os EUA lideraram uma forte política de combate ao comunismo em seu território e no mundo. Usando o cinema, a televisão, os jornais, as propagandas e até mesmo as histórias em quadrinhos, divulgou uma campanha valorizando o "american way of life". Vários cidadãos americanos foram presos ou marginalizados por defenderem idéias próximas ao socialismo. O **Macartismo**, comandado pelo senador republicano Joseph McCarthy, perseguiu muitas pessoas nos EUA. Essa ideologia também chegava aos países aliados dos EUA, como uma forma de identificar o socialismo com tudo que havia de ruim no planeta. Na URSS não foi diferente, já que o Partido Comunista e seus integrantes perseguiam, prendiam e até matavam todos aqueles que não seguiam as regras estabelecidas pelo governo. Sair destes países, por exemplo, era praticamente impossível. Um sistema de investigação e espionagem foi muito usado de ambos os lados. Enquanto a espionagem norte-americana cabia aos integrantes da CIA, os funcionários da KGB faziam os serviços secretos soviéticos.

em todo o mundo, marcou o início da guerra fria entre os dois blocos imperialistas – U.R.S.S. e EUA. O chamado movimento zdanovista ou zdanovismo, nasce na U.R.S.S., em oposição aos americanos. O zdanovismo era, naquele momento, o responsável pela ideologia do sistema comunista na URSS. O objetivo de tal política cultural era reprimir a margem de relativa liberdade que se criou durante a guerra, impondo o realismo socialista, censura cultural que tenta neutralizar a pressão americana sobre os países aliados, na “guerra” anticomunista.

É nesse sentido que Togliatti tenta, antes de mais nada, canonizar a figura de Gramsci, como uma forma de proteger o partido das tempestades que explodiam no Comintern e, principalmente, para difundir a sua obra e as grandes questões apresentadas por ele. De qualquer modo, não podia se desvencilhar facilmente dos vínculos impostos pelo Cominform (e sua política cultural) ao PCI (Vittoria, 1991). E nada parece indicar que pretendia romper com a URSS; pelo contrário, o dirigente selecionou da obra gramsciana elementos de sua estratégia, esperando equilibrar as relações com a política soviética. Esse fato, porém, teve importância fundamental no modo como e, sobretudo, no momento em que foram publicados os *Cadernos*¹⁶, isto é, dividida em temas que tentavam esconder sua reflexão política, e em um momento preciso em que era necessário fazê-lo conhecido, para implementar uma nova estratégia política para o PCI.

As provas de que o processo de publicação foi preparado com muito cuidado e desvelo são inúmeras. Primeiramente, Togliatti insiste em que os manuscritos sejam vistoriados pelo arquivo do Comintern; também pede que nem mesmo os familiares de

¹⁶ “Não se tem razão para duvidar que a edição temática dos *Cadernos* e a interpretação que Togliatti divulgou primeiramente constituíssem uma adaptação da obra de Gramsci compatível ao stalinismo dos anos de guerra fria.” (Vacca, 1991).

*A partir dessa nota, todas as traduções são minhas, a não ser que estejam explicitadas.

Gramsci tenham acesso a eles. Assim ele considera:

Os cadernos de Gramsci, que eu estudei quase todos acuradamente, contêm materiais que podem ser utilizados somente depois de uma cuidadosa elaboração. Sem tal tratamento, o material não pode ser utilizado e, antes, algumas partes, se fossem utilizadas na forma como se encontram atualmente, poderiam não ser úteis ao partido (Togliatti, appud Vacca, 1992b).

Giuseppe Fiori, político da esquerda italiana e diretor de vários importantes jornais da Itália, critica a posição de Togliatti em livro que analisa a relação Gramsci, Togliatti e Stalin, afirmando que é política a principal razão para a demora da publicação das obras gramscianas. Explicita que:

para não enfurecer a inquisição staliniana, Togliatti freia, não arrisca, o desempenho do partido é absoluto, ninguém se ocupa de Gramsci (...). Dez anos se passarão antes que os Cadernos comecem a ver a luz (Fiori, 1991).

Essa é uma das possíveis interpretações. Não se pode esquecer, porém, a importância do esforço de Togliatti na *guerra dei partigiani*¹⁷ (*trata-se da Resistência e dos problemas do pós-guerra*) que, naqueles anos anteriores à publicação dos *Cadernos*, ocupa grande parte de seu tempo, juntamente com o problema concreto de censura com o Cominform, nem um pouco desprezível nesta análise. Em contrapartida, não se pode deixar de destacar a importância que teve a publicação das obras de um pensador como Gramsci que poderiam ter-se perdido depois de sua prisão e morte, esquecidas em algum quarto de familiares ou amigos. Junte-se a isso, a lucidez de Togliatti, consciente da importância da divulgação da obra de

¹⁷ A Resistência italiana, a chamada “guerra dei partigiani” inicia-se em 1943, com o fim do fascismo, o armistício, os focos de revolta no sul da Itália, os primeiros grupos “partigiani” e o inverno sobre a montanha. Em 1944, continua com o confronto com os alemães e os fascistas da RSI. Fundam a primeira república “partigiana”, libertando muitas cidades do Centro da Itália e destruindo os nazistas. Em 1945, libertam o Norte, com a rendição dos alemães e a morte de Mussolini.

Gramsci para o mundo contemporâneo. Porém, teria sido melhor para o movimento operário se essa obra tivesse sido publicada em ordem cronológica, sem as três décadas de atraso, porque somente em 1976 surge a edição crítica de Gerratana, que certamente interferiria na atuação do PCI, orientado pela “interpretação” togliattiana da obra de Gramsci.

Togliatti tinha consciência da importância da obra gramsciana para pensar sobre a possibilidade da revolução socialista no Ocidente. Preocupava-se com o destino das classes intelectuais e da classe operária na sociedade italiana, sabendo ser fundamental uma estratégia editorial que fomentasse a curiosidade e a aceitação dos leitores, conforme interessava ao PCI, por isso pensa em publicá-la de uma forma que atingisse o público desejado, mas também, tornasse Gramsci e sua obra conhecidos.

1.3 A PUBLICAÇÃO DAS CARTAS DO CÁRCERE

A primeira obra de Gramsci a ser publicada sob a orientação de Togliatti foram *Le lettere dal carcere* (*Cartas do Cárcere*), em 1947, uma seleção de cartas escritas no cárcere, de 1926 a 1937. O regime fascista havia terminado três anos antes e, assim, fazia-se necessária, para Togliatti, uma apresentação de Gramsci como mártir e mito para, somente depois, mostrá-lo como pensador político. A preocupação era revelar, através das cartas, o homem Gramsci. Como ideólogo, não havia chance de se tornar conhecido naquele momento, por causa da censura do Cominform: Gramsci propunha estratégia diferente da elaborada pelo regime stalinista, criticava o governo bolchevique, discutindo as suas raízes e, também, o momento do pós-fascismo italiano, delicado para a participação do PCI no governo de

coalizão. Deve-se ter em conta que não criticava Stalin diretamente pois, na prisão, tentava não entrar em confronto direto com o stalinismo, embora compreendesse a direção que tomava a URSS. Logo, seu pensamento era autônomo, em se tratando da direção stalinista. A censura era, portanto, o motivo maior de apresentar a obra de Gramsci, em um primeiro momento como literatura, para torná-lo conhecido, para que, posteriormente, as suas idéias fossem assimiladas paulatinamente pelo público.

Em 1948, *Lettere dal carcere* vence o principal prêmio literário da época, o Viareggio. Apresentado como literato, evitava-se o problema que poderia provocar sua obra política, inclusive com a URSS, quando a figura de Stalin era ainda referência para a esquerda; Togliatti sabia que Gramsci poderia ser apresentado como intelectual e não como líder político, posto reservado a Stalin.

A primeira edição não continha todas as cartas. Ainda em 1965, das 428 publicadas, 119 ainda eram inéditas. Algumas, argumentam alguns autores, encontravam-se com familiares que não queriam vê-las publicadas. Carlo, irmão de Gramsci, conservou parte de suas cartas até o fim de 1963, afirmando que “*abordavam temas de caráter familiar e íntimo*”.¹⁸ Preocupação constante para Togliatti, na realidade elas revelavam o lado penoso e afetivo da vida de Gramsci. Mostravam seu verdadeiro estado na prisão, seu contato com “*persone non grate*” (*pessoas não gratas*) à direção do Partido Comunista da URSS e do PCI e, por isso, não foram publicadas na primeira edição.

As críticas que se abateram mais tarde sobre a edição de 1947 atingem facilmente a intervenção da política cultural autoritária do stalinismo, que fez omitir posições de Gramsci

¹⁸ Carta de Carlo Gramsci, irmão de Antonio Gramsci de 27 de junho de 1958 à direção da *Revista Storica del Socialismo*.

contidas nas referências a Bordiga, Trotsky, Rosa Luxemburgo e à “oposição de esquerda”, além das referências aos conflitos amadurecidos no cárcere entre Gramsci e os outros detentos comunistas (Liguori, 1991, p. 674).

De um lado, Nello Ayello, em pesquisa sobre a relação entre os intelectuais e o PCI, baseado em documentos do Arquivo Gramsci e outros, faz uma análise sobre a apresentação e publicação da obra gramsciana, afirmando que essa publicação antecipa um projeto real para o Partido, e que não era a simples organização de seus escritos.

Quando, no início de 1947, *Lettere dal carcere* apareceram em edição Einaudi, pode-se dizer que já estava pronto, se não um esquema, ao menos um embrião interpretativo que depois pesou significativamente nos anos sucessivos, sobre a valorização de toda a obra gramsciana: o líder político sardo era ‘apresentado’ como grande intelectual e literato refinadíssimo em filial, mas vigorosa polêmica com Croce e em desdenhosa oposição em relação à tradição jesuítica, filistéia e veiculadas por tantas obras literárias de nosso país (...) (Ayello, 1979).

Por outro lado, Salvatore Secchi afirma haver na primeira edição de *As cartas do cárcere* uma seleção das cartas que não continham revelações da afetuosa familiaridade de Gramsci com personagens como Amadeo Bordiga, Trotsky e Rosa Luxemburgo, que eram considerados a “esquerda” do movimento operário. Não foram publicadas, inclusive, as que revelam a situação psicológica desesperada da vida na prisão, dos períodos de delírio e febres, necessidades materiais como remédios, roupas, dinheiro, livros, entre outras. Essa edição, ficava empobrecida pela omissão das cartas que revelavam sua relação com Julia e Tatiana Schucht, pois, justamente essas, traziam informações fundamentais para a compreensão de algumas de suas principais posições, sobretudo aquelas enviadas a Tatiana (Secchi, 1974, p. 169-216), que continham reflexões sobre sua época.

Quando ocorreu a publicação das *Cartas*, a ligação Croce-Gramsci foi muito utilizada, tanto pelo PCI como pelos liberais. A dupla Croce-Gramsci serviu à “*via italiana para o socialismo*”, que tentava ligá-los à tradição italiana e a possibilidade fundar um projeto socialista gerado na Itália.¹⁹ A cultura tradicional tenta assimilar Gramsci com a preocupação de liquidá-lo. Croce, que recebe com entusiasmo a primeira edição das *Cartas*, muda de posição quando surgem os primeiros tomos dos *Cadernos* que contêm uma severa crítica à sua obra.

O primeiro *Caderno* (editado como *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce - 1948*) apresenta-se como a reflexão de um filósofo. Seus escritos políticos ficavam escondidos, submersos, tendo como base a discussão filosófica.

1.4 A PUBLICAÇÃO DOS CADERNOS E A ESTRATÉGIA TOGLIATTIANA

O Partido Comunista Italiano tinha uma grande preocupação com a questão da hegemonia e, portanto, tentava apresentar a obra de Gramsci, didaticamente, como um corpo orgânico. Teve o cuidado de dividir sua obra em temas relativos às disciplinas: *Il Materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce (1948)*, para a Filosofia, *Il risorgimento (1949)*, para a História, *Letteratura e vita nazionale (1951)*, para o público de literatura. Como política editorial, essas edições possibilitavam um sucesso de venda de 22 mil cópias na

¹⁹ Diferentemente do caminho que tomava o socialismo internacional, Togliatti tenta se orientar através da obra gramsciana no sentido de estar atento aos problemas nacionais, buscando para a Itália um tipo de socialismo que se desenvolvesse a partir da própria situação italiana. Sobre esse assunto, ver os textos de Giuseppe Vacca, Si, Togliatti ‘corresse’ Gramsci e, também, *Appunti su Togliatti editore delle Lettere e dei Quaderni*, Studi Storici, 1992.

primeira edição. Sucesso fundamental para o Partido que queria fazer Gramsci conhecido, para publicar suas idéias políticas posteriormente.

Depois da sua publicação é que se pode compreender o quanto Togliatti serviu-se dos *Cadernos* para o projeto do “partido novo” e da “via italiana”, entre 1944 e 1945, e como seu estudo é neles fundamentado, pois, antes disso, somente ele os conhecia. Era ele, naquele momento, que poderia fazê-lo, porque somente ele possuía a reflexão necessária sobre os textos que Gramsci havia escrito na prisão. No seu programa para a “via italiana para o socialismo”, a tarefa assegurada à publicação dos *Cadernos* aparece claramente: a reflexão de Gramsci estava delimitada pelo horizonte da história da Itália e, junto com a “*questão meridional, seu núcleo essencial vinha indicado na preocupação, desde o início, com o ‘destino’ das classes intelectuais na ‘sociedade italiana’*” (Vacca, 1992b).

Para Togliatti era fundamental a função que Gramsci atribuía à obra de libertação que deveria ser cumprida no país, o que chamava de “*obra de ressurreição da Itália*” e tinha consciência de que a publicação dos *Cadernos* era, portanto, parte estratégica fundamental para levar a cabo a tarefa.

Detalhe importante dessa estratégia político-editorial é o modo como se organiza a primeira edição que, como já mencionamos, é temática. A cronológica ocorrerá apenas em 1975. A primeira publicação, por um lado, pretendia uma melhor assimilação de seu conteúdo, por outro, seguia indicações do próprio Gramsci.

É observação comum de cada estudioso, como experiência pessoal, que cada nova teoria estudada com ‘heróico furor’, (...) especialmente quando se é jovem, faz-nos retornar à própria obra. Assim, a obra estudada apodera-se de toda a personalidade do estudioso e limita a análise à teoria sucessivamente estudada até que se estabeleça um equilíbrio crítico. Deve-se estudar com

profundidade sem porém render-se rapidamente ao fascínio do sistema ou do autor estudado. Esta série de observações vale tanto mais quanto mais o pensador em questão for explosivo, de carácter polémico e sua obra não se submeter à sistematizações. Principalmente, quando se trata de uma personalidade na qual a atividade teórica e prática estão indissoluvelmente entrelaçadas, em um intelecto em contínua criação e em perpétuo movimento, do modo mais cruel e conseqüente (Gramsci, 1966b, p. 76-77).

Segundo Gerratana, um estudioso da obra de Gramsci e organizador da edição crítica dos *Cadernos*, os seus primeiros editores pretendiam tornar mais acessíveis os resultados da produção intelectual de Gramsci durante o período do cárcere. Assim, juntaram-se todas as notas distribuídas nos diversos cadernos de uma forma sistemática. Isso poderia também significar uma sobreposição ao desenvolvimento do pensamento de Gramsci e à provisoriedade de algumas de suas sistematizações. Gerratana, porém, assevera que a citada edição, mesmo com seus limites, instrumentalizou e favoreceu a leitura dos complexos problemas de interpretação que emergiam do texto de Gramsci (Gerratana, 1976).

A publicação da primeira edição dos *Cadernos* representa também a originalidade do comunismo italiano, apesar da censura implementada pela URSS, e é, na acepção de Togliatti, uma definição irreversível do projeto dos comunistas. Aliás, Togliatti apostava na complexa operação político-cultural que empreendia, tentando fazer dos comunistas italianos algo profundamente diverso dos membros de partidos de tradição terceiro-internacionalista e stalinista, já que, seguindo a orientação gramsciana, ele não analisava a revolução comunista como inexorável, mas tentava pensar uma nova estratégia para a classe proletária européia (Liguori, 1991, p. 674-675).

1.5 UMA NOVA LEITURA DE GRAMSCI

Nesse primeiro momento (1948-1958), as publicações dos textos de Gramsci tinham como alvo a sociedade italiana e uma estratégia para o PCI, já que Togliatti tentava a “*via italiana para o socialismo*”²⁰, para depois ser publicada e tornada conhecida internacionalmente. Somente em janeiro de 1958, no VIII Congresso do Partido, realizado em Roma, Togliatti irá deslocar o centro de leitura dos *Cadernos*. A leitura girará, então, em torno de obras políticas como *Note sul Machiavelli, sulla politica e sullo Stato moderno* e *Passato e presente* (*Maquiavel, a política e o Estado Moderno* e *Passado e presente*), possibilitando desvelar uma reflexão internacional da obra gramsciana, que se acrescentava ao perfil delimitado pelo horizonte nacional a que essa estava presa até aquele momento.

A política do PCI, desde 1956, depois do relatório de Krushev, para tornar Gramsci mais conhecido, propunha desvinculá-lo da “*via italiana para o socialismo*” e também do leninismo e do marxismo, para que fosse possível realçar a sua influência na vida intelectual italiana. Entretanto, deve-se observar a grande dificuldade de tal empreitada - até mesmo utópica -, uma vez que Gramsci, em seus escritos antecipa comportamentos e projetos, elabora análises do capitalismo avançado, utilizando-se do materialismo histórico, e mantém um grande diálogo com Lenin quando pensa sobre a estratégia para esse momento do capitalismo, desenvolvendo conceitos que avançavam ou se diferenciavam de outras linhas de pensamento, como o de Marx e Lenin, porque, ao analisar a complexidade do capitalismo avançado,

²⁰ Togliatti tenta uma estratégia mais moderada, para chegar ao comunismo, juntando forças com os grupos anti-fascistas para rearticular o PCI, utilizando-se do conceito de guerra de posições gramsciano, tentando tornar, primeiramente, a obra de Gramsci conhecida, para, posteriormente, levar o público leitor a ir assimilando sua teoria política e a idéia de socialismo. A idéia da “*via nazionale*” para o comunismo, embora tente manter uma certa distância com o stalinismo, driblando sua censura, não perde de vista a idéia de revolução, como ocorrerá depois com Berlinguer e a política do PCI na década de 1970.

desenvolve discussão com vistas à questão estratégica e à concepção de Estado. Eis sua grande riqueza: estar atento e viver o seu tempo, pensando-o.

Logo após a publicação da antologia *Duemila pagine di Gramsci*, de Giansiro Ferrata e Nicollò Gallo, Togliatti escreve uma carta à Einaudi Editores, em 22 de julho de 1964, em que faz uma autocritica pelo fato de vincular a figura de Gramsci ao PCI, reduzindo, assim, o alcance das reflexões desse filósofo. Reconhece a utilização da obra gramsciana e penaliza-se:

Talvez dependa do tempo que passou, que lançou sombras e luzes novas sobre tantos acontecimentos, que fez algumas vezes saltar em primeiro plano fatos e linhas de ação já habituais e cristalizados, com um juízo definido e, em segundo plano, ressaltar outras coisas ainda não valorizadas para nós. Não sei se é por este motivo. Certo é que hoje, quando percorri pina por página desta antologia, atravessado de tantos motivos diversos que se cruzam e algumas vezes confundem-se, mas não se perdem nunca, a pessoa de Antonio Gramsci parece colocar-se, ela mesma, em uma luz mais viva, que ultrapassa a vicissitude histórica de nosso partido. (...) Antonio Gramsci é a consciência crítica de um século de história do nosso país. O seu juízo e a sua ação inserem-se nos fatos da nossa história por um período breve e em setores bem delimitados. São hoje presentes na pesquisa política, nas posições ideais e práticas do nosso partido. Mas os companheiros me desculpem se digo que não é isto, no meu modo de ver, o que conta mais. O mais importante – aqui está o tema – é aquele nó, seja de pensamento, seja de ação, no qual todos os problemas do nosso tempo estão presentes e se cruzam (Togliatti, 1964).

Togliatti, prestes a morrer, nos primeiros anos da década de 1960, testemunha, por esse fragmento, uma profunda angústia pela amplitude e seriedade da crise do movimento

comunista, a partir do relatório de Krushev²¹ que critica Stalin. E, mais uma vez, orienta a guinada que deve ser empreendida pela esquerda italiana, recolocando a primazia da interpretação da obra gramsciana, nesta carta à Einaudi.

Em 1964, com uma abertura maior para os partidos comunistas, livres do stalinismo, já eram possíveis outras leituras, além daquela preconizada pela edição temática de 1948. Havia a possibilidade de publicar os textos de Gramsci com uma outra organização. No Brasil, ao final dos anos 1960, momento fundamental para repensar politicamente a esquerda e seus caminhos, não é o Gramsci político que é editado, mas sim, o intelectual e o literato. Há uma contradição com o momento italiano, e é necessário explicitá-lo.

1.6 A PUBLICAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA OBRA GRAMSCIANA NA AMÉRICA LATINA

A primeira publicação no Brasil de um texto que se reporta a Gramsci é a tradução de Romain Rolland do artigo, *Os que morrem nas prisões de Mussolini* (1937), que, como já antecipa o título, é um manifesto a favor da libertação dos prisioneiros dos cárceres fascistas, exibindo dados biográficos e a participação de Gramsci no PCI. A revista *Literatura* editada pelo PCB, em 1947, publica um artigo de E. Carrera Guerra intitulado *As cartas de Gramsci*.

²¹ Há 50 anos, na noite entre 24 e 25 de fevereiro começava no Grande Palácio do Kremlin "o degelo": a portas fechadas, diante de 1.430 representantes do 20º congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) proibidos até de tomarem nota, Nikita Krushev denunciava o "culto à personalidade de Stalin" e os horrores de seu regime. O relatório lido no Congresso denuncia, entre outros horrores que, entre 1935 e 1940, a polícia secreta prendeu 1.920.635 pessoas e fuzilou um terço delas (688.503). (*Jornal da Mídia – Especial. Há 50 anos acabava o stalinismo na Rússia*, de 17/03/2006).

que se refere à publicação das *Cartas do Cárcere* na Itália. É somente em 1966, contudo, que se inicia a publicação da obra gramsciana no Brasil, com *Concepção dialética da história* e, apenas no final da década de 1970, é que Gramsci será discutido, e influenciará as áreas educacionais e políticas. A recepção de sua obra ocorre em um momento de rompimento com a ortodoxia stalinista.

Para uma análise um pouco mais aprofundada dessa recepção, é preciso ter em conta que a aceitação das idéias gramscianas em outros países, inclusive na Itália, foi marcada por inúmeras polêmicas e interpretações as mais diversas. Não é diferente no Brasil. Aqui, sua obra começa a ser publicada em um contexto histórico-político especificamente significativo, no final da década de 1960 e nas décadas de 1970 e 1980, com a ditadura militar e a luta da oposição para que ela chegasse ao fim. O conhecimento da obra de Gramsci em nosso país, em um primeiro momento, não se dá através da comunidade acadêmica, mas sim, por alguns intelectuais comunistas que tentavam, no Partido Comunista Brasileiro (PCB), romper com o dogmatismo stalinista.

Se, de 1947 a 1948, Togliatti iniciou a publicação da obra gramsciana na Itália, com uma edição temática, deve-se ressaltar que ele possuía uma estratégia e uma política cultural para fazê-lo e atingiu o objetivo da sua intenção com grande sucesso editorial e, portanto, político. Utilizar, porém, essa mesma estratégia em época e circunstância diversas no Brasil, no final da década de 1960, não nos parece resultado de uma estratégia política, mas apenas editorial. Aqui, não havia a preocupação em rever a ordenação da obra, que não deveria ser exclusivamente temática, pois não tínhamos aqui os problemas italianos e porque o Gramsci político era fundamental naquele momento de nossa história, anterior ao AI-5. Era fundamental entender a importância política de um estrategista como Antonio Gramsci. Uma

política cultural bem definida seria importante em um período que ainda permitia uma certa expressividade intelectual, com a publicação dos textos políticos de forma a que auxiliassem a compreensão crítica deste momento opressivo da história da sociedade brasileira, depois do golpe de 64.

Em uma conferência no Congresso Internacional *Gramsci nel mondo* em Formia, Itália, em 1989, Carlos Nelson Coutinho analisa a própria apresentação da sua tradução com Leandro Konder do livro *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce* (*Concepção dialética da história*), de 1966, em *Nota sobre Antonio Gramsci*.

Depois de algumas cenas sobre a vida de Gramsci (seguindo uma versão que reproduz a linha de interpretação ‘oficial’ do PCI togliattiano), seguia uma parte teórica na qual Gramsci aparecia como um eminente filósofo, o qual, com o seu peculiar conceito de praxis, superava seja o idealismo de Croce seja o ‘materialismo vulgar’ de Buckarin, tornando-se, assim, aquele que ‘melhor definiu o verdadeiro caráter da filosofia marxista’. Quanto à dimensão teórico-política de sua obra, mencionada em poucas palavras, Gramsci era visto e também aqui de pleno acordo com a leitura de Togliatti como um continuador direto do pensamento de Lênin. Aliás, considerando a sua virtual contribuição às análises da peculiaridade brasileira, os organizadores da obra referem-se somente à questão literária e àquela dos intelectuais, que também no Brasil foram determinadas pela falta de dimensão nacional-popular. Não existe nenhuma alusão à possibilidade da obra gramsciana poder ser utilizada para valorizar radicalmente a questão da democracia e do socialismo no Brasil. (Coutinho, 1978).

Os primeiros tradutores que se utilizaram dos conceitos gramscianos eram ligados ao Partido Comunista Brasileiro. Entretanto, não tinham uma estratégia política ao traduzir Gramsci, apenas editorial, embora pretendessem combater o “dogmatismo marxista-leninista”. Esses intelectuais apresentavam-no como o “filósofo da práxis”, orientador de uma leitura

humanista e historicista do marxismo. O grande interesse dos editores parecia ser com o problema cultural que, no Brasil daquela época, podia ser tratado livremente pelo intelectual comunista, propondo, inclusive, uma renovação filosófica do marxismo brasileiro. As questões políticas, porém, deveriam ser tratadas pelo Partido, pela sua direção, a quem se atribuía a prerrogativa de dar a última palavra.²² Assim, o marxismo brasileiro rompia com o stalinismo, no campo filosófico e na sociologia da cultura, mas não no campo político, o que, segundo o próprio Gramsci, incompatível com a visão de Gramsci, já que filosofia e política formam um “bloco histórico”, ou seja, não se confundem, mas são unidos historicamente em uma relação dialética.

Segundo Marco Aurélio Nogueira, com a ditadura

(...) se entrava, portanto, em uma fase pouco favorável à reflexão crítica e ao debate político. Não faltava nem mesmo uma situação de confusão e de paralisia na esquerda, derivada certamente da exasperação radical das posições e da exaustão dos campos ideológicos até agora estruturados no país e parcialmente condicionados pela nova fase de crise do ‘marxismo leninismo’ e pelo fim do monopólio exercitado (em escala mundial) pelos partidos comunistas sobre o marxismo (Nogueira, 1991).

Entrava-se, no Brasil, no final da década de 1970, na era dos “marxismos”, afirma Nogueira.

Esse era, porém, o momento de apresentar um Gramsci político que pensa a “guerra de posições” e a hegemonia política, conceitos que serão estudados adiante, e que eram fundamentais para uma nova estratégia em um Brasil dominado por uma ditadura militar. No PCB, principal partido de esquerda no período, na área política, a direção era guiada ainda

²² É dessa forma que Carlos Nelson Coutinho analisa a questão em sua apresentação no Congresso Internacional de Formia, em 1989.

pelo stalinismo. Na academia, havia a tentativa de romper o dogmatismo, com o estruturalismo de Althusser, com a obra política de Sartre e Lukács, o que não nos cabe analisar aqui, mas que é relevante para compreender a atuação de grande parte da esquerda.

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, o gramscismo tem, ainda, como interpretação, a orientação do PCI, eurocomunista, inclusive no Brasil. A referência é o “compromisso histórico” de Enrico Berlinguer, como chefe do Partido, e a noção de democracia como valor universal, e como modelo, o eurocomunismo.

A partir da década de 1960 começa, também, a crescer o interesse pela obra de Gramsci em toda a América Latina. Anteriormente, encontramos apenas alguns comentários esparsos na década de 1950 e o interesse do argentino Héctor P. Agosti, do Partido Comunista Argentino, depois do início da publicação dos *Cadernos do Cárcere* na Argentina, entre 1958 e 1962.

Com relação à publicação de Gramsci na América Latina, é importante salientar que não há praticamente nenhum país neste território que não tenha seus textos publicados. É necessário salientar também que a tradução e difusão dos *Cadernos do Cárcere*, em espanhol, ocorreram em maior número do que em qualquer outra língua. Eles foram publicados parcialmente, em sua edição temática, na Argentina, entre 1958 e 1962 e no Brasil, entre 1966 e 1968. Eram as edições mais completas e mais numerosas em outra língua que não a original (Aricó, 1988, p. 63).

A obra de Gramsci penetrou tanto a cultura política latino-americana que muitas de suas categorias analíticas fazem parte do discurso teórico de cientistas sociais, historiadores, críticos e políticos. Integra também a linguagem usual da esquerda e até mesmo a dos assim chamados “democráticos”. Os discursos sobre os grandes ou pequenos problemas dos países

da América Latina incorporam palavras tais como hegemonia, bloco histórico, intelectuais orgânicos, crise orgânica, guerra de posição e de movimento, revolução passiva, o conceito de Estado ampliado = sociedade civil + sociedade política, etc. Utilizar, porém, estas categorias, muitas vezes, não indica um aprofundamento nas análises da realidade latino-americana, mas ao contrário, pode significar utilização sem rigor metodológico e, algumas vezes, fora do contexto da obra gramsciana.

A primeira tentativa de incorporação do pensamento de Gramsci à cultura política da esquerda latino-americana foi a do Partido Comunista Argentino, nos anos 1950, com Héctor P. Agosti como seu principal impulsionador. Nos anos 1960, essa tentativa já significava uma renovação política e moral do comunismo latino-americano. A apresentação de Gramsci na América Latina oferecia um exemplo moral e de força, em continuidade como o PCI o apresentava anteriormente à edição completa de sua obra, a chamada edição crítica: um “mártir do fascismo”. Seu pensamento político e suas obras não eram, então, conhecidos e, foi Togliatti, editando-as na Itália, o responsável pelo interesse da esquerda, em outros países.

José Aricó, ao refletir sobre o significado das crises dos anos 1960 na América Latina, com o acirramento das ditaduras militares e com a experiência da Revolução Cubana, tenta, na verdade, observar como os movimentos políticos de esquerda conseguem se livrar da sensação de derrota, buscar novos caminhos de luta e como o contato com a obra gramsciana foi importante nesse sentido.

O desengano dos anos sessenta, a consciência de ter sido parte de um movimento carregado de esperanças e de cegueira, levou muitos de nós a descobrir em Gramsci algo mais que um homem de cultura e um cidadão virtuoso. Porque o reconhecimento da derrota e a constância dos ideais nos obrigavam a pensar em outras formas de ação que fossem capazes de conjugar política e ética, realismo e firmeza moral, modificações presentes e

antecipações futuras; porque não podíamos eludir da responsabilidade de medir-nos com os fatos, porque deixamos de estar soberbamente seguros do que sustentávamos, devíamos reencontrar Gramsci (Ibidem, p. 25).

Esse é o testemunho de quem viveu todas as contradições da efervescente década de 1960 e a repressão das ditaduras na América Latina, na década posterior. Foram anos de ditadura e de tortura que provocaram o interesse pela reflexão gramsciana, e pela difusão de seu pensamento nessa região. E no Brasil da década de 1970, cresceu o interesse pelo estudo de sua obra, enquanto vigorava, fortalecido, o AI-5. Do mesmo modo que na Argentina e no México, surge, no Brasil, inicialmente o interesse pelo “homem” Gramsci, pelo “mártir”, em analogia a inúmeras situações internas e tristemente semelhantes de tortura e desumanidade. Em seguida, o filósofo ganha um espaço de análise e influência, tendo sua obra crescido em importância e reconhecimento.

Na Argentina, as *Cartas do cárcere* foram publicadas em 1950; *El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce*, em 1958; *Los intelectuales y la organización de la cultura*, em 1960; *Literatura y vida nacional*, em 1961; *Notas sobre Maquiavello, sobre política y sobre el Estado Moderno*, em 1962. Somente em meados dos anos 1970, quando Juan Pablos, do México, editou os 4 primeiros volumes, acima mencionados, houve a complementação da tradução para o espanhol, da edição Einaudi, publicando-se *Passado y presente*, em 1977 e *El risorgimento*, em 1980.

Nos anos 1950, Agosti volta-se principalmente para o problema da “reforma intelectual e cultural” de seu país, a Argentina, e toma a obra de Gramsci e de outros membros do marxismo italiano como referência, mesmo com a debilidade intrínseca da intenção de refundação no ideário comunista em um partido como o PC argentino, incapaz de flexibilizar-

se. O mesmo Agosti, como diretor dos *Cadernos de cultura*, nos anos 1950, começa a veicular a cultura marxista italiana não propriamente publicando textos de Gramsci, mas análises de outros pensadores que se utilizavam de suas categorias em seus artigos. O enfoque se dava, principalmente, na área cultural, sendo a questão da fratura entre os intelectuais e o povoação (a questão do nacional-popular) uma das grandes preocupações que sobressaíam em seus textos. Em meados dos anos 1960, há uma ruptura da revista *Cadernos de cultura* com os intelectuais gramscianos argentinos, que tinham uma outra leitura que não era a da questão do nacional-popular.

Agosti utiliza-se da tradução que faz da interpretação gramsciana do fenômeno *Risorgimento*²³ como revolução passiva, interpretando-a como “evolução não cumprida” ou “revolução interrompida”, fazendo, talvez, equivocadamente, um diagnóstico da história argentina e da sua realidade, sem abordar a análise do que significaram tais diagnósticos. Importa-nos, porém, mais as discussões com base na obra gramsciana que se introduzem no comunismo argentino a partir da década de 1950, por obra de Agosti.

Conhecidas as práticas stalinistas, a partir do final da década de 1950 e início de 1960, o Partido Comunista Argentino optou por abrigar-se em posições as mais tradicionais, fundadas em pensadores como Marx e Lênin, refutando qualquer contribuição que não fosse

²³ Começou no século XIX o “Risorgimento” italiano, movimento que visava a criação de uma Itália unida e livre da dominação estrangeira.

O processo de unificação se efetuou num período de cinquenta anos, conduzido por um lado pelas forças políticas e militares do Rei da Sardenha e por outro lado pelas Sociedades Secretas, como a “Carboneria” e a “Giovane Itália”. É, porém, a classe dominante italiana do Piemonte que consegue a hegemonia pós-unificação para continuar a mantê-la. Os protagonistas da Política italiana nesse período foram Giuseppe Mazzini e Giuseppe Garibaldi, animados por ideais republicanos, e os Savoia (Reis da Sardenha antes, da Itália depois) que tiveram no ministro Camillo Benso di Cavour um dos maiores artífices da unificação da Itália. Após rebeliões e guerras, Vittorio Emmanule II de Savoia conseguiu reunir os vários pequenos estados italianos e proclamou em 1861, o Reino da Itália. A Capital do Reino foi Turim, passando em 1864 para Florença; em 1870 Roma foi sua capital definitiva. É somente em 1915 que terminou a unificação que se inicia em 1861.

“ortodoxa”. Gramsci sempre foi considerado herege pelos stalinistas, e esse posicionamento estende-se a outras figuras do comunismo italiano, em particular a Togliatti.

Em abril de 1963, na cidade de Córdoba, é iniciada a publicação de uma revista de inspiração gramsciana, *Passado y presente*, propondo-se ser a “*expressão de um centro de elaboração cultural relativamente autônomo da estrutura partidária e um ponto de convergência dos intelectuais comunistas com aqueles que provinham de outros setores da esquerda argentina*” (Ibidem, p.63). Sua primeira série vem até 1965. Esse grupo pretendia organizar uma recuperação da capacidade de direção e de reorganização da teoria marxista, submetendo-a à prova das demandas do presente. O grupo é, porém, expulso do Partido Comunista Argentino, logo após o primeiro número da revista. Aricó argumenta que o editorial deste primeiro número demarcava uma distinção desse grupo em relação a outras publicações comunistas da época:

A autonomia e a originalidade absoluta do marxismo se expressam também em sua capacidade de compreender as exigências a que respondem outras concepções de mundo. Não é se fechando na defesa de posições preconstituídas que se avança na busca da verdade mas partindo do critério dialético, de que as posições adversárias, quando não são meras construções, derivam da realidade, formam parte dela e devem ser reconsideradas por uma teoria que as totalize (Ibidem, p.64).

Deve-se ressaltar o fato dessa revista ter nascido em Córdoba, uma cidade de província argentina e não em Buenos Aires, centro de formação do pensamento e cultura argentinos. Córdoba era, naquele momento, o lugar onde se expandia a indústria metal-mecânica.

Para entender melhor o que significou Córdoba na história político-cultural da Argentina, devemos salientar que ela foi o epicentro do conflito social no país nos anos 1950 e 1960 e que foi ali que irrompeu o sindicalismo classista fortalecendo uma maior aproximação da esquerda peronista que se reconhecia socialista. Houve também tentativas de controle operário, embora incipientes, de democratização dos sindicatos fabris, união dos estudantes com o movimento operário e radicalização da juventude católica. Foi ali que, mais tarde, nasceu a organização “montoneros” e cresceu como em nenhum lugar, o “Exército Revolucionário do Povo”. Esse é o momento em que nasce a revista *Passado y presente*, de inspiração gramsciana.

Essas são as razões pelas quais creio que, além da discussão que hoje se possa fazer sobre a vigência atual do seu pensamento e independentemente das dúvidas a respeito da validade de suas categorias estratégicas, é indiscutível que teve para nós um formidável efeito libertador (...). Em uma palavra, Gramsci permitiu que nos introduzíssemos nos grandes problemas nacionais (Ibidem, p.71).

É desse modo que José Aricó sintetiza o significado e o valor do contato com a obra gramsciana na Argentina. Aliás, tal análise pode ser compreensível se extensiva para o restante da América Latina que, igualmente, tinha a formação teórica dos comunistas nos anos 1940 e 1950 com o estudo de uma obra cuja leitura era obrigatória: *História do Partido Comunista bolchevique da URSS*, de Stalin, que praticamente impedia o “descobrimento” da nação porque salientava o internacionalismo comunista.

Gramsci, porém, propunha que o socialismo fosse um processo que se desenvolveria a partir da própria sociedade, da própria nação, sem perder de vista o momento internacional,

o que não era facilitado por essa formação. A revista teve o papel de difundir essa proposta, não somente na Argentina, mas nos outros países da América Latina onde foi lida.

O grupo de *Pasado y presente*, em torno do qual gravitavam os gramscianos, conhecia principalmente o Gramsci “nacional popular”. Tal fato vai orientá-los, em 1965, na procura de soluções concernentes à caducidade da função histórica do pensar intelectual em relação aos trabalhadores mesmo sem encontrarem respostas às suas questões. A experiência decorrente dos Conselhos de Fábrica, de 1920, em Turim, que Gramsci liderou como dirigente do jornal *Ordine Nuovo* servirá de base às reflexões de 1973 sobre um contra-poder das massas, em crescente expansão na sociedade argentina.

No Chile, o Partido Comunista, nos anos 1960, tenta se apresentar como protagonista na luta pela hegemonia dos grupos de esquerda, juntando-se ao movimento sindical e ao movimento popular sob a influência das idéias gramscianas. Até aquele momento, impunha-se ainda a influência da doutrina staliniana do Diamat (materialismo dialético - materialismo histórico , contida no famoso Manual de Buckarin), embora conhecessem também Marx, Engels e Lênin

Nessa imagem cotidiana à qual aderimos sem reservas, forjamos nossa experiência política, sem nos darmos conta de que na mesma medida em que esta se fazia, concreta e real, contrariava, desmentia, ou simplesmente se situava à margem daqueles esquemas. Frente a ela, e contra tudo o que ela representava, encontramos um certo dia os escritos de Gramsci. E foi a renovação (...) A ótica proporcionada por Gramsci foi mais rica, mais profunda, mais ligada à realidade (Fernández, 1987).

No Chile, segundo Fernández Díaz, a obra gramsciana aparece como libertação do rígido esquema marxista-leninista. “*Um estilo novo, conectivo de exploração: aqueles escritos*

provocaram em nós um impacto semelhante àquele da leitura dos Manuscritos de Marx” (Fernández, 1995). Para além de Gramsci, continuava ainda forte a presença do stalinismo, mas a obra dele era uma outra leitura, uma outra maneira de ver, uma outra forma de relacionar a ação e a realidade político-cultural chilena.

Tanto Fernandes Diaz quanto José Aricó concordam que o sucesso dos escritos de Louis Althusser na América Latina fez com que Gramsci não fosse lido e apreciado como poderia. Na realidade, eles afirmam que a leitura do marxista francês reduz os problemas e as reflexões à forma abstrata e genérica assumida no período stalinista. A “revolução teórica” que pretendia Althusser, segundo Aricó, nada mais era que a reformulação, em novos modelos, das teses fundamentais do marxismo-leninismo que, segundo Diaz, correspondem ao stalinismo, já que a doutrina do marxismo-leninismo é obra e fruto de Stalin.

Althusser, na realidade, prepara o público leitor para Gramsci, pois, como as velhas edições gramscianas haviam desaparecido, quem não lia italiano conhecia-o indiretamente a partir da polémica que levantava Althusser contra ele em *Para ler o Capital*. Segundo Althusser, o historicismo de Gramsci não era marxista mas herdeiro da tradição idealista italiana, posição que até hoje vigora em grande parte dos intérpretes, inclusive colocando-o como “reformista”.

Como expressão de uma nova tendência no marxismo e no meio desta nova experiência intelectual, é publicada a primeira antologia chilena da obra de Gramsci, no início da década de 1970 (*Gramsci, Maquiavelo y Lenin*, 1971).

A partir de meados de 70, inspirados pelo eurocomunismo, os estudos sobre a obra e o pensamento de Gramsci vão crescendo. O México é um bom exemplo desse fato. A maioria dos intelectuais da Revolução Mexicana tem como estratégia o conceito gramsciano de guerra

de posições, que auxiliava na redefinição da história do país e do papel da Revolução,, mas com uma forte influência da interpretação dos eurocomunistas.

No final dos anos 1970, a influência da leitura da obra gramsciana se alarga. Sai da restrita circulação de intelectuais comunistas e estende-se a amplos setores da esquerda latino-americana. Essa esquerda assume as categorias gramscianas como suas. A América Latina passa, da esperança de governos de esquerda, como o de Salvador Allende, às ditaduras militares. É nesses tempos de desesperança, de ânsia política e teórica que se reinicia a leitura de Gramsci, como possibilidade de elaborar uma alternativa política que afrontasse a ditadura.

Essa renovada abordagem nasce no México, um dos principais lugares para onde se deslocou grande parte da intelectualidade da esquerda latino-americana ao fugir das ditaduras. O México ofereceu asilo a sociólogos, economistas, historiadores e politólogos do Chile, Argentina, Uruguai, Bolívia e Brasil e, nesse contexto, ocorreram dois congressos internacionais sobre Gramsci: um, em 1978, na Universidad Nacional Autónoma de México (Unam) e o de Morelia sobre “Hegemonía y alternativas políticas en América Latina”, em 1980. Vale observar que essa tentativa do congresso justificou-se porque, em 1984, a Editora Era começa a primeira tradução espanhola da edição crítica dos *Cadernos*. Aricó analisa que, depois da derrocada das guerrilhas que tentavam derrubar as ditaduras, com a necessidade de se recolocar perante a realidade destas, há um retorno a Gramsci. Foi por isso que o Congresso de Morelia girou em torno do conceito de hegemonia. Em 1977, a coleção da Editora Siglo XXI, *Cuadernos de pasado y presente*, dirigida por José Aricó, publica *Os usos de Gramsci*, de Juan Carlos Portantiero, com uma antologia dos escritos políticos gramscianos. Portantiero pergunta, com rigor histórico, o porquê de Gramsci na América Latina, refletindo sobre o valor de sua obra como instrumento lúcido e teórico de busca de uma sociedade democrática,

aberta e, também, sobre como delinear os diferentes caminhos para realizá-la na prática objetiva. Para isso, ele tenta uma leitura de Gramsci, que avalia como agudo observador do capitalismo atrasado e periférico, para buscar uma analogia das relações entre política e economia na Itália e América Latina, anunciando com esse contexto uma nova esquerda latino-americana, com forte influência eurocomunista e uma visão tendendo a liberal.

Um terceiro momento de Gramsci na América Latina inicia-se com o congresso Internacional *Vigencia y legado de Antonio Gramsci*, no Chile, em 1987. Organizado pelo Instituto de Ciencias Alejandro Lipschutz, com o patrocínio do Instituto Gramsci de Roma. Este congresso propiciou um confronto entre a interpretação comunista de Gramsci e a social-democrática, confronto que existe ainda hoje e que se desenvolve também no Brasil, a partir da década de 1980, com a influência do eurocomunismo, em nossos pensadores comunistas. É o momento da ascendência do conceito de democracia como valor universal, de Enrico Berlinguer, então à frente do PCI, ideólogo político dos eurocomunistas e de grande parte da esquerda da América Latina, vinda dos PCs ou não.

1.7 A PUBLICAÇÃO DA OBRA DE GRAMSCI ESPECIFICAMENTE NO BRASIL

Como nos revela Carlos Nelson Coutinho (Coutinho, 1995), diferentemente do que aconteceu com Gramsci na Argentina, no Chile e no México, no Brasil a primeira edição da obra gramsciana deve-se a intelectuais que travavam uma batalha “antidogmática”, ainda ligada ao campo da Filosofia, da Estética e da Sociologia da Cultura. A obra de Gramsci estava, naquele momento, atrelada a Lukács de *História e consciência de classe* e a Sartre da *Crítica da razão dialética*, sendo os três apresentados como autores antidogmáticos, por serem

considerados intelectuais que pensam a transformação da realidade pela cultura. No terreno da política, na década de 1960, perdurava ainda o stalinismo. Tanto Carlos Nelson Coutinho como Leandro Konder, na condição de teóricos da cultura, chegaram a Gramsci desse modo e começaram a traduzi-lo.

Anteriormente à publicação da obra gramsciana, já existiam artigos que citavam Gramsci ou que já utilizavam suas categorias em seus textos. A revista *Ângulos* (Salvador-BA) publica artigo de Carlos Nelson Coutinho (1961), que se refere a Gramsci; Leandro Konder (1963) publica em *Estudos Sociais* (Rio de Janeiro) artigo em que utiliza categorias gramscianas; Michael Löwy cita Gramsci em um artigo de 1962 na *Revista Brasiliense* (São Paulo), fazendo referência aos Conselhos de Fábrica. Esses intelectuais eram todos ligados ao PCB ou influenciados por ele.

No meio da década de 1960, inclusive depois do golpe militar, com o AI-5,²⁴ a Editora Civilização Brasileira, que era dirigida por marxistas como Ênio Silveira e Moacyr Félix, apoiou a iniciativa dos intelectuais que projetavam traduzir obras do marxismo ocidentalizado, ou seja, o marxismo que tentava romper com o stalinismo, como o jovem Lukács, Lucien Goldmann, Benjamin, Adorno e também Gramsci.

A primeira publicação de Gramsci no Brasil da *Concepção dialética da história* é de 1966, com tradução feita por Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, seguida por *Cartas do cárcere*, com tradução de Noênio Spínola, também em 1966. Em 1968, são publicadas as obras: *Literatura e vida nacional* e *Os intelectuais e a organização da cultura*, traduzidos por

²⁴ Ato jurídico do governo Costa e Silva (dez/68), governo militar de 1964. Permitia repressão e censura no confronto com o Parlamento e também com toda a sociedade civil. Em verdade, é o início real de um extremo endurecimento do estado ditatorial no Brasil.

Carlos Nelson Coutinho. Luís Mário Gazzaneo, neste mesmo ano, traduziu *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Duas outras obras previstas para serem publicadas em 1968, *Il risorgimento (O Ressurgimento)* e *Passato e presente* não foram editadas. Essas publicações foram prejudicadas pelo insucesso editorial das obras de Gramsci já publicadas e, também pela edição do AI-5, a 13 de dezembro de 1968, que pontificou o recrudescimento da ditadura militar no Brasil e da censura no campo cultural e político.

A edição brasileira das obras gramscianas segue a edição temática italiana, de 1947, promovida por Togliatti. Esta, porém, seguia uma estratégia política precisa, tornar Gramsci conhecido para depois tornar suas idéias políticas acessíveis, o que não aconteceu no Brasil. Na realidade, a preocupação central era publicar no Brasil outros autores marxistas além de Marx e Lênin, principalmente os marxistas considerados não dogmáticos que propunham novas estratégias para a esquerda.

Segundo Coutinho, em texto que escreve para o livro *Gramsci in Europa e in América* (Coutinho, 1995, p. 128-131), com a radicalização da ditadura, há também uma radicalização dos intelectuais de esquerda, que não conseguiam dar uma resposta satisfatória à nova situação, identificada principalmente na formulação do PCB, que continuava a ver um Brasil “atrasado”, semifeudal e semicolonial, necessitado de uma revolução democrático-burguesa. Não se enxergava que a ditadura, antes de ser um instrumento dos grandes latifundiários e dos “agentes imperialistas” para impedir o desenvolvimento do país, era, sim, instrumento da burguesia para modernizar o capitalismo brasileiro, elevando-o, provavelmente, ao capitalismo monopolista de Estado.

Estes intelectuais aproveitaram, segundo Coutinho, a tática proposta pelo PCB contra a ditadura, isto é, um amplo arco de alianças, processo então chamado “acumulação de

forças”. Concluiu, porém, que esta tática não era apresentada como parte de uma nova teoria da revolução no Ocidente mas como concepção marxista-leninista da “revolução democrático-burguesa”. Aliás, grande parte da intelectualidade de esquerda via essa tática como expressão de oportunismo e capitulação política.

Juntamente com a condenação dessa tática política, cria-se também entre os intelectuais um mal-estar com relação à proposta de renovação filosófico-cultural elaborada no PCB. Inclusive, o pensamento de Gramsci era tido como expressão filosófica de uma tendência conservadora e anacrônica. Assim, de um lado, a “grande recusa” de Marcuse e a “revolução epistemológica” de Althusser vão ser as respostas privilegiadas pela maioria dos intelectuais de esquerda, paradoxalmente, para a análise da necessidade da revolução democrático-burguesa no Brasil. Há também uma esquerda “heterodoxa”, principalmente na década de 1960 e de 1970, representada pelos “centristas” (POC), trotskistas, luxemburgistas, e ainda, a esquerda católica participantes do debate marxista. A chamada “nova esquerda”, que atuava externamente ao PCB, utilizava intelectuais como Mao Tsetung e Régis Debray para “solucionar os problemas” do país, inclusive preconizava o emprego da luta armada.

A proposta de Gramsci, ao contrário, como era compreendida, parecia muito difícil de ser aplicada à realidade brasileira porque implicava estratégia de longo prazo. Assim sendo, esses outros pensadores políticos têm, então, várias edições de suas obras, enquanto a reedição de Gramsci é sempre adiada. Somente no final da década de 1970 e início da década de 1980 começará a crescer o interesse pela obra gramsciana no Brasil, coincidindo com o eurocomunismo na Europa e a volta para o país dos intelectuais que com ele tiveram contato e o assimilaram durante estada no exílio europeu, principalmente, italiano.

2 USOS DAS CATEGORIAS POLÍTICAS DE GRAMSCI

2.1 USO DAS CATEGORIAS GRAMSCIANAS NO BRASIL E O PCB

A influência da proposta de renovação democrática anteriormente à publicação de Gramsci no Brasil, se fez através do PCI e das discussões que se espalharam pelo Ocidente e já estavam, em 1946, sendo veiculadas pela proposta de Luis Carlos Prestes. Ele propõe, também a “frente única” formada por operários e patrões progressistas, camponeses e fazendeiros democratas, intelectuais e militares. Fica claro nos documentos entre 1945 e 1946, que Prestes defende a via parlamentar e a união com todos os grupos “democráticos”, não importando a posição social, pontos de vista ideológicos ou filosóficos e interesses de classe. Contra os métodos de luta direta de reivindicação da classe operária, propõe a contenção da sua política nos limites da “legalidade burguesa”. Afirma que as oposições entre as classes deverão resolver-se no parlamento, nos sindicatos, etc. (Piozzi, 1983, p.s. 27 a 30).

A proposta da “renovação democrática” encontra-se também na *Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro*, de março de 1958, principalmente na II parte do documento, “A democratização da vida política nacional”; na III parte, “Crescem pelo mundo inteiro as forças da paz, da democracia e do socialismo” e na V parte, “A frente única é a luta por um governo nacionalista e democrático”.

Para comprovar a assertiva acima, a obra, *PCB: 20 anos de política – 1958 – 1978*, (Capistrano, 1980) esclarece-nos que, no final da década de 1950, já havia uma “ala

democrática” a organizar-se no Partido, propondo a questão da “frente única” como estratégia contra o imperialismo americano, como a defesa de Prestes desde 1946.

Tendem a unir-se e podem efetivamente unir-se no movimento nacionalista a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia e os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano (Capristano, 1980, p. 15).

Esse documento ainda aborda a revolução antiimperialista e antifeudal por meios pacíficos:

O caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, a ascensão do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país. (...) O caminho pacífico significa a atuação de todas as correntes antiimperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e de organização de massas. É necessário, pois, defender esta legalidade e estendê-la em benefício das massas (Ibidem, p. 22.).

O que pretendemos enfatizar é que já existia no PCB uma “ala democrática”, anteriormente à década de 1950, e outra que evidenciava seu posicionamento no *Manifesto de 1958*: continuavam a propor a luta democrática e não a revolução violenta, como estratégia processual e valorização institucional, agora com influência da proposta italiana pós-1956, a partir do relatório de Khrushchev sobre Stalin e da “via italiana” para o socialismo de Togliatti. Na realidade, compreendemos que a proposta de revolução é contra o imperialismo, mas a democracia, como via para combatê-lo, significava um fortalecimento do capitalismo, porque não continha proposta para superar a democracia burguesa.

A partir de 1957, cresce no Brasil a ideologia nacionalista, à qual se junta também o PCB. O nacionalismo passará a ser a influência dominante na análise da realidade brasileira. A

luta interna, porém, nas fileiras do Partido, não se resolve facilmente, havendo um recrudescimento do dogmatismo stalinista interno. Nos anos que se seguiram ao *Manifesto de 1958*, o grupo que tenta romper com a ortodoxia stalinista no PCB, a “ala democrática”, propõe, sem sucesso, a democratização do Partido. Com isso, o controle da hegemonia política permanece com a “ala ortodoxa”, isto é, stalinista. Há também, em 1962, uma cisão no partido com a criação do Pc do B.

Com o golpe de 1964, a cúpula do Partido é exilada e a atuação do Partido Comunista Brasileiro enfraquece, já que a grande maioria de seus integrantes, presa ou exilada, teve a militância prejudicada. É nesse momento, inclusive, que uma parte dos exilados toma contato com o eurocomunismo, muito forte principalmente na Itália, com Berlinguer à frente do PCI. Gramsci era o referencial indireto desse grupo, que assimila o eurocomunismo e traz para o Brasil as principais propostas do movimento. Observa-se, assim, uma preocupação dos primeiros tradutores de Gramsci e dos intelectuais a eles ligados, no PCB, em “atualizar” o PCI para o nosso país.

Na década de 1970, o Comitê Central do PCB encontra-se exilado na Europa e tenta continuar organizado com encontros constantes. O Comitê Central, que se reunia em Paris, na década de 1970, tinha Armênio Guedes como interlocutor eurocomunista. Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho, desde o início dos anos 1960, eram muito próximos a Guedes. No exílio, encontram-se novamente e reativam a aproximação. Junta-se a eles Ivan Ribeiro. O jornal *A Voz Operária* começa a desenvolver essa tendência eurocomunista, explicitando os projetos de estudos desse grupo.

Voltando ao Brasil, o grupo do *Voz Operária* continua o projeto no interior do partido. Em 1977, os brasileiros que podiam voltar porque não tinham a restrição do exílio,

procuram reativar o Partido, principalmente em São Paulo. A cúpula mais ortodoxa continuava no exílio e, portanto, enfraquecida politicamente no país. A chamada “ala democrática”, ligada aos intelectuais eurocomunistas, vai liderar o processo de reativação do partido. Depois de 1979, o grupo que havia retornado ao Brasil com a anistia começa a buscar contato com o Comitê Central, para iniciar o movimento de reorganização do Partido.

É dessa época a criação do jornal *A Voz da Unidade*, projeto do Comitê Central com o grupo de São Paulo (Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho e outros). Existiam, porém, duas concepções de partido expressas nos debates: “partido de massas”, de proposta gramsciana, versus partido como “aparelho”, de proposta stalinista, perfeitamente distintas conforme as discussões mantidas e publicadas pelo jornal.

O grupo democrático de São Paulo, que iria dirigir o jornal, deixa-o em julho de 1981 porque perde aos poucos o controle, que vai sendo tomado pelo Comitê Central. Em 1983, os integrantes do grupo democrático se dividem: uma parte vai para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB e outra, para o Partido dos Trabalhadores - PT. Eles preparam o VII Congresso do PCB em 1982, mas não participam dele. Ainda nesse ano, houve a Conferência Estadual de São Paulo em que as posições do grupo dissidente são explicitadas em discordância com o Comitê Central, motivo pelo qual não participaram do VII Congresso.

Enfim, o debate sobre idéias políticas de influência gramsciana ocorre no Brasil, por intermédio do eurocomunismo e da estratégia do PCI de Berlinguer, em um momento crucial no final da década de 1970, com a luta pelo fim da ditadura militar, da violência e da tortura. Essa conjuntura influenciará, inclusive, toda a aplicação do conceitual gramsciano em outras áreas.

Dermeval Saviani define bem quais as conseqüências de interpretação e de ação que se colocam quando se perde a análise concreta de situações concretas, nuclear no desenvolvimento do pensamento gramsciano e de sua perspectiva de classe. Escreve:

A opção de Gramsci pelo socialismo e, em seguida, pelo comunismo decorreu de um profundo e vital enraizamento nas condições concretas de desenvolvimento da história dos homens. Sua identificação com a humanidade, sua percepção de que cada indivíduo singular participa da condição humana em sua plena historicidade se alimentou ao mesmo tempo de sua experiência real, como homem originário da província, da periferia,, de uma região rústica e atrasada, e de seu profundo contato com a teoria do desenvolvimento histórico da humanidade elaborada por Marx. Nessas circunstâncias, sua leitura de Marx, longe de se constituir num empreendimento intelectual porque distanciada das questões práticas, cotidianas, ligadas ao dia-a dia das lutas, dos anseios, das perplexidades do conjunto dos homens, foi um empreendimento genuinamente intelectual exatamente porque movida e crivada pelas necessidades próprias, as mais elementares e as mais sublimes, dos homens de sua época. Por isso ele apreendeu, provavelmente mais do que nenhum outro, a teoria marxista não como doutrina mas como método, mais precisamente, como o método que se orienta, sempre, pela análise concreta de situações concretas.(Saviani in Ragazzini, 2005, p.18)

A riqueza da análise gramsciana sobre estratégia política, sobre a Revolução, como criação de uma nova cultura, além de uma nova organização econômica que Gramsci chamará de criação de uma “*nuova civiltà*”, perde-se. E parte da intelectualidade da esquerda brasileira perde também a oportunidade de processar crítica e coerentemente as questões contemporâneas utilizando-se de suas categorias políticas, embora se denominassem gramscianos.

2.2 ELEMENTOS TEÓRICOS DO PENSAMENTO DE GRAMSCI

Assim, o objetivo principal é buscar reconstruir conceitos gramscianos importantes para a análise do conceito de estratégia revolucionária e as interpretações que servirão de base para interpretações posteriores.

Eric Hobsbawm, analisando Gramsci em relação à teoria política marxista, afirma que a interpretação gramsciana se insere no espaço em que a elaboração de Marx carece daquelas categorias abrangentes que não foram relevantes em sua análise econômica. Segundo Hobsbawm, não é a mera inclinação intelectual que determina a escolha da pesquisa em política ou economia, a escolha é ditada por sólidas razões de ordem prática e teórica (Hobsbawm, 1995b, p.87). A discussão da questão filosófica em Gramsci implica, principalmente, analisar o Gramsci político.

É forçoso lembrar que Gramsci foi o dirigente do Partido Comunista Italiano. Ele viveu a experiência de um movimento de massa em Turim – os Conselhos de Fábrica, que foram uma tentativa da classe operária de tomar o poder por meio do domínio das fábricas de automóvel daquela cidade. Liderou o movimento dos Conselhos de Fábrica, junto com o grupo do jornal operário *l'Ordine Nuovo*. Isso significa que a escolha de análise de Gramsci não foi apenas intelectual, mas sobretudo, política, porque sua principal preocupação era a estratégia para a revolução operária no capitalismo ocidental, era a complexidade do capitalismo avançado, conforme analisa em sua obra.

Gramsci tinha duas situações fundamentais para analisar: o movimento operário na Europa, que havia sofrido diversas derrotas e a tendência positivista do pensamento marxista, durante as primeiras décadas do século XX, que acreditava ser a revolução operária

inexorável. Essa leitura econômico-mecanicista da obra de Marx provocava graves consequências para o avanço do socialismo no plano internacional.

É basilar na obra de Gramsci a discussão sobre estas questões. Assim, ele se propõe a discutir a análise mecanicista da revolução no famoso *Manual de Buckarin* (Buckarin, 1921). Também a questão nacional preocupará Gramsci tanto quanto o problema essencial para a classe operária internacional, a revolução proletária. Desse modo, o desenvolvimento de sua obra insere-se entre a discussão das derrotas sofridas na Hungria, na Itália, na Alemanha e outros países europeus que tentaram a revolução proletária, e a procura de uma nova perspectiva para a classe operária. Seu pensamento se move no âmbito internacional, mas sua experiência de luta encontra-se no terreno nacional, segundo o modo de viver e de pensar europeus (Badaloni, 1987, p. 52), sem deixar de compreender a revolução operária como mundial.

Os problemas sociais obrigam a projetar soluções. Gramsci soube antever a necessidade de um leque maior de análise, como tema da reforma intelectual e moral que se torna indicador de possíveis transformações históricas. Como herdeiro direto do pensamento de Marx, concebe o capitalismo como modo de produção e como processo civilizatório, como “civiltà capitalista”, caminhando para a mundialização. Central em sua teoria política é o entendimento da capacidade que os grupos sociais, através dos intelectuais orgânicos, têm para elaborar concepções de mundo universalizantes que possam traduzir uma ideologia, que é própria de uma classe, em ideologia universal. Isso seria, para ele, o exercício da hegemonia:

A hegemonia é isso: capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim, marcado por profundas contradições de classe (Gruppi, 1980b, p. 70).

Essa concepção de hegemonia refere-se à noção de “domínio ideológico”. Existe, porém, um significado mais amplo do conceito ligado à idéia de reforma intelectual e moral que se dá a partir da estreita conexão existente, para Gramsci, entre teoria e prática e entre filosofia e ação política. Trata-se de sua preocupação com a construção de uma nova ordem civilizatória, uma “*nuova civiltà*” que direcione as massas a novos padrões de valores e de comportamento orientados pelo projeto revolucionário. Nesse sentido, é necessária uma nova visão de mundo que impulsione e solidifique uma nova forma de civilização. Para que isso seja possível, não se separam as noções de consenso e coerção contidas no conceito de hegemonia, no período de transição posterior a tomada de poder pela classe trabalhadora, já que esta é exercida, sincronicamente, sobre os grupos aliados e sobre aqueles adversários, para que se solidifique essa nova cultura.

É a partir da inserção das classes subalternas como cidadãos em uma ordem civil burguesa moderna, com participação maior na vida política, que se inicia um longo caminho de elevação destas classes à consciência filosófica, a uma visão de mundo e a uma nova proposta hegemônica. Como analisa Buci-Glucksmann:

A concepção de Gramsci de dialética entre filosofia e massa é um progresso filosófico, mas também progresso político. (...) Esta dialética é que tende a resolver no socialismo a separação potencial entre intelectual e massa, fazendo com que permanentemente coincidam a teoria e a prática através de um contínuo ajustar-se, porque, como dizia Brecht, “a filosofia ensina o comportamento correto” (Buci-Glucksmann, 1980, p. 258).

Assim, é necessário resolver a contradição potencial entre consciência prática e consciência teórica²⁵ para que isto não seja um obstáculo real à hegemonia do proletariado, a uma política de direção da sociedade. Segundo Gramsci:

“O homem ativo da massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação, que, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma. Pode ocorrer, inclusive, que a sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com seu agir. É quase possível dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica. Todavia, esta concepção “verbal” não é inconseqüente: ela liga a um grupo social determinado, influi sobre a conduta moral, sobre a direção da vontade, de uma maneira mais ou menos intensa, que pode, inclusive, atingir um ponto no qual a contraditoriedade da consciência não permite nenhuma ação, nenhuma escolha e produza um estado de passividade moral e política. A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. (...) a unidade de teoria e prática é ‘um devir histórico’ que percorre várias fases concretas e implica um desenvolvimento desigual, que deverá ser superado pela hegemonia e pela prática política do partido de vanguarda. A consciência prática implícita não coincide necessariamente com a consciência teórica proclamada explícita, que pode ser ‘superficial’, ‘herdada do passado’. (...) tal contradição é paralisadora porque impede que a ‘posição prático-teórica’ possa tornar-se ‘política’, questão de ‘hegemonia’. (...) A consciência de ser parte de uma força hegemônica (da consciência política) é a primeira fase de uma posterior e progressiva autoconsciência, de unificação da prática e da teoria (Gramsci, 1975, p. 1385).

²⁵ Cf. Gramsci, Caderno 11.

Segundo ele, o Partido não é externo à classe, quando considerado direção. É, na verdade, o elo entre consciência teórica e prática.

O princípio de que o partido dirige a classe operária não deve ser interpretado de modo mecânico. Não é preciso acreditar que o partido possa dirigir a classe operária por uma imposição autoritária externa; e isto é verdadeiro tanto para o período que precede quanto para aquele que mantém a conquista do poder (...) Nós afirmamos que a capacidade de dirigir a classe ocorre em relação não ao fato de que o partido se ‘proclame’ órgão revolucionário, mas ao fato de que ‘efetivamente’ consiga, como parte da classe operária, integrar-se a todas as sessões desta classe (Gramsci, 1971b, p. 508).

Segundo Gramsci, para que o partido operário possa fazer política, deve mudar a correlação de forças para conquistar a massa popular para a causa do proletariado e para a sua hegemonia, o que exige organização política, pois essa transformação jamais é mecânica, nem mesmo em momentos de “crise orgânica”. O Partido, como seu intelectual orgânico coletivo, deve guiar os trabalhadores para a tomada do poder e transformação do modo de produção e para a criação de uma “*nuova civiltà*”.

A política seria uma prática que tenderia a modificar uma dada relação de forças, incidindo no ponto fraco do adversário, no seu “centro de gravidade”. Portanto, é fundamental conhecer a realidade efetiva, como já entrevia Maquiavel, combinando a ciência da política e uma dimensão criativa. Uma transformação política importante exige preparação e organização e não ocorrerá sem que essa estratégia esteja preparada. É necessária atenção à estrutura e, também, à conjuntura, pois é a partir dela que se pode dirigir a estratégia.

Ao analisar o fascismo, a fim de elaborar elementos teóricos para vencê-lo e encaminhar a revolução proletária, Gramsci pensa que a luta contra ele exige uma fase transitória porque considera impossível a revolução quando não há meio de organizar-se:

A reação italiana, privando o proletariado da atividade de seu partido, de sua organização de classe, do seu jornal, de qualquer possibilidade de reunião e de greve, tolheu-o dos meios indispensáveis para a luta, para chegar relativamente rápido à própria hegemonia de classe (Lisa, 1964, p.8).

Para ele, fazer política significava fazer uma outra política, fundamentar-se sobre uma análise muito diversa da conjuntura internacional. Gramsci, ao criticar o economicismo, como base teórica da proposta mecanicista que afirmava a inelutabilidade da revolução pela crise capitalista, propõe uma outra estratégia para a hegemonia do proletariado, baseada na *guerra de posições* e não na guerra frontal, pois tinha a reforma intelectual e moral como fundamentais para vencê-la, tomar a direção da sociedade civil, tomar o poder da sociedade política e mantê-lo.

Essa reforma intelectual e moral que, para Gramsci, seria a elevação cultural das massas, para adequá-las à modernização e ao crescimento das forças produtivas da sociedade capitalista, tem repercussões contraditórias: o acesso aos códigos dominantes, o conhecimento dos direitos e deveres e a capacidade de exigí-los podem educá-las também para a transformação da ordem e não apenas para o conformismo e a adesão. Assim, as conquistas democráticas vão possibilitando uma maior organização e consciência política, mas não bastam para a transformação.

Segundo Gramsci, não se pode propor a modificação total da consciência de toda a classe operária, antes da conquista do Estado. Somente a partir da modificação do seu modo de viver é que, conseqüentemente, muda a consciência de classe como tal, ou seja, ocorre somente quando o proletariado tornar-se classe dominante, somente quando tiver à sua disposição o aparato de produção e de distribuição e o poder estatal. Cabe ao Partido educar

para formar essa consciência superior, e a reforma intelectual e moral, função do Partido, vai direcionando essa modificação.

A preparação ideológica da massa, então, é condição necessária para a luta revolucionária, além de caber ao Partido dirigir essa luta. No *Caderno 11*, Gramsci esclarece que toda nova situação histórica gera uma nova superestrutura, com intelectuais que também devem ser concebidos como novos intelectuais oriundos dessa nova situação, que possam romper com a situação anterior.

Para Adolfo Sanchez Vasquez, pensar uma sociedade superior, é pensar uma sociedade na qual

o indivíduo – como sujeito dotado de consciência e vontade – deve superar a condição de suporte ou efeito passivo de uma estrutura social para integrar-se livre e conscientemente na comunidade e desenvolver, mais do que nunca, sua responsabilidade pessoal e, com isso, a sua própria natureza moral (Vasquez, 1990, p.63).

Portanto, ao pensar a guerra de posições como estratégia, Gramsci trabalha com o conceito de democracia em dois momentos: as conquistas democráticas como estratégia para a revolução, e como uma nova forma de *civiltá*, uma nova ordem civilizatória, isto é, um novo bloco histórico, uma síntese entre base e superestrutura, que supere a democracia burguesa.

Toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica e se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais (Gramsci, 1975, p. 1331).

Nas sociedades complexas do capitalismo recente, a guerra de posições para a conquista do Estado pressupõe uma longa batalha pela hegemonia e pelo consenso no interior do próprio Estado em seu sentido amplo. Assim, a extinção do Estado significa o

desaparecimento progressivo dos mecanismos de coerção, ou seja, a reabsorção da sociedade política na sociedade civil, segundo Gramsci. Para isso, entretanto, é necessária a estratégia do Partido, no sentido da transformação revolucionária, que significa para Gramsci, assim como para Marx e Lênin, o encaminhamento para o fim da luta de classes, o fim da democracia burguesa. As funções sociais da dominação e da coerção, à medida que avançam na construção econômica do socialismo, cedem progressivamente espaço à hegemonia e ao consenso.

O elemento Estado – coerção – pode ser imaginado como capaz de ir se exaurindo à medida que se afirmam elementos cada vez mais numerosos de sociedade regulada (ou Estado ético ou sociedade civil) (...) (Gramsci, 1975, p. 1331).

O Estado ético ou sociedade civil seria, para Gramsci, a verdadeira democracia que, porém, somente se concretizaria plenamente com o fim do capitalismo e com uma reforma intelectual e moral, sendo a base da nova sociedade que surgiria da Revolução, chamada por ele de sociedade regulada, isto é, com a hegemonia da classe operária, transitória, que levaria ao fim da sociedade de classes.

2.3 HEGEMONIA E DEMOCRACIA

A discussão sobre as transformações no mundo capitalista, que Gramsci analisa em sua obra, inicia-se com o exame da proposta de Buckarin no VII Congresso da Internacional Comunista (novembro e dezembro de 1926). Buckarin analisa o processo de modernização que ocorria na organização produtiva capitalista, asseverando que a natureza contraditória do capitalismo não podia ser mudada, já que o progresso técnico não a alterava. Ele pensava que

a racionalização produtiva não apontava para a necessidade de repensar a compreensão política do capitalismo ou de redefinir as categorias fundamentais do marxismo leniniano. A estratégia proposta pelo movimento comunista continuava inalterada. Não caberia à classe operária preocupar-se com uma intervenção efetiva sobre a direção da “modernização técnica” e, sim, tentar responder às “consequências da modernização”. Para Buckarin havia uma “estabilização relativa do capitalismo”.

Buckarin, em sua proposta estratégica para a revolução proletária, era ainda fiel às propostas leninianas, com o esquema de preparação e organização da revolução. Analisava aquele momento como um momento temporário de impossibilidade, mas acreditava na generalização da experiência bolchevique.

Gramsci, entretanto, que havia vivido a experiência da liderança do *Ordine Nuovo* dos Conselhos de Fábrica de Turin, não prescindia do nexos existente entre a organização técnica do trabalho e as relações sociais correspondentes, para uma correta análise da crise por que passava o mundo capitalista naquele momento. Os sujeitos históricos fundamentais não eram mais os mesmos e, assim, o esquema leniniano – classe-organização-revolução – não mais se adequava à realidade mundial, não era mais atual, já que se fazia necessário discutir o problema do governo da economia de mercado para compreender as transformações ocorridas no capitalismo contemporâneo, ou seja, o governo dos modos de penetração e de difusão da forma-mercadoria em sempre novos territórios e setores.

Para Gramsci, era necessário mover-se na crise, compreendê-la e governá-la, constituindo uma nova subjetividade democrática, para levar a cabo a revolução proletária que não mais poderia se dar segundo o modelo bolchevique. Neste sentido, a “sociedade civil” seria a subjetividade capaz de ação na história. E ela é sempre resultado, nunca princípio,

analisava ele. Quando um grupo ou uma classe social se alça a uma condição de iniciativa, isto se dá primeiramente no campo econômico-corporativo, depois no campo cultural e político, até a consolidação intelectual e moral de uma hegemonia.

Esta seria a esfera da sociedade civil e da superestrutura na qual o grupo social luta contra os grupos já dominantes para poder participar da gestão do Estado e, também, e principalmente, para além deste momento ainda de consciência corporativa, combater pela sua hegemonia, luta agora cultural e moral. Assim, seu interesse era unificar e dirigir a sociedade em seu conjunto, hegemonicamente.

Para isto, uma classe deve erigir-se em sujeito histórico, com uma representação autônoma de si e do mundo e independentemente das idéias dominantes, como Partido.

A análise central da obra gramsciana é a crise do pós-guerra, o debate sobre a “estabilização relativa” do capitalismo, presente na Internacional Comunista. Os *Cadernos* são uma prova da distância que Gramsci toma da proposta de Buckarin. Para Gramsci, assim como para Lenin, não existe um movimento espontâneo da História que leve o capitalismo para a crise final. Ele precisa ser preparado, organizado.

O jornal *Lo Stato operaio*, de março/abril de 1931, publica um texto de Gramsci escrito em 1925, que aborda a questão da necessidade da luta contra o capitalismo e como essa deve ser construída: *Necessità di una preparazione ideologica di massa*. Gramsci analisa que a luta do proletariado contra o capitalismo desenvolve-se em três frentes: econômica, política e ideológica. Que a luta econômica tem três fases: de resistência contra o capitalismo, que ele chama de fase sindical elementar; de ofensiva contra o capitalismo, para o controle operário sobre a produção; de luta, para eliminar o capitalismo através da socialização. A luta política tem, também, três fases principais: a luta para frear o poder da burguesia no Estado

parlamentar, isto é, para manter ou criar uma situação democrática de equilíbrio entre as classes, que permita ao proletariado organizar-se e desenvolver-se; a luta pela conquista do poder e pela criação do Estado operário, isto é, uma ação política complexa através da qual o proletariado mobiliza em torno de si todas as forças sociais anticapitalistas (em primeiro lugar a classe camponesa) e as conduz à vitória; e a fase de ditadura do proletariado, organizado em classe dominante para eliminar todos os obstáculos técnicos e sociais, assim como ideológicos, que se contrapõem à realização do comunismo. As três frentes não se separam, são fundamentais para a luta contra o capitalismo: *“A luta econômica não pode ser distinta da luta política, e nem uma e nem a outra pode ser separada da luta ideológica”* (Gramsci, 1947-1971, p.160.).

Gramsci argumenta que na fase sindical a luta econômica é ainda espontânea. É somente quando ela se faz acompanhar da luta política que se torna um fator revolucionário. Isso porque o elemento “espontaneidade” não leva jamais a classe operária para além dos limites da democracia burguesa existente, como já havia sido analisado no pensamento marxista.

Luta revolucionária necessita, segundo Gramsci, do “elemento consciência”, do “elemento ideológico”, isto é, da compreensão das condições nas quais se luta, das relações sociais em que vive o operário, das tendências fundamentais que se operam no sistema destas relações, do processo de desenvolvimento que a sociedade sofre pela existência no seu seio de antagonismos irredutíveis. Essas três frentes de luta devem ser levadas avante pelo Partido da classe operária porque, segundo ele analisa, um operário da massa não tem, necessariamente, completa consciência de toda a complexa função que sua classe é determinada a concretizar no

processo de desenvolvimento da humanidade, isto é, de acabar com o capitalismo, criar uma *nuova civiltà* através de uma reforma intelectual e moral empreendida por seu Partido.

Mas, o partido pode e deve, no seu interior, representar esta consciência superior; entretanto, ele não será a sua cabeça, mas a cauda da massa; não a guiará, mas será por ela transpassado. Por isso, o Partido deve assimilar o marxismo e, ainda, na sua forma atual, como leninismo (Gramsci, 1947-1971, p.161).

Para tanto, analisa Gramsci, o Partido não deve ser democrático, mas centralizador já que deve ter uma coordenação nacional e internacionalmente. Para que o Partido viva e esteja em contato com a massa, é preciso que cada membro seja um elemento político ativo, seja um dirigente. É por isso fortemente centralizado e se faz necessária uma vasta obra de propaganda e de agitação nas suas fileiras. É preciso que o Partido, de modo organizado, eduque seus membros e lhes eleve o nível ideológico. Toda a massa deve ser preparada para a luta, é uma condição indispensável para a vitória. Tal preparação só pode se dar, segundo Gramsci, através da assimilação do marxismo, contra a democracia burguesa existente, com o centralismo democrático.

Nos *Cadernos*, ao analisar o *Manual popular de sociologia*, de Buckarin, Gramsci faz uma pergunta central para a teoria marxista: “*Como nasce o movimento histórico sobre a base da estrutura?*” Para respondê-la, torna a Marx em seu Prefácio de *Para a crítica da economia política*, de 1859:

‘Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade.’ (...) Apenas sobre este terreno pode ser eliminado qualquer

mecanismo e cada traço de ‘milagre’ supersticioso e deve ser posto o problema de formação dos grupos políticos ativos e, em última análise, também o problema da função das grandes personalidades da história (Gramsci, 1947-1971, p.161).

Não havendo um movimento espontâneo que transforme o mundo, a história carece de forças e sujeitos que se definam sobre o terreno das superestruturas, entrelaçando interesses econômicos e orientações políticas e ideológicas. É o movimento de agrupar-se e reagrupar-se com seus interesses e culturas que transforma a história. E é somente a partir do movimento desses sujeitos que se pode compreender o momento da crise.

A crise é a mudança morfológica das forças que organizam e guiam o crescimento civil em uma determinada formação social. Traz consigo a possibilidade do desenvolvimento posterior que uma formação social tem em seu seio, com a potência criativa dos sujeitos agregando-se e orientando os vários reagrupamentos sociais, o que possibilita o confronto de classes antagônicas no capitalismo avançado. Essa é a base sobre a qual Gramsci propõe, nos *Cadernos*, a passagem da “guerra de movimento” para a “guerra de posições”, baseado na função dos sujeitos na história. Então, percebe-se a importância da luta pela democracia, que seria o lugar onde novos sujeitos definiriam seu papel e as próprias estratégias, organizando-se para a luta contra o capitalismo. A estratégia da guerra de posições revela uma concepção instrumental da democracia.

Dermeval Saviani reflete sobre as situações históricas concretas em que viveu Gramsci e que fomentaram suas análises:

Gramsci viveu as principais transformações definidoras da problemática constitutiva do século XX, cujo cerne se desnudou por inteiro na transição desse para o século XXI. Viveu ele o drama da Primeira Guerra Mundial, a vitória da revolução socialista na Rússia, a fundação de partidos comunistas

em vários países, tendo protagonizado, ele próprio, a criação do Partido Comunista Italiano. Sobretudo, vivenciou diretamente por meio de sua experiência na Itália, o fracasso das tentativas de revolução socialista no Ocidente e a conseqüente ascensão do fascismo, do qual sofreu, como dirigente comunista, perseguição sem trégua que culminou com sua prisão nos cárceres de Mussolini.(Saviani in Galvão, 2005, p.17)

O que nos permite refletirmos sobre essa vivência, compreendendo a importância de pensar que uma crise orgânica como a que vivia Gramsci no momento de suas reflexões no cárcere, leva a entender o fascismo como resposta superestrutural para a crise do sistema capitalista naquelas primeiras décadas do século XX, reforçando seu conceito de Revolução passiva, já utilizado por ele para analisar o “Risurgimento”, motivando-o a pensar na possibilidade de utilizar-se do partido como ideólogo, e não somente político. A reforma intelectual e moral é resposta à crise histórica para a preparação da revolução, que não seja apenas superestrutural e totalitária.

O fascismo tinha como característica ser um movimento de massa, ter um partido de massa, hegemônico enquanto tentava superar a crise capitalista, a partir do terror e da propaganda, que poderia ser pensada como cimentando uma visão de mundo imposta, mas que dava respostas a problemas concretos da crise, embora de cima para baixo, e com a dominação total da inteira sociedade.

A “filosofia da práxis”, ao contrário, segundo Gramsci, teria o papel de preparar as massas para agir organizadamente na luta para o fim do capitalismo. A filosofia da práxis pretende conduzir as massas para uma concepção superior de vida porque o homem ativo da massa age praticamente mas não tem uma clara consciência teórica deste seu agir, que é também um conhecer o mundo enquanto o transforma.

A contraditoriedade da consciência não permite nenhuma ação, nenhuma decisão, nenhuma opção e produz um estado de passividade moral e política, por isso é necessário superar essa contradição.

A compreensão crítica de si mesmo advém, portanto, através de uma luta de 'hegemonias' políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política para chegar a uma elaboração superior da própria concepção do real (Gramsci, 1978c, p. 29).

Ser consciente de fazer parte de uma certa força hegemônica é a primeira fase para a autoconsciência, teoria e prática unificadas no devir histórico, com o Partido desenvolvendo a função fundamental de educador nessa reforma intelectual e moral. Ele tem o papel de difundir na massa uma concepção de mundo unitária e coerente, para organizá-la para a revolução, através da guerra de posições na democracia burguesa para chegar à verdadeira democracia, a operária, que, para Gramsci, teria como ensaio a experiência dos Conselhos de Fábrica de Turim.

2.4 A NOVA ESTRATÉGIA

O conceito de hegemonia é chave para entendermos a estratégia de Gramsci. O que fundamentalmente o diferencia de Marx e Lênin é a análise que faz do Estado no capitalismo "avançado", como define a organização social ocidental. Entende que, em uma organização social em que o Estado não é apenas coercitivo mas também é a intrincada rede de aparelhos privativos de hegemonia da sociedade civil, não é possível a guerra frontal como havia sido na Rússia de 1917, onde não existia uma sociedade civil desenvolvida. Assim sendo, é necessário que o Partido, com seus intelectuais organicamente ligados à classe trabalhadora, ocupe-se em

tomar postos nesses aparelhos privados de hegemonia, tendo uma influência ideológica maior em instituições como a escola, a igreja, organizações sociais etc. E a democracia burguesa pode ser o espaço para ir conquistando tais postos, para ir tomando a direção hegemônica da sociedade civil e, com isto, preparando a reforma intelectual e moral que mantenha a dominação da classe trabalhadora depois da conquista do Estado.

Porém, o que é fundamental para entender a estratégia gramsciana é compreender que Gramsci é comunista e que tenta pensar uma estratégia revolucionária que se concretize com o fim do Estado burguês para chegar à sociedade regulada, a sociedade comunista.

A estratégia, em Gramsci, implica analisar a conjuntura de cada país, a maior ou menor coerção de cada Estado, a maior ou menor complexidade de cada sociedade civil, para chegar à definição, pelo Partido da classe operária, de qual movimento, qual revolução é necessária, porque é ele que deve organizar e dar direção à classe.

2.5 O CONCEITO GRAMSCIANO DE HEGEMONIA

Para Gramsci, somente se pode analisar o Estado determinado por uma específica formação social. Gramsci refuta a separação entre sociedade política e sociedade civil no capitalismo avançado que, segundo ele, é própria do liberalismo. A distinção é metodológica, afirma. O alargamento do conceito de Estado, para ele, resulta do acirramento da crise do aparelho hegemônico e é inseparável das bases históricas deste Estado. É o que chama de crise orgânica que é diferente de crise revolucionária porque naquela, sempre há a possibilidade da classe burguesa se reorganizar e se fortalecer. É o que Marx, no Prefácio de 1859, chama de

etapa de revolução (Marx, 1978)²⁶. Para Gramsci, nesse caso, a superestrutura pode mascarar a crise, já que a mudança se dá em nível superestrutural, sem modificar a base econômica (ex.: o fascismo italiano), pois a crise é orgânica quando atinge o Estado e atinge a superestrutura também, além da base econômica. O desenvolvimento da realidade econômica e política também não é sincronizado, pois:

A política está sempre atrasada e em grande atraso em relação à economia. O aparelho estatal é muito mais resistente do que se pode crer e consegue organizar, nos momentos de crise, forças fiéis ao regime, mais do que a profundidade da crise poderia deixar supor (Gramsci, 1971b, p. 121-122).

Assim, a análise do aparelho estatal não pode ser separada da análise das classes e forças sociais que o sustentam por interesse ou por posição de classe.

O alargamento do Estado mediante a incorporação dos aparelhos hegemônicos pressupõe também o alargamento do aparelho estatal. Este duplo processo dialético propicia uma abordagem diferenciada das relações classe-Estado com base nas mediações classe-sociedade e Estado-sociedade. Mediações, dobradiças, pontos de apoio que são a dialética concreta das relações entre estrutura e superestrutura (Buci-Gluksmann, 1976, p. 131).

Hegemonia seria então, o conjunto das funções de domínio e direção exercido por uma classe social dominante, no decurso de um período histórico sobre outra classe social e sobre o conjunto das classes da sociedade.

A conquista hegemônica de uma classe representa a transformação, a construção de uma nova sociedade, de uma nova estrutura econômica, de uma nova organização política e também de uma nova orientação ideológica e cultural. Tem conseqüências no nível material da

²⁶ Marx explica que, com o desenvolvimento complexo das forças produtivas em um determinado modo de produção, que entra em contradição com as relações sociais de produção existentes, chega-se a uma etapa de revolução. As formas ideológicas geradas por essa contradição possibilitam tomar consciência do conflito e levá-lo até o seu fim.

economia, da política, da moral, do conhecimento, da filosofia. E, para isso se faz fundamental uma “reforma intelectual e moral”, pois sem ela não se mantém a transformação.

Nos *Cadernos*, Gramsci, ao tratar da questão da hegemonia, refere-se, por vezes, à capacidade dirigente de uma classe, enquanto outras vezes, simultaneamente, à direção e à dominação política. Hegemonia seria não apenas direção política, mas também, direção moral, cultural e ideológica.

A filosofia e a política formam assim um bloco histórico pois a hegemonia tem um princípio teórico-prático. A reforma intelectual e moral torna-se fundamental pois o progresso intelectual das massas é essencial para a formação de um bloco intelectual e moral capaz de guiar o proletariado no sentido de assumir uma função dirigente e construir novas relações políticas, estatais e culturais. Para tanto é necessário que a classe tenha uma concepção de mundo homogênea e autônoma e consiga levar a cabo a transformação do mundo material, a construção de uma nova sociedade.

Reforma intelectual e moral, em Gramsci, não se separa de transformação material. Torna-se fundamental entender esse conceito para não correr o risco de cair no idealismo. Transformar a sociedade intelectual e moralmente implica transformá-la materialmente. Gramsci, porém, enfatiza a importância da ascensão das massas em nível intelectual, necessária para a conscientização política das mesmas. Reforma intelectual e moral significa transformar a concepção de mundo das massas e mudar a maneira de agir e de se relacionar socialmente, o que requer transformar as relações de produção. Implica, também, lutar por uma educação abrangente e por um Partido que dirija a transformação das relações sociais de produção. Seria, para Gramsci, a guerra de posições na democracia burguesa para chegar à

democracia operária, isto é, à ditadura do proletariado (à sociedade regulada ou Estado ético), conforme discutiremos a seguir.

3 A ESTRATÉGIA PARA O OCIDENTE

3.1 SOBRE O CONCEITO GRAMSCIANO DE GUERRA DE POSIÇÃO

A obra gramsciana é principalmente uma crítica política, pensamento situado na ótica de estratégia revolucionária. É a diferença entre guerra de movimento e guerra de posição que está ao centro da crítica, resgatando e ampliando o conceito de Estado. Gramsci desenvolve o conceito leninista de hegemonia, e devemos estar atentos para o fato de que desenvolver não é repetir.

No *Caderno 6*, Gramsci analisa a passagem da guerra de manobra para a guerra de posição, afirmando que esta seria a mais importante questão de teoria política posta pelo período do pós-guerra (Primeira Guerra Mundial) e também a mais difícil de ser resolvida.

A guerra de posição exige enormes sacrifícios da massa expropriada da população; por isso é necessário uma concentração inédita de hegemonia e, assim, uma forma de governo mais 'intervencionista', que mais abertamente tome a ofensiva contra os opositores e organize permanentemente a 'impossibilidade' de desagregação interna: controle de cada classe, políticos, administradores etc., consolidação das 'posições' hegemônicas do grupo dominante etc. Tudo isto indica que se chegou a uma fase culminante da situação político-histórica, já que a política da "guerra de posição", uma vez vitoriosa, está decidida definitivamente. Na política subsiste a guerra de movimento até conquistar posições não decisivas e, portanto, não são mobilizados todos os recursos da hegemonia e do Estado, mas quando, por uma razão ou por outra, estas posições perdem o seu valor e somente aquelas decisivas têm importância, então se passa à guerra de cerco, comprimida, difícil, a qual requer qualidades excepcionais de paciência e espírito de invenção. Na política o cerco é recíproco, apesar de todas as aparências, e só

o fato de que o dominante tenha que usar todos os seus recursos demonstra o cálculo que faz do adversário (Gramsci, 1975, p. 801-802).

Gramsci diferencia a revolução efetivada, isto é, a de Outubro de 1917 no Oriente (na Rússia) e aquela por fazer, no Ocidente, no capitalismo avançado. Distingue Oriente e Ocidente, fazendo, porém, uma distinção “morfológica” e não geopolítica, uma análise das relações entre política e economia depois da guerra mundial e da Revolução de Outubro. Diferentemente da Revolução de Outubro, no Ocidente, a política configura-se luta de hegemonias entre a classe dominante e a classe trabalhadora.

No III Congresso do Comintern, Lênin já havia esboçado a análise do Ocidente, reconhecendo que Oriente e Ocidente eram realidades diferentes e que, portanto, não seria possível utilizar a mesma estratégia adotada na Rússia de 1917. Não teve tempo, porém, de desenvolver sua fórmula de “frente única”, isto é, de alianças entre as forças de esquerda contra o capitalismo.

Para Lênin, é fato que o econômico é decisivo, mas isto não quer dizer que seja o principal, *“porque os interesses essenciais decisivos das classes podem ser satisfeitos somente com transformações políticas radicais”* (Lênin, 1954-1970, p. 360).

Gramsci propõe politizar a superestrutura, sem que isto signifique negar a importância da estrutura; ao contrário, já que estrutura e superestrutura formam um “bloco histórico”, não existem separadamente, embora sejam coisas diversas, a transformação de uma, somente pode efetivar-se com a transformação da outra.

Contra a guerra de movimento que levou à vitória da classe operária em 1917, no Oriente, Gramsci propõe para o proletariado a guerra de posição, nos países capitalistas desenvolvidos. Analisa que o Estado, nestes países, possui uma organização política e uma

sociedade civil complexa que não existiam na Rússia de 1917, ampliando o conceito de Estado como sociedade política mais sociedade civil.

A partir de 1920, Gramsci não concordava com o Comintern que acreditava que o capitalismo mundial iria ao encontro de uma iminente crise e, conseqüentemente, a classe operária estaria em uma fase decisiva de tomada de poder, sem passar por uma etapa “democrática” intermediária. Este é o sentido de sua análise em *Americanismo e fordismo*. Mostra nesse texto decisivo de sua obra que em um momento de crise orgânica como esse início do século (XX), a burguesia estava conseguindo fazer a transformação necessária na maneira de produzir, com a racionalização da produção e do mercado, criando um novo modo de viver, de “bem estar social”, mas mantendo e fortalecendo a sua hegemonia.²⁷ Seria necessário que a classe operária conseguisse ter essa direção criando o seu modo de viver, a partir de seus valores, de novos hábitos, de novos costumes, que encaminhassem para o fim da sociedade de classes, que não se dá mecanicamente.

A crise orgânica atinge sempre a superestrutura e o Estado e ocorre como guerra de posições, e a classe que aspira ao poder deve ter a capacidade de superar, também, a crise política. São necessárias: a organização para a direção dos aparelhos privados de hegemonia e o domínio do mundo da produção. A crise orgânica provoca sempre um abalo na correlação de forças entre os grupos sociais, e a análise concreta das relações de força adquire significado se serve para justificar uma atividade prática, uma iniciativa da vontade.

²⁷ É a era Roosevelt, nos EUA., que toma o poder em 1933, depois de ser eleito em novembro de 1932, com o cenário da quebra da bolsa de Nova York em 1929, seguido da chamada Grande Depressão. Roosevelt propõe o que chamava de New Deal (o Novo Trato), que era um programa de reformas sociais e intervenção ativa do Estado na Economia. Fortalece o país com uma indústria e um comércio agressivos. Enfrenta um colossal desemprego (de 12 a 14 milhões de desempregados). É dentro desse contexto que se desenvolve o fordismo, que vem desde o início do século, e a racionalização da indústria e do mercado, com o “otimismo” de Roosevelt.

As relações de força,

(...) indicam quais são os pontos débeis de resistência onde a força de vontade pode ser aplicada mais frutiferamente, sugerem as operações táticas imediatas, indicam a melhor maneira de empreender uma campanha de agitação política, a linguagem que será melhor compreendida pelas multidões, etc... O elemento decisivo de cada situação é a força permanente organizada e antecipadamente predisposta, que se pode fazer avançar quando se manifestar uma situação favorável (e só é favorável na medida em que esta força exista e esteja carregada de ardor combativo). Por isso, a tarefa essencial consiste em cuidar sistemática e pacientemente da formação, do desenvolvimento, da unidade compacta e consciente de si mesma, desta força (Gramsci, 1980, p. 54).

Mas, segundo Gramsci “a crise cria situações imediatas perigosas”, porque os diversos grupos sociais não possuem a mesma capacidade de organizar-se e nem a mesma rapidez para fazê-lo.

A classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal preparado, muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia, com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas. Talvez faça sacrifícios, exponha-se a um futuro sombrio com promessas demagógicas, mas mantém o poder, reforça-o momentaneamente e serve-se dela para esmagar o adversário e desbaratar os seus dirigentes, que podem ser muitos e adequadamente preparados (Gramsci, 1980, p. 55).

O fascismo teve essa capacidade e Gramsci está atento ao que está vivendo, já que sente na própria vida a violência desse processo.

Em *Americanismo e fordismo*, o que Gramsci propõe ao analisar a Revolução passiva empreendida pela classe dominante é que a classe trabalhadora esteja organizada e dirija a transformação na maneira de produzir, criando assim elementos de uma “nova

cultura”, com um novo modo de viver. Espera-se que se rompa com a hegemonia dominante criando um novo tipo de civilização, sob a hegemonia da classe trabalhadora.

Os elementos de ‘nova cultura’ e do ‘novo modo de vida’ hoje difundidos sob a etiqueta americana, são apenas as primeiras tentativas feitas às cegas, devidas não tanto a uma ‘ordem’ que nasce de uma nova base, ainda não formada, mas à iniciativa superficial e simiesca dos elementos que começam a sentir-se socialmente deslocados pela ação (ainda destrutiva e dissolvedora) da nova base em formação. O que hoje se conhece como ‘americanismo’ é, em grande parte, a crítica preventiva das velhas camadas que serão esmagadas pela nova ordem e que já foram atingidas por uma onda de pânico social, de dissolução e de desespero; é uma tentativa de reação inconsciente de quem é impotente para reconstruir e insiste sobre os aspectos negativos da mudança. Não se pode esperar que a reconstrução seja iniciada pelos grupos sociais ‘condenados’, mas sim por aqueles que estão criando, por imposição e através do próprio sofrimento, as bases materiais desta nova ordem. Eles ‘devem’ encontrar o sistema de vida ‘original’, e não de marca americana, para transformar em ‘liberdade’ o que hoje é ‘necessidade’ (Gramsci, 1980, p. 412).

O texto mais atual de Gramsci mostra que, mesmo o capitalismo vivendo sua maior crise orgânica, ao contrário do que analisava o movimento comunista, esperando como iminente a revolução operária, a burguesia se rearticulava nos EUA. Revolucionava a maneira de produzir com a racionalização da indústria, fazendo também uma reforma intelectual e moral com o “welfare state”, mantendo assim sua hegemonia, o que Gramsci chamava de “fordismo e americanismo”. Na Europa, por causa das camadas parasitárias herdadas do feudalismo, pelo tipo de Estado, que não é o de tipo liberal puro como nos EUA., foi necessário um Estado totalitário para que se pudesse implementar essas inovações no aparelho produtivo e no modo de viver.

Essa “reforma intelectual e moral”, com o *welfare state* americano se consolidando, é o que Gramsci chamava de revolução passiva, isto é, a classe dominante concede reivindicações à classe operária, faz reformas que melhoram a vida do operário, revoluciona o modo de produzir, avançando historicamente no desenvolvimento de forças produtivas, mas o faz de cima para baixo, continuando com sua hegemonia e exploração. Segue um texto de Gramsci que define o fascismo como Revolução passiva:

A revolução passiva (para o caso do fascismo) consiste no fato de transformar a estrutura econômica, ‘reformisticamente’, de individualista em planejada e o advento de uma economia que estabeleça a média (processo de transição) entre a individualidade pura e segundo um plano no sentido integral, permitindo a passagem à formas políticas e culturais mais evoluídas, sem cataclismas radicais e destruidores, de modo exterminador. (Gramsci, 1975, p.1089).

Compreender o que significou o “americanismo” no texto gramsciano significa entender como ele analisa a correlação de forças naquele momento crucial para o capitalismo:

Gramsci, desse modo, tratou de analisar o novo equilíbrio de forças políticas instaurando em pleno período de crise orgânica, conforme vivia o mundo capitalista da época, e onde o fundamental seria compreender a estratégia “reativa e autoacomodativa” empreendida pelas classes dominantes na Itália e nos EUA. No limite, tal estratégia visava recompor a unidade entre as relações sociais de produção, as novas exigências da acumulação do capital (então francamente comprometidas pela queda tendencial da taxa de lucro) e seus aparelhos de hegemonia. Assim, segundo as imposições de um período de crise orgânica, a classe dominante busca reconduzir (e no caso, obtém êxito) o movimento operário, bem como o conjunto mais geral das classes subalternas, ao terreno de lutas econômico-corporativo (Braga in Fernandes Dias (org.), 1996, p.177).

Nos fragmentos do *Caderno 6* (138-155), Gramsci vincula o conceito de hegemonia ao de Estado, desenvolvendo o conceito de guerra de posição, a única estratégia possível no Ocidente, segundo sua ótica. E define o Estado integral como ditadura mais hegemonia. Não há hegemonia cultural sem ditadura do proletariado que, para ele, são inseparáveis. Erro comum de interpretação da obra gramsciana na América Latina é confundir “reforma intelectual e moral”, embora central para ele, com seu conceito de estratégia, a guerra de posição, o que levou a graves erros de análise e de estratégia. Por exemplo, pensar em estratégia para a classe operária com uma concepção idealista, como se mudanças na educação e na cultura, sem a ruptura revolucionária sócio-econômica, pudessem levar ao socialismo. E isso vale seja para as correntes que pensam a revolução comunista trabalhando exclusivamente com o conceito de conscientização, quanto às correntes que atribuíam à Educação um papel primordial, que propunham mudanças “democráticas” na escola, o que levaria a mudanças no social.

Na realidade, com a tese estratégica de guerra de posição, ele reorganiza seu trabalho teórico e desenvolve pontos não resolvidos da teoria marxista e do movimento operário, no capitalismo avançado. Não era correta, para ele, a análise da Internacional, nos anos iniciais da década de 1930, de que era possível a revolução proletária no Ocidente, somente porque o capitalismo mundial vivia uma crise. Era um “erro economicista” que não levava em conta o papel específico das superestruturas. As massas não estavam preparadas para a revolução, argumentava, segundo relato de companheiros da prisão (Trombetti, 1992).

Ainda no *Caderno 6* (138-155), o conceito de hegemonia é inseparável do de Estado e somente pode ser compreendido com a oposição estratégica entre guerra de movimento e guerra de posição. A guerra de movimento exige uma estratégia fulminante para a tomada de

poder, contra o Estado forte, coercitivo. Já a guerra de posição exige uma concentração de hegemonia para que se possa movimentar todos os recursos da hegemonia e do Estado para a tomada de poder.

Gramsci redefine o campo da política, atento ao desenvolvimento complexo das superestruturas dos países capitalistas desenvolvidos em relação à “base”. Como se pode perceber em *Americanismo e fordismo*, é impossível, para ele, a guerra de movimento, a tomada de poder frontal em países capitalistas desenvolvidos, com suas “fortalezas e casamatas” na sociedade civil. A guerra de posição, como estratégia de longa duração, deve apoiar-se nas organizações de massa, dada a complexidade da sociedade civil em tais países.

Mais de uma década da Revolução Russa já havia transcorrido quando Gramsci desenvolve seus conceitos de guerra de posição e guerra manobrada, ou guerra de movimento, nos *Cadernos*, enfrentando a questão da transição de um país industrial avançado para o socialismo, que somente poderia acontecer no embate pela direção da sociedade civil e dominação da sociedade política.

Colocada entre a estrutura econômica e o Estado, é a sociedade civil que “*deve ser radicalmente transformada realmente e não sobre a carta da lei e dos livros dos cientistas*” (Gramsci, 1975, p. 1253-1254). O principal instrumento de transformação é o Partido político, “intelectual coletivo”, o “Moderno príncipe” de Maquiavel, voltado a realizar um novo sistema hegemônico.

Gramsci atribui ao Partido um grande poder. Essa concepção centralizadora do Partido reflete a contingência histórica em que se desenvolve a reflexão gramsciana, colocando-se em contraste com um regime totalitário e repressivo que não cede espaço além do confronto. Nesse momento, para conquistar a democracia “*pode ser necessário – antes é*

quase sempre necessário – um partido fortemente centralizado” (Gramsci, 1975, p. 236). Não nos esqueçamos que para ele, o intelectual orgânico coletivo, que é a organização do Partido, é também, o jornal, a escola, meios de comunicação organicamente ligados à classe trabalhadora, etc., que têm o papel de direcionar e organizar a classe, ser a sua ideologia, educá-la.

No *Caderno 4* Gramsci iniciará o movimento de refundação teórica da filosofia marxista elaborando uma nova estratégia para a revolução proletária no Ocidente e apontando para a necessidade da reorganização da política como ciência. Analisa o partido político em suas relações com as classes e com o Estado, o partido que é o primeiro embrião para o Estado ético (Gramsci, 1975, p. 10). Está atento à Revolução passiva que está em curso nos EUA e à rearticulação burguesa na Europa, com os totalitarismos em curso e a racionalização da indústria, com o “americanismo” principalmente na Itália.

3.2 A REFORMA INTELECTUAL E MORAL

O grau de elaboração da teoria e o desenvolvimento histórico impõem a Gramsci a necessidade de aprofundar a crítica da política e, em consequência, a crítica das ideologias. O que não se pode esquecer é que as expressões e os impulsos ideológicos remetem às estruturas das quais eles são produtos, à “sociedade econômica”. E, para Gramsci, os estudos de Marx sobre a economia política são sempre pressupostos fundamentais.

É nesse sentido que Gramsci elabora a noção de “choque de ideologias”, ideologias que para ele são manifestações de dois modos de produção diversos e visíveis historicamente

que estão constantemente em luta, nesta etapa do capitalismo avançado.

Enquanto Marx tende a mostrar que a produção capitalista se desenvolve dentro de limites, determinando uma ordem de subordinação e um tipo de crescimento que levam ao surgimento de “contradições reais”, Gramsci elabora a idéia, conforme explicita Badaloni:

O que em Marx é crítica do existente está explicitamente apresentado também como o amadurecimento de um novo modo de organização da vida social e de comportamentos conformes a ela. (...) Para Gramsci, o ponto central reside no fato de que a contradição, a manifestação de limite, passa a sujeito e por este lado a análise atingirá particularmente a função a se atribuir respectivamente aos fatos coletivos e individuais. A conclusão é a de que o individualismo burguês que, na representação mais elementar de Marx, é a aparência ideológica de uma base coletiva inconsciente (o Capital), transforma-se na capacidade reguladora de um coletivismo assumido conscientemente e que por isso está em condições de se institucionalizar (Badaloni, 1977, p. 12).

Esse coletivismo está ideologicamente institucionalizado no “senso comum”. Gramsci, para elaborar o conceito de guerra de posição, refere-se a essa análise em Marx enfatizando que:

encontra-se freqüentemente em Marx um aceno ao senso comum e à solidez de suas crenças., mas se trata de referências não à validade do conteúdo dessas crenças, mas à sua solidez formal e por conseguinte à imperatividade delas quando produzem normas de conduta. Nas referências está também implícita a afirmação da necessidade de novas crenças populares, isto é, de um novo senso comum e, portanto, de uma nova cultura e de uma nova filosofia que se enraízam na consciência popular com a mesma solidez e imperativo das crenças tradicionais (Gramsci, 1975, p. 1400).

Gramsci vai distinguir o “senso comum” já solidificado como expressão de condições reais de dominação, do “novo senso comum”, ligado ao emergir de novas

condições. Além da crítica da economia política, anatomia da sociedade em Marx, Gramsci lê também uma crítica, ao menos esboçada, do “senso comum” dos homens que vivem e agem nas formas históricas de tal sociedade.

Para Marx, a relação entre crenças e ciência compreende dois momentos. Primeiramente é necessário que determinadas condições materiais tenham se desenvolvido em crenças sólidas e difundidas. Assim, funcionam como condições para o surgimento da ciência, pois rompem com os limites de visibilidade das sistematizações precedentes. Quando já se produziram as condições de visibilidade e já está elaborada a compreensão científica das causas profundas de uma determinada ordem de fatos, apenas esta compreensão não é suficiente para remover aquelas crenças. A ciência e a práxis são necessárias para promover a mudança.

Em Gramsci, há um ponto de diferenciação que seria o fato de que, para Marx, o sistema de crenças se insere em um modo de produção determinado, refletindo-o. Marx analisa, primeiramente, o modo de produção como gerador de uma prática social correspondente, para depois as crenças virem a se tornar funções da estabilidade da prática social que se institucionaliza e assim tornar possível a ciência desta prática. A crítica da ciência abre caminho para novas práticas sociais e vice-versa.

Para Gramsci, ao contrário, atualizar Marx significa consolidar as novas crenças, fazê-las penetrar nos interstícios da velha formação social em crise e iniciar uma luta hegemônica não só entre as práticas sociais correspondentes a ela. Após a Revolução de Outubro coexistem dois modos diversos de produção, reflete. A crítica da ciência da velha formação e as novas formas emergentes da prática social se sustentam alternadamente e dão lugar ao choque hegemônico. À enigmática sociedade capitalista não se segue imediatamente uma nova forma em que as relações sociais sejam claras. A

análise crítica da política se transfere freqüentemente para o terreno da luta pela hegemonia entendida como choque de ideologias funcionais a diversos modos de produção (Badaloni, 1977, p. 14).

Seria nesse campo que, para Gramsci, entraria a Reforma intelectual e moral. A “função de direção política”, destinada ao Partido, designa uma situação estruturada de modo tal que a sociedade civil, lugar de crenças solidificadas e também manifestação prática do conhecimento e da sua crítica, tornar-se-á lugar de maturação de novos germes de liberdade a ser institucionalizada, sendo o embrião de um novo Estado (o Estado Ético) e de uma “nuova civiltà”, assim como o eram os Conselhos, em 1920.

Com o Partido, uma nova inteligência coletiva contrapõe-se ao capital que será expropriado da sua capacidade de dirigir o processo social, assim como dos seus caracteres de inteligência social e produtiva.

O partido condensa num organismo a vontade de resposta que provém do ‘novo senso comum’ numa fase de luta da hegemonia, de modo que a velha e a nova crença coexistam e se choquem no que Gramsci chamará uma guerra de posição (Badaloni, 1977, p. 14).

A práxis revolucionária, segundo Gramsci, ao interpretar a *XI Tese sobre Feuerbach*, não pode desprezar o conhecimento porque na atividade real do homem “*também está contido o conhecimento*”, o qual apenas na atividade prática é “conhecimento real” e não somente escolasticismo (Gramsci, 1975, 1271).

Essa é a diferença entre Marx e Gramsci. Na medida em que tem como objeto a crítica da política, esse último enfatiza que “é preciso fazer liberdade do que é “necessário”. Nesse sentido, segundo Gramsci, é necessário que se universalize uma nova individualidade que não pressuponha a propriedade privada e que se forme uma nova civilização baseada na

expansão do princípio de plano, na economia, forjando assim um novo “senso comum”, que já estaria modificado pela ciência tornando desta forma liberdade o que era necessidade histórica. É impossível separar ciência, do movimento de expansão da capacidade reguladora do homem sobre si mesmo e sobre as coisas.

A ciência é expressão de uma vontade coletiva que se conforma, nas suas manifestações, ao grau de desenvolvimento das forças produtivas. O estado atual do seu desenvolvimento ocorre de modo a tornar necessário que a direção social se torne coletiva e supere o momento inconsciente da apropriação privada. Daí formar-se um ‘novo senso comum’ de acordo com a época. (...) A própria filosofia da práxis, reestruturada da forma como dissemos, torna-se uma ideologia, ‘uma superestrutura, o terreno em que determinados grupos sociais adquirem consciência do próprio ser social, da própria força das suas tarefas, do seu futuro’ (Q. 1319). Para se ligar à realidade, a ideologia deve eliminar tudo o que é caduco, individualismo, elucubração arbitrária e fazer emergir tudo o que é permanente (Badaloni, 1977, p. 28).

Segundo Gramsci, não é possível uma reforma intelectual e moral sem que haja uma “ascensão civil” das camadas mais baixas da sociedade, sem que haja, ao mesmo tempo, uma reforma econômica e uma mudança na posição social e no mundo econômico:

(...) por isso uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica, e mais, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral. (...) o moderno príncipe, desenvolvendo-se, subverte todo o sistema de relações intelectuais e morais na medida em que o seu desenvolvimento significa exatamente que qualquer ato é concebido como útil ou prejudicial, virtuoso ou criminoso, já que tem como ponto de referência o moderno príncipe e serve para ampliar o seu poder ou contrastá-lo. O príncipe toma nas consciências o lugar da divindade ou do imperativo categórico, torna-se a base de um laicismo moderno, de uma completa

laicização de toda a vida e de todas as relações de costume (Gramsci, 1975, p. 1561).

Desse modo, será o Partido que representará o nexo entre a ideologia como coletivo e a realidade econômica do plano. E a reforma intelectual e moral significa a consolidação desse novo mundo que se contrapõe à “*civiltà* capitalista”.

Essa transformação societária sob orientação ideológico-cultural do proletariado corresponderia ao desenvolvimento de uma nova ordem civilizatória que conduziria as massas de trabalhadores a padrões de valores e a formas de agir construídos pelo processo revolucionário, a partir de uma nova concepção de mundo “unitária e coerente” que fosse capaz de consolidar e tornar possível essa nova forma de civilização, tanto em nível de instituições e estruturas, quanto sob uma nova forma de subjetividade.

Essa reforma intelectual e moral suporia uma transformação total da realidade e não apenas em nível superestrutural ou ideológico. Nas palavras de Gramsci, a Reforma intelectual e moral é a criação do “*terreno para um ulterior desenvolvimento da vontade coletiva nacional popular em direção à realização de uma forma superior e total de civilização moderna*”, o que implicaria uma nova hegemonia a ser conquistada pelo proletariado. (Gramsci, 1975, p. 1560).

É dessa forma que Gramsci, sempre atento ao nacional, ao analisá-lo não perde de vista o campo internacional. Porque, para ele, toda relação de hegemonia ultrapassa as fronteiras de uma nação, envolvendo relações mais complexas de base mundializada.

Quanto mais a vida econômica imediata de uma nação está subordinada às relações internacionais, tanto mais um determinado partido representa esta situação e a explora para impedir o predomínio dos partidos adversários... Desta série de fatos se pode concluir que, frequentemente, o assim

denominado 'partido estrangeiro' não é propriamente aquele que como tal é vulgarmente indicado, mas exatamente o partido mais nacionalista, o qual, em realidade, mais do que representa as forças vitais do próprio país, representa a subordinação e o servilismo econômico às nações ou a um grupo de nações hegemônicas... (Gramsci, 1975, p. 1512-1513)

Assim, a atualidade do potencial epistemológico de Gramsci consiste no fato de que ele é um revolucionário de visão internacionalista, debruçando-se, porém, sobre a realidade de seu país, apreendendo-a em sua historicidade própria, o que não permite desconectá-la do processo mais global em que está inserida.

Gramsci, assim como Trotsky, acreditava que o socialismo num só país não era viável, por isso não era possível perder de vista a mundialização, mesmo que o nacional fosse a base histórico-concreta da ação política.

3.3 GRUPO SOCIAL E PARTIDO EM GRAMSCI

Para Gramsci, o grupo social nasce sob o terreno econômico, que não abandonará nunca, e se torna agente político. O grupo social, assim, pode ser agente histórico em dois modos diversos, correspondentes aos dois momentos típicos da sua existência. No primeiro momento, é agente histórico idêntico à base econômica com a qual se dialetizam os diversos planos superestruturais, sendo distinto do outro agente histórico que é o Partido. Neste momento, portanto, não é sujeito que educa, propaga, estimula, pois estas são atividades próprias do Partido. É somente quando se torna Partido que o grupo social opera de modo mais completo e cabal.

O partido político é o lugar em que se processa a passagem dos componentes do grupo social de nível da atividade econômica para aquele da atividade intelectual e política. Por outro lado, o Estado é sempre o “grupo fundamental econômico”. Isso quer dizer que o grupo social, além de princípio do devir histórico, é também o sujeito que o realiza em si mesmo e, ainda mais, é o seu fim.

A hegemonia nasce das funções econômicas do grupo social, porém sempre se deve operar uma passagem do econômico ao “intelectual e moral”. Isso somente pode ocorrer se o grupo estiver conexo à existência de um partido ou “elite” que deve ser a vanguarda de toda a classe.

Para Gramsci, todos os membros de um partido devem “*ser considerados como intelectuais*”, como intelectuais orgânicos. É assim que Gramsci desenvolve esse conceito diferentemente da visão idealista de intelectual. Define-o com base em sua função de organizador na sociedade, tendo uma determinada função, gerada no aparelho produtivo, no seu posto, nas relações sociais de produção.

Na visão idealista do intelectual, sua relação com a classe operária é um fato ideológico. Já para Gramsci, a relação é de aquisição de consciência da própria situação nas relações sociais. Contra o intelectual tradicional que reivindica o *status* de verdadeiro intelectual, Gramsci contrapõe a criação dos intelectuais orgânicos do proletariado.

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, matriz exterior e momentânea dos afetos e das paixões, mas no misturar-se ativamente à vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’ porque não puro orador – e todavia superior ao espírito abstrato matemático; da técnica-trabalho se chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se continua ‘especialista’ e não se torna ‘dirigente’ (especialista mais político) (Gramsci, 1975, p. 155).

O intelectual orgânico, para Gramsci, é o “intelectual coletivo”, isto é, o partido político. E assim como em Lênin, para ele e Togliatti, o Partido é parte da classe. O reagrupamento econômico é condição para uma transformação da sociedade, mas a realidade de tal transformação é expressa com referência a um termo oposto à estrutura que se pode medir: a transformação social é atuação também da ideologia, como reforma intelectual e moral.

Essa atuação da ideologia coincide com a transformação do grupo social, de grupo social econômico a sujeito de ação política total, em Partido de classe. Assim, atinge-se o momento da superestrutura, isto é, o momento de força constituído pela “relação de forças políticas”. Depois atinge-se as relações de forças militares, que é o culminar extremo da força política. Isto supõe uma massa educada politicamente e que deveria se tornar capaz de uma ação permanente. Desse modo, o que identifica o grupo social politicamente ativo é tanto a atividade econômica quanto a ideologia ético-política.

A ação do grupo social aponta sempre para a atividade econômica, mas sem prescindir nunca da ideologia do grupo. O grupo social burguês o é inclusive ideologicamente. É no seu interior que se descobre a relação originária entre atividade produtiva e concepção de mundo. Essa ideologia pode ser dominante, mas é somente internamente ao grupo que se realiza a homogeneidade plena entre atividade prática e teoria.

Questionar a história, para Gramsci, é sempre questionar um grupo social, seja a burguesia francesa, exemplo de história política, ao menos provisoriamente realizada, seja a burguesia italiana, modelo de história política que não se fez, finalmente, o proletariado,

agente daquela história que se apresenta sem poder ainda ser afirmada com pacífica certeza (Nardone, 1984).

Segundo Gramsci, o povo, por definição, não pode ter concepção elaborada, sistematizada e politicamente organizada. Ele é por definição: “*a união das classes subalternas e instrumental de cada forma de sociedade até agora existente*” (Gramsci, 1966c, p. 215-216).

O grupo social subalterno é aquele que ainda não chegou à hegemonia e é objeto de hegemonia de outros. Portanto, não é ainda unificado, nem é Estado. Ele tem uma história “desagregada” e descontínua em relação à história da sociedade civil., mas embora tenha uma história própria, distinta daquela da sociedade civil, as duas histórias não podem separar-se completamente. Entretanto, para Gramsci, o grupo subalterno é o “negativo” na história, no sentido de que é a negação do mundo burguês.

A necessidade do Partido se funda na situação de fraqueza das massas subalternas, na sua incapacidade de ação política. É isso o que determina uma das maiores modalidades da sua ação que é ser atividade de educação como Reforma intelectual e moral. A espontaneidade da massa é ambígua, por isso se deve partir dela mas não confiar nela, deixando-a sem transformação, na sua inicial fraqueza. A espontaneidade, segundo Gramsci, deve ser educada.

(...) a unidade de espontaneidade e direção consciente, de espontaneidade e de disciplina, é a ação política real das classes subalternas. (...) Nesta obra de educação à disciplina intervêm o partido e a filosofia da práxis cuja tarefa é descrita em termos que recordam a intenção política de Maquiavel também direcionada à educação de quem não sabe (Gramsci, 1966b, p. 237).

Gramsci declara que Maquiavel tem em vista “quem não sabe”, que ele pretende educar politicamente “quem não sabe” e afirma que esta posição política repete-se na filosofia da práxis.

Gramsci escreve em *O Moderno Príncipe* que Maquiavel não parece que

queira sugerir a quem já sabe, nem o seu estilo é aquele de uma desinteressada atividade científica; nem se pode pensar que ele tenha chegado às suas teses sobre ciência política através de especulações filosóficas, o que no caso desta particular matéria seria algo milagroso no seu tempo, já que, inclusive, hoje ela encontra tanto contraste e oposição (Gramsci, 1980, p. 11).

É assim que ele analisa a importância da filosofia da práxis para a organização política no Partido:

Repete-se a necessidade de ser ‘antimaquiavélico’, desenvolvendo uma teoria e uma técnica políticas que possam servir às duas partes em luta, embora creia-se que elas terminarão por servir especialmente à parte que “não sabia”, porque nela é que se considera existir a força progressista da História. Efetivamente, obtém-se de imediato um resultado: romper a unidade baseada na ideologia tradicional, sem cuja ruptura e força nova não poderia adquirir consciência da própria personalidade independente (Gramsci, 1980, p. 11).

A filosofia da práxis, escreve Gramsci, “*é a expressão de classes subalternas que querem educar a si mesmas na arte de governo. O partido político também é expressão das classes subalternas e momento de educação delas*” (Gramsci, 1980, p. 11). Sendo assim, Gramsci identifica política e filosofia.

Como o sindicato não consegue que o grupo subalterno passe da fase econômico-corporativa para uma vontade coletiva integral cabe ao Partido desempenhar esse papel, com sua ideologia. O sindicato pode impedir que o grupo subalterno se torne ator político,

impedindo-o de se desenvolver para ultrapassar a fase econômico-corporativa, para elevar-se à fase de hegemonia ético-política na sociedade civil e dominante no Estado (Gramsci, 1980, p. 11). “*Ser dirigente significa na realidade ‘dirigir as massas populares’, ‘guiar o povo’, ‘direcionar-lhes o entusiasmo e a paixão’*” (Gramsci, 1980, p. 94).

Para Gramsci, o princípio essencial da doutrina da hegemonia é o conhecimento de que o ser dirigente precede e condiciona o ser dominante, assim como a sociedade civil, em que se opera o consenso, precede a sociedade política na qual, ao contrário, opera a força (Gramsci, 1980, p. 69). E, para isto, o Partido é essencial.

3.4 O PARTIDO

As formas de hegemonia em Gramsci variam segundo a natureza das forças sociais que a exercitam., mas quando Gramsci pensa em uma estratégia para a classe operária no capitalismo avançado, pensa a transformação, começando pelas duas principais instituições históricas da hegemonia: o Estado e o Partido, o partido como embrião de Estado.

O tema do Estado está no centro de toda a pesquisa gramsciana dos *Cadernos*, se se entende por Estado não apenas o aparato burocrático-coercitivo, mas a sua unidade com os organismos da sociedade civil que ele denomina de aparato hegemônico (Gerratana, 1977). Gramsci desenvolve ao mesmo tempo que preserva a tradição teórica do marxismo que retém a análise do Estado como órgão de domínio de classe, funcional para a manutenção de determinadas relações de produção, colocando sempre em relevo o aspecto de aparato burocrático-coercitivo do mesmo.

Analisa Gerratana que:

Sem renegar esta tradição à qual se entende ancorado, Gramsci sente a necessidade de desenvolvê-la porque se apercebe, desde o período do “Ordine Nuovo”, não apenas que a crise do capitalismo, enquanto crise do Estado, manifesta-se antes como crise da hegemonia burguesa, mas também que não dá à luz espontaneamente a revolução socialista, se não se constróem firmemente as condições de uma nova hegemonia (Gerratana, 1977).

É pensando na hegemonia da classe proletária, na revolução operária, que Gramsci tende a analisar o Estado com um conceito ampliado. Quando Gramsci analisa o exercício da hegemonia da classe burguesa na história italiana, não pode considerá-la como modelo para a classe operária na própria luta pela hegemonia, porque hegemonia, em geral, é somente a capacidade de guiar e, assim, capacidade de direção política, intelectual e moral. A burguesia, para dirigir, além de dominar, necessita de formas de hegemonia que ocultem esta situação, que mistifiquem a exploração; carece, enfim, de um consenso de aliados subalternos.

Porém, para Gramsci, o marxismo

não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, mas é a própria teoria de tais contradições; não é o instrumento de governo dos grupos dominantes para ter o consenso e exercitar a hegemonia sobre classes subalternas; é a expressão destas classes subalternas que querem educar a si mesmas na arte de governar e que têm interesse em conhecer toda a verdade, mesmo as mais desagradáveis e em evitar enganos (possíveis) das classes superiores e ainda mais de si mesma (Gramsci, 1975, p. 1320).

O conceito de Estado ampliado está diretamente ligado, em Gramsci, à redefinição de uma estratégia nova: a guerra de posição que permite à classe operária lutar por um novo

Estado, para depois destruí-lo. Assim se concretiza, segundo Gramsci, a “política do socialismo”.

O critério histórico-político sobre o qual é preciso fundar a própria pesquisa é este: que uma classe dominante o é de dois modos, isto é, dirigente e dominante. É dirigente das classes aliadas, é dominante das classes adversárias. Por isso uma classe, antes ainda de tomar o poder, pode ser dirigente (e deve sê-lo). Quando está no poder torna-se dominante, mas continua também a ser dirigente (Gramsci, 1975, p. 41).

Em uma outra passagem, esclarece a distinção entre “direção” e “dominação”

Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a liquidar ou a submeter mesmo com a força armada e é dirigente dos grupos afins e aliados. Um grupo social pode e deve ser dirigente antes mesmo de conquistar o poder governativo (e esta é uma das principais condições para a própria conquista do poder); depois quando exercita o poder e mesmo se o retém fortemente em suas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser dirigente (Gramsci, 1975, p. 2010-2011).

A guerra de posição necessitava, assim, de novos instrumentos e instituições, dado que buscava uma hegemonia que rompesse com a possibilidade de dominação, que educasse permanentemente para o autogoverno. O Partido seria a instituição chave para a nova forma de hegemonia. No capitalismo avançado do mundo ocidental, torna-se essencial a organização da classe operária em partido político para transformar-se em dirigente e dominante, contra o constrangimento ideológico e moral, além do econômico. A classe operária não deve se limitar a praticar uma política de alianças de classes afins,, mas através desta, desagregar as bases históricas de massa do Estado, pois nesta sociedade complexa que é o capitalismo avançado, esse é o único modo de se chegar à revolução. É o Partido que organiza e dirige a relação entre classe operária e democracia que, para Gramsci, tem como

problema a necessidade de sustentar a hegemonia política e intelectual da classe proletária, enquanto consenso na democracia burguesa, mas também, como o governo da nova classe, baseado na democracia dos *Conselhos*, depois de vencida a guerra de posições.

A relação entre hegemonia e agregação de um bloco histórico é muito estreita. Criar um novo bloco histórico, que seria uma nova correlação de forças e uma nova classe no poder, consiste em criar um novo sistema de hegemonia e também provocar uma crise orgânica no bloco histórico que deve ser extinto em prol das novas forças sociais, isto é, no capitalismo. E isto cabe ao Partido.

Segundo Gramsci, a construção de um novo bloco histórico não é um fenômeno mecânico, mas ao contrário, trata-se de uma verdadeira e própria empresa. Então, o momento em que nasce o Partido significa a superação da fase econômico-corporativa e a conquista da consciência estritamente política. “*A própria ideologia torna-se partido*”, assevera Gramsci. A unidade de atividade política concreta e de ideologia na forma de uma tendência expansiva total, “*isto é Partido*”. O Partido é a direção de um grupo social, sua “*expressão e parte mais avançada*”.

O Partido, portanto, é uma primeira manifestação do subjetivo que se afirma frente ao objetivo, de vontade política em ato que se une à sua premissa, de realidade (política) que se contrapõe à mera possibilidade. Por este motivo, o Partido é o lugar da efetividade histórica e da sua certeza (Nardone, 1984, p. 71).

O Partido vive uma ambivalência, pois depende das massas, das quais é somente vanguarda, e do grupo social do qual é função superestrutural, mas ao mesmo tempo age sobre a massa. Nesse sentido, para Gramsci, o Moderno Príncipe, que é o Partido, não pode

ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, como era o Príncipe para Maquiavel. O Moderno Príncipe

(...) pode ser apenas um organismo; um elemento complexo da sociedade, no qual já tenha início o concretizar-se de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. (...) O *Moderno Príncipe* deve ter uma parte dedicada ao *jacobinismo* (no significado integral que esta noção teve historicamente e deve ter conceitualmente), para exemplificar como se formou concretamente e atuou uma vontade coletiva que, pelo menos por alguns aspectos, foi criação *ex novo*, original. É preciso também definir a vontade coletiva e a vontade política em geral no sentido moderno; a vontade como consciência atuante da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo. (Gramsci, 1975, p.1558 - 1559).

É no Partido que existe a vontade coletiva e não na massa, pois a vontade coletiva é consciência de classe, construída com a reforma intelectual e moral.

O Partido é também o início do resultado futuro, é antecipação, na medida em que a vontade coletiva se afirma praticamente, politicamente, nele. É no Partido que se realizam a responsabilidade e o ser agente do processo histórico. É na atual ação histórica que presente e futuro conquistam significado concreto como condições internas do seu existir. Não é antecipação no sentido de que já contém a “resposta” para as contradições do real, mas é onde se realiza o processo para a sua superação. Portanto, a concepção de Gramsci se diferencia das concepções de Partido como vanguarda.

No Partido, antecipam-se a passagem da necessidade histórica para a liberdade e a unidade entre teoria e práxis. É função do Partido a criação dos intelectuais do grupo social ou, o que for seu equivalente, a dos dirigentes. O intelectual, na realidade, é o dirigente e o

organizador. “*As classes exprimem os partidos, os partidos elaboram os homens de Estado e de governo, os dirigentes da sociedade civil e da sociedade política*” (Gramsci, 1977, p. 61 e 62). A atividade de desenvolvimento dos dirigentes requer uma ampla “*atividade teórica, doutrinária*”, própria aos partidos.

Gramsci define Partido, ao analisar pensamento sectário em uma passagem de *Passado e presente*:

(...) pensamento sectário é aquele que impede de ver como o partido político não é somente a organização técnica do partido, mas todo o bloco social ativo, do qual o próprio partido é o guia porque é a sua expressão necessária (Gramsci, 1977, p. 70).

O Partido, para Gramsci, significando a direção da história, anuncia também o seu próprio desaparecimento que coincide temporalmente com o do Estado. E isso, para ele, está em relação com o totalizar-se da sociedade civil. O desaparecimento do Partido, porém, tem um sentido oposto ao fim do Estado, por ser uma construção que adveio da sociedade integral; significa, também, a unificação das classes sociais e, nisso, a realização de si mesmo. O Estado, entretanto, desaparece com o movimento do totalizar-se da sociedade civil e o conseqüente desaparecer das classes sociais porque se molda à nova sociedade que Gramsci chama de “sociedade regulada” que significa a vitória final da guerra de posição e da revolução proletária (Nardone, 1984, p. 71).

Citando novamente como Gramsci previa esta transformação nos Cadernos:

O elemento Estado – coerção, pode ser imaginado como capaz de ir se exaurindo à medida que se afirmam elementos cada vez mais numerosos de sociedade regulada (ou Estado ético ou sociedade civil)... (Gramsci, 1975, p. 1331)

Logo, esta deverá ser a “nova ordem” que supera a sociedade de classes e, neste sentido, o Estado como instrumento de dominação.

4 GRAMSCI E O PCB

...os acadêmicos se apossaram dos textos clássicos do socialismo revolucionário. Chegaram a torná-lo tão preciso que acabaram com um marxismo morto, uma espécie de teologia tomista ou de metafísica kantiana (como se pode exemplificar com Althusser). A erudição afogou o que havia de inventivo e de provocativo para a reflexão e a contribuição das gerações posteriores. Ora, o destino de sua obra (Marx) não era esse – mas o de fundir as idéias dos filósofos às ações rebeldes dos operários, gerando forças sociais de construção de uma sociedade nova” (Florestan Fernandes, 1995).

4.1 O PCB E A RENOVAÇÃO

Para o PCB não foi nada fácil discutir o relatório secreto do XX Congresso do PCUS em meados da década de 1950. Habitado que estava à não assimilação da crítica, ficou incrédulo diante da denúncia dos crimes stalinianos por Nikita Khrushchev, secretário geral do PCUS, e das revelações do arquivo de Smolensk. Na reunião plenária de janeiro de 1956, durante a qual se analisou a vitória de Kubitschek e Goulart, o PCB tentou viabilizar uma participação das massas na luta pela democracia política, embora o *Programa de 1954*, stalinista em suas bases, influenciasse a atuação do Partido. Enquanto na maior parte dos Partidos Comunistas havia uma reação no sentido de debater o relatório Khrushchev, a direção do PCB tentava discutir apenas o “culto à personalidade” para não reavaliar as orientações e o *Programa de 1954* do Partido.

Aqui e ali começam a ser publicados artigos nos jornais operários que tentam iniciar a discussão, sem, no entanto, tocar nas bases do pensamento político de Gramsci. Até 1957, os

renovadores, que neste momento já são defensores da democracia, são minoria no Partido, e o núcleo dirigente posiciona-se na imprensa partidária, defendendo a linha hegemônica. Nesse momento, ainda defende a estratégia das “etapas” para a revolução, ao analisar a industrialização brasileira na segunda metade da década de 1950. Os vários grupos que tentaram uma “renovação” do Partido passam a ser marginalizados por defender a ampliação do partido com a organização das massas.²⁸

Com o fortalecimento da ideologia nacional – desenvolvimentista, também o PCB será afetado por ela. O nacionalismo passa a ser influência dominante na análise da realidade brasileira. Porém, a luta interna nas fileiras do Partido Comunista não se resolve facilmente. Dissidências de vários grupos começam a acontecer no partido (Reis Filho, 1995).

Grupos dissidentes tentam organizar-se externamente ao Partido, entre os quais o trotskista, que se caracterizou por historicamente se restringir a pequenos agrupamentos sem inserção de massas, em geral composto por intelectuais e estudantes. Contudo, o trotskismo também se caracteriza por sua radicalidade e capacidade de interpretar a realidade social brasileira e isso permitia aos trotskistas “observar e denunciar realidades que escapavam a outras organizações políticas contemporâneas.” (Ridente, 2002, pp. 103-104). O trotskismo contribuiu ainda para romper com o monolitismo do partido único, dando um caráter pluralista à história do movimento operário e fornecendo chaves teóricas para a discussão dos impasses e derrotas dos projetos da esquerda.²⁹

²⁸ Como exemplo: artigo de Agildo Barata na *Voz Operária* de 02/02/1957.

²⁹ As raízes do trotskismo brasileiro estão nas polêmicas e enfrentamentos no seio do Partido Comunista da União Soviética e na III Internacional. A derrota de Leon Trotsky, o “profeta” assassinado, determinou a reconfiguração do movimento comunista internacional com a formação da Oposição Internacional de Esquerda e, posteriormente, a IV Internacional. É neste contexto que Mário Pedrosa e outros militantes assumem a tarefa de construir uma alternativa à linha oficial brasileira. São eles os primeiros militantes a abrir caminho para o grupo trotskista no debate comunista no Brasil nas décadas posteriores à década de 1960 do século XX. Cf. texto de José Castilho Marques Neto, *Solidão Revolucionária – Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de

A radicalização do movimento social no Brasil nos anos de 1960 gerou condições propícias para o surgimento de uma esquerda desvinculada tanto da tradição stalinista quanto da alternativa trotskista atuante à época, o Partido Operário Revolucionário (POR). Nesta conjuntura, acrescenta-se mais um fator: o crescimento da esquerda católica, em especial no movimento estudantil. É neste contexto que surgem outras duas organizações políticas: a POLOP e a AP.

Para a formação da POLOP convergiram militantes descontentes com o reformismo do PCB, setores radicalizados da Juventude Socialista do PSB (Guanabara), parte da Juventude Trabalhista (em Minas Gerais) e outros marxistas independentes. Em sua formação inicial participaram militantes destacados na política e na intelectualidade brasileira: Theotônio dos Santos, Moniz Bandeira, Ruy Mauro Marini, Juarez Guimarães, Emir e Eder Sader, Michel Lowy e Eric Sachs, mais conhecido pelo pseudônimo de Ernesto Martins. A POLOP também é reflexo de uma dissidência em nível internacional, que se distanciara tanto do stalinismo quanto do trotskismo. Neste sentido, seus militantes bebem em fontes luxemburgistas e no pensamento de autores poucos conhecidos no Brasil, como Brandler e Talheimer.

Outro grupo a ser destacado seria a Ação Popular cujo percurso é singular. Trata-se da síntese construída nos anos 1960 entre o marxismo e o cristianismo. O estudo desta experiência nos ajuda a entender esta difícil relação que, diga-se de passagem, não se restringe ao Brasil: esquerda católica e marxismo se mesclam em toda a América Latina. Retornando com força nos anos 1980, a partir da atuação das pastorais e Comunidades Eclesiais de Base

fundadas na teologia da libertação, e também devido à experiência da revolução nicaragüense, é um fenômeno que mantém atualidade.

Atuante na esquerda brasileira, o grupo maoísta, irá fundar o Pcdob. Era ligado ao PC chinês e à sua proposta de revolução. Os grupos mais importantes são esses que, juntamente com o PCB, formavam o que se denominava a esquerda brasileira. Eram esses grupos que tentavam outros caminhos que se opunham ao stalinismo.³⁰ Não iremos analisá-los pois nos interessa estudar a tentativa de renovação no PCB, nos primeiros anos da década de 1980, para analisar o desvio de apropriação peculiar que se fez da obra gramsciana.

É somente no final da década de 1970 e início de 1980 que irá se configurar uma nova tentativa de renovação no PCB que efetivamente tentava se consolidar. Nessa época a cúpula partidária retorna ao Brasil, depois da forçada estada no exterior causada pela perseguição política dos anos cruentos da ditadura militar, disposta a retomar o contato com a realidade brasileira e com a “parte” do Partido que continuava a luta no país. É nesse momento que ocorre o confronto entre Luís Carlos Prestes e uma grande parcela do Partido que pretendia uma “renovação”, agora propondo a “democracia como valor universal”, proposta pelo eurocomunismo, como a “nova” estratégia do Partido.

Para sermos exatos, ao ler os textos da *Voz da Unidade*, percebemos que se desenvolve um grupo que procura consolidar um “novo partido”, para chegar ao socialismo sem a revolução operária, reforçando apenas a democracia liberal.

O jornal *Voz da Unidade*, nos anos 1980 e 1981, foi o porta-voz de um amplo debate que buscava definir a estratégia do Partido Comunista Brasileiro, o que requeria uma “nova”

³⁰ Cf. o Volume V de História do Marxismo no Brasil, organizado por Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho, de 2002, onde analisam os Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960.

posição política. Marco Aurélio Nogueira apresentou o jornal para o público no dia 30/03/80 (p. 8 e 9) com o artigo *Democracia e socialismo*:

O jornal Voz da Unidade surge como veículo de uma corrente de pensamento que concebe a democracia como elemento essencial do socialismo e que, por isso, faz a sua luta pela conquista de um regime de amplas liberdades democráticas e aberta à participação das grandes massas.

Ao finalizar o artigo, afirmou:

Para nós, apenas o socialismo pode oferecer soluções definitivas para os problemas fundamentais da nação. Mas esse processo tem como pressuposto indispensável a intervenção organizada das massas e a consolidação de um regime verdadeiramente democrático.

Em seu primeiro número, o *Voz da Unidade* publicou um artigo de Prestes que defende a legalização do Partido, até então clandestino, propondo uma frente ampla dos partidos de esquerda, conforme:

A legalidade não se consegue de joelhos. Ela tem que ser conquistada nas urnas, como em 1945. Se isso ocorrer, o partido poderá rapidamente organizar todas as forças de luta contra a ditadura e formar um bloco para conquistar o poder e implantar uma democracia política, econômica e social, abrindo o caminho para o socialismo (Prestes, 1980a, p. 7).

No nº 2, Prestes publicou uma “Carta aos comunistas” iniciada com um longo debate sobre os rumos do Partido. Nela, ele se posicionou contra a direção do Partido e os acordos com a burguesia, ao afirmar que

o dever dos comunistas é dirigir a luta dos trabalhadores, contribuindo para sua unidade, organização e conscientização, mostrando-lhes que é necessário caminhar para o socialismo, única forma de assegurar sua real emancipação (...) Só assim agindo, realizarão os comunistas uma política capaz de

impulsionar o movimento das massas, uma política que não pode ser a de ficar a reboque dos aliados burgueses, mas ao contrário, a de não poupar esforços para que as massas assumam a liderança do processo de luta contra a ditadura e pela conquista da democracia, assim como sua ampliação e aprofundamento continuado (Prestes, 1980b, p. 4).

Ao mesmo tempo, um grupo partidário começa a defender, acima de tudo, a democracia como caminho para o fim da ditadura e para encaminhamento do socialismo, continuando e renovando o movimento iniciado desde 1958, (ou anterior ainda, embora em outro contexto), mas sob novas bases – o eurocomunismo.

O debate que tomou corpo no início da década de 1980 e que, na realidade, significará uma transformação da esquerda brasileira, teve como porta-voz o jornal *Voz da Unidade*. Dele participaram intelectuais que fazem parte da nossa história mais recente, como a luta pelas “diretas já”, a ascensão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e toda a trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT), até sua chegada ao governo em 2002.

4.2 O DEBATE DE VOZ DA UNIDADE EM 1980, 1981 E INÍCIO DE 1982

Na apresentação do jornal no dia 30/03/80, o editor Marco Aurélio Nogueira esclarece que o jornal será porta-voz de uma corrente que concebe a democracia como o veículo de passagem para o socialismo, portanto sua luta será para ampliar as liberdades democráticas, porque será a participação das massas com direitos democráticos que possibilitará a conquista do socialismo (Nogueira, 1980a).

Ao finalizar o artigo, gerador do debate sobre a estratégia no PCB, asseverou que apenas o socialismo poderia oferecer soluções definitivas para os problemas fundamentais da Nação. Mas esse processo teria como pressuposto indispensável a intervenção organizada das massas e a consolidação de um regime verdadeiramente democrático, como propunha o PCI de Berlinguer, do final dos anos 1970, que defendia a democracia como valor universal para a afirmação política do eurocomunismo.

Surgia, então, no PCB um grupo chamado acadêmico ou gramscista que propunha uma nova estratégia para o socialismo e não exatamente para o comunismo, o que já é um ponto importante para reflexão. Ao apresentar o livro: *PCB: vinte anos de política, 1958-1979* (Capistrano, 1980), Marco Aurélio Nogueira afirmou:

Com o VI Congresso, o PCB rejeita a superestimação da ‘luta armada’ como forma privilegiada de luta e passa a se manifestar firmemente por uma política de massas voltada para a conquista da democracia, concebida como elemento essencial da luta anti-imperialista e pelo socialismo. Constatando o novo caráter da ditadura implantada em 64, o Congresso consolida os elementos que hoje dão identidade ao PCB: defesa de um programa democrático amplo e unitário (atuação em todas as entidades de massa, articulação das lutas específicas com as questões políticas mais gerais, aproveitamento de todas as oportunidades legais para o desenvolvimento da consciência e da organização das mais diversas camadas da população, construção de um partido de massas forte e numeroso, enraizado na classe operária e presente em todos os setores e regiões da vida nacional (Nogueira, 1980b, p. 15).

Marco Aurélio Nogueira, desde o início do *Jornal*, utilizou as idéias de Gramsci com a interpretação do eurocomunismo, para comentar a direção que lhe era dada: jornal não doutrinário, mas de “opinião”. Cabia a esse jornal procurar realizar o “jornalismo integral” de

que falava Gramsci: um jornalismo que não pretendia apenas satisfazer as necessidades de seu público, mas também criar essas necessidades e ampliar progressivamente sua área de influência na Reforma intelectual e moral dos leitores, não determinando que a perspectiva seria a do operariado ou dos trabalhadores, mas das “massas”. Em grande parte, a Voz será o reflexo de todo esse trabalho (cf. Nogueira, 1980c).

A edição de 22 a 28/05 de 1980 contém elementos que nos permitem compreender o confronto que se instala entre os grupos divergentes. O jornal publica notícias que nos permitem acompanhar este processo de divisão.

Reunidos em São Paulo, dirigentes nacionais dos comunistas resolvem declarar vago o cargo de secretário-geral, até então ocupado por Luís Carlos Prestes e divulgam dois textos sobre a situação política do país e a batalha ideológica, publicados na íntegra pelo *Voz* (Nogueira, 1980d, p. 1).

O PCB indicou Giocondo Dias como o novo dirigente máximo dos comunistas brasileiros e, como ainda eram clandestinos, resolveram chamar-se de “Coletivo de Dirigentes Comunistas”, sob a coordenação de Giocondo Dias. Luís Carlos Prestes não participou do grupo e não compareceu a nenhuma reunião para esclarecer sua posição, mesmo tendo sido convocado. Na “Carta de Prestes aos comunistas” ele criticou a postura do Comitê Central. Com sua ausência, foi configurada a “vacância de cargo”, formalizada em maio de 1980.

Nessa ocasião, Giocondo Dias elaborou dois documentos: “Sobre a situação política atual” e “Sobre a Carta aos comunistas do companheiro Luís Carlos Prestes”, publicados pelo *Voz da Unidade*. Essas publicações nos possibilitam a análise do que estava ocorrendo.

No documento “Sobre a situação política atual”, começou a se configurar a nova estratégia para a qual se voltava o PCB, na década de 1980.

Por isso mesmo, os comunistas definem a luta pelas liberdades democráticas como primordial e revolucionária, parte integrante e inseparável da luta nacional, democrática e socialista do proletariado, isto é, da luta contra o imperialismo, os monopólios, o latifúndio e o capitalismo. A luta pela democracia não é, portanto, um expediente tático ao qual os comunistas recorrem como a um escudo contra a repressão e o arbítrio, mas uma necessidade histórica, concreta: o socialismo a ser construído pelo povo brasileiro, como em toda a parte, exige a conquista e ampliação das liberdades democráticas e será a expressão da mais ampla liberdade e democracia (Dias, 1980b, p.11).

Mais adiante, Giocondo explicitou mais claramente:

Derrotar o regime atual e substituí-lo por um regime democrático continua a ser a tarefa política central da classe operária e de todas as forças sociais e políticas que se alinham no amplo campo oposicionista (...) À classe operária cabe o papel principal entre as forças oposicionistas, na luta pela realização desse programa comum (Dias, 1980b, p. 11).

O documento “Sobre a carta aos comunistas do companheiro Luís Carlos Prestes”, respondeu ao artigo de Prestes publicado no primeiro jornal, de 30/03 a 05/04/1980. Esse documento reflete a posição do grupo “gramscista” ao registrar que, segundo a resolução do VI Congresso, a revolução brasileira, em sua etapa atual, será “nacional e democrática”. Afirmava ainda que *“mesmo não liquidando a exploração dos operários pela burguesia, a revolução nacional e democrática abre caminho para a vitória do socialismo”* (Dias, 1980b, p. 12). Com isso propõe a democracia burguesa como estratégia para o socialismo.

O grupo se posiciona contra Prestes, que propunha uma frente democrática ampla e defendia uma política de frente de esquerda. Isso faria com que saíssem de cena partidos que não seriam de esquerda, mas liberais. A direção do PCB defendia a união de todas as forças

políticas na luta contra a ditadura. Diferentemente de Gramsci que propunha, da prisão, a luta contra o fascismo e incentivava a “frente ampla” para liquidá-lo, com todas as forças de esquerda unidas para combatê-lo.

No documento de resposta a Prestes³¹, o artigo de Giocondo Dias: “Sobre a carta aos comunistas do companheiro Luís Carlos Prestes”, expressa a posição dos chamados “gramscistas” ou “renovadores” do PCB. A Resolução política do VI Congresso afirma:

A Revolução brasileira, em sua presente etapa, deverá liquidar os dois obstáculos históricos que se opõem ao progresso da nação: o domínio do imperialismo e o monopólio da terra. Ela é, assim, nacional e democrática. Devido à preponderância do fator nacional, a direção do golpe principal está voltada contra o imperialismo, particularmente o norte-americano, e seus agentes internos. A burguesia entreguista será liquidada como força social juntamente com os outros inimigos da revolução.

E depois, repetindo-se:

(...) O proletariado deve intensificar e não amainar a luta em defesa de seus interesses e direitos. Acelerará assim, o processo de revolução nacional e democrática. Mesmo não liquidando a exploração dos operários pela burguesia, a revolução nacional e democrática abre caminho para a vitória do socialismo (Dias, 1980a, p. 12).

E mais adiante, ao confrontar as afirmações de Prestes e defender sua posição que se assemelhava às resoluções do VI Congresso, Giocondo expõe a tática do Partido:

Vejamos o que diz a resolução do VI congresso sobre nossa tática: “Na situação atual, nossa principal tarefa tática consiste em mobilizar, unir e organizar a classe operária e demais forças patrióticas e democráticas para a luta contra o regime ditatorial, pela sua derrota e pela conquista das liberdades democráticas. A realização dessa tarefa está estreitamente ligada

³¹ Ressaltamos que Prestes defende posições diferenciadas nos vários momentos de sua atuação no PCB. Por exemplo, em 1948, tinha a mesma posição que agora defende Giocondo Dias, e à qual se opõe.

aos objetivos revolucionários em sua etapa atual (liquidação do domínio do imperialismo e do latifúndio) e ao desenvolvimento da luta da classe operária pelo socialismo” (Dias, 1980c, p. 13).

Gramsci possuía uma proposta diferente do que o grupo gramscista defende como “frente ampla”. Unificar forças para a luta pelo socialismo implicava para o partido da classe mobilizar todos os grupos contrários à burguesia e isso não poderia se dar com as forças patrióticas e democráticas que não fossem suas aliadas.

4.3 A POLÍTICA DO PCB A PARTIR DE 1980

A partir de 1980, a leitura da obra gramsciana se intensifica com uma interpretação característica do grupo chamado “democrático” (ou erurocomunista). É o que se percebe claramente nos artigos desse grupo no jornal *Voz da Unidade*.

Antes mesmo das “Teses pela legalidade do Partido”, podemos ler na *Voz da Unidade* artigos como o de Cláudio Guedes claramente influenciados pela obra gramsciana. No artigo “Onde está o caráter laico do partido?” discorre sobre uma questão essencial para uma grande parcela do PCB naqueles anos, que era a da “abertura”. Em “Entender o marxismo como doutrina aberta ao novo”, esse político esclarece:

(...) Entendemos que o partido comunista deve ser o organizador e condutor de uma poderosa vontade coletiva, cuja origem se encontra nas profundas desigualdades da vida econômica e social do país, e que seja a expressão de um movimento real no sentido da luta pela hegemonia político-econômica e cultural das classes trabalhadoras, em particular da classe operária, e pela renovação radical e democrática da sociedade brasileira com a fundação de

uma nova cultura. (...) Trata-se de entender o marxismo como concepção dialética do homem e da história, como filosofia que supera o materialismo vulgar e o idealismo exatamente por não reconhecer uma hierarquia ‘a priori’ dos momentos da realidade, e por assim considerar que o sujeito e o objeto não são senão momentos relativos da atividade histórica dos homens. Em outras palavras, entender o marxismo como filosofia da praxis humana (...) Só assim estarão os comunistas brasileiros se afastando da falsa ortodoxia que dominou na época estalinista e que continua ativa em nossos dias (economicismo, negação das especificidades nacionais, etc.) (...). Desta forma, a orientação política do PCB vai depender da concepção de mundo dos comunistas brasileiros (Guedes, 1980, p.15).

Esse texto chama a atenção para a crítica à visão positivista do marxismo e para a leitura da *filosofia da praxis* gramsciana. Retomava o pensamento de Gramsci neste debate.

No *Jornal Voz da Unidade* de 12/06 a 18/06/80, Luiz Werneck Viana escreve o artigo “A política não pode ser um acidente no meio do caminho. Ela é o caminho” em que reforça o posicionamento do grupo gramscista.

Na edição de julho, há uma reportagem sobre a comunicação de Carlos Nelson Coutinho na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) sobre o tema “Democracia e socialismo”, em que esse comunicador utiliza conceitos gramscianos, mas com uma interpretação eurocomunista. Em setembro, um outro artigo analisa o livro de Luciano Gruppi, *Tudo começou com Maquiavel (As concepções do Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci)*. Ali se encontra o cerne do que defenderá em suas obras de influência gramsciana. Baseado na política do Partido Comunista Italiano de linha gramsciana, com o qual mantém um constante contato, defendia um Estado de “tipo novo”, assim como Berlinguer, secretário geral do PCI. Para Carlos Nelson Coutinho:

O elemento de renovação consiste na idéia de que não se trata no “Ocidente”

de construir um Estado inteiramente novo, mas de promover uma articulação dialética entre instituições herdadas do passado (que mudam de função graças precisamente a essa articulação) e instituições novas geradas diretamente pelas lutas das massas trabalhadoras. A reforma do Estado passa assim pela criação de uma democracia de massas (Coutinho, 1980, p. 15).

Nessa interpretação da estratégia gramsciana está a base para o grupo “democrático” defender um “partido novo” que rompa com a idéia de revolução proletária como passagem para o comunismo, com uma insurreição violenta. Fazem uso dessa interpretação da estratégia gramsciana para defenderem a passagem para o socialismo como uma reforma do Estado.

Giocondo Dias, na edição de outubro, publica o artigo “Os Comunistas, a abertura e a democracia” posicionando-se a favor de uma “frente ampla”, de todas as forças antiditatoriais com uma plataforma comum. Finaliza o artigo com a assertiva:

Como dissemos, há apenas um caminho – o da unidade – para que as forças democráticas isolem o regime autoritário e promovam a sua substituição. Desejamos dar nossa contribuição para a elaboração de uma plataforma comum, na luta pelas liberdades e pela constituinte. E, além da defesa dessa plataforma comum a todas as forças antiditatoriais, continuaremos nossa luta pela ampliação da democracia aos terrenos econômico e social, por mudanças profundas que levem nosso país ao socialismo (Dias, 1980d, p. 3).

A proposta da estratégia democrática, da frente ampla envolvendo todas as forças antiditatoriais, é uma virada no caminho seguido pelo PCB. É também rompimento com Prestes, que não aprovava a unidade com os liberais. Essa política passa a ser duramente criticada pelos “conservadores”, como excessivamente “conciliadora”, reformista.

Luiz Sérgio N. Henriques responde a essas críticas na edição de 19/12 a 30/12/80. O autor argumenta que elas não têm fundamento e que o caminho para o socialismo no Brasil é a

democracia. Argumenta que os comunistas brasileiros participam de um dos dilemas básicos deste final de século: o de encaminhar um verdadeiro processo de transformação social, fundado no consenso e nos métodos da democracia, numa nova articulação de hegemonia e coerção. Esta última, sendo obviamente indispensável, não deve ser o fator dominante, se o que se quer é uma transição não estatista, não conduzida autoritariamente “pelo alto” (Henriques, 1980). Esta sua resposta corresponde às propostas do eurocomunismo, baseado nas proposições de Berlinger no PCI.

Ao abordar a “revolução passiva” conceituada por Gramsci, feita “pelo alto”, Henriques sustenta que a hegemonia conquistada através da guerra de posições seria a estratégia correta para o PCB. Para ele, a resposta a uma sociedade complexa (Ocidental) como era o Brasil na época, não poderia ser a revolução armada que, para Gramsci, somente poderia se dar, por exemplo, em sociedades orientais, nas quais existe sociedade civil menos complexa.

No último *Jornal* de 1980 (31/12 a 08/01/1981), Carlos Nelson Coutinho escreve “Os novos partidos e a democracia”, discutindo sobre a necessidade de partidos de massa e argumenta, influenciado pelo “gramscismo do PCI”, que necessário seria uma “ampla frente democrática” (Coutinho, 1981, p. 4). Na edição seguinte, Leandro Konder no artigo “As novidades na literatura marxista”, acentua a importância de começarem a ser publicadas no Brasil as obras de outros autores marxistas, além das obras do próprio Marx. Para ele, que defende também o eurocomunismo, as obras italianas são fundamentais, conforme:

Não é casual que nós tenhamos tantas traduções dos marxistas italianos nestes últimos anos: os marxistas brasileiros dão mostras de que se reconhecem em algumas preocupações dos “compagni”, percebem

afinidades, descobrem que o que os italianos dizem nos interessa (Konder, 1981 p. 15).

No nº 50, de 27/03 a 02/04 de 1981, Leandro Konder volta a insistir na necessidade da luta pela democracia no PCB que, segundo ele, seria a única saída para a política de massas.

No Suplemento especial de 08 de maio de 1981 são publicadas as “Teses para um debate nacional de comunistas pela legalidade do Partido Comunista Brasileiro”. Sua tese central é a discussão do imperialismo.

Na parte III, “O caminho da revolução brasileira” não definem que tipo de estratégia o partido propõe, mas atém-se à definir os tipos de trabalhadores assalariados que existem naquele momento no Brasil. Na parte IV, item 21, analisam o fortalecimento da sociedade civil no Brasil: “As transformações econômicas e sociais processadas no país, nos últimos anos, redundaram na emergência de uma sociedade civil em progressivo fortalecimento”. (Teses, 1981, p.16) E, também: “A nossa concepção democrática da vida social impõe o empenho para apoiar, estimular e participar deste amplo movimento que contribui para derrotar a reação e o arbítrio e para conquistar a completa independência nacional, no quadro de um regime democrático e pluralista” (Idem).

Segue, definindo melhor a estratégia:

A etapa atual do processo revolucionário brasileiro, orientado para o socialismo, possui caráter democrático e nacional. (...) A incorporação ao processo revolucionário de massas de milhões de trabalhadores, a estreita aliança das classes e camadas exploradas com a classe operária e a conquista, por esta, da hegemonia na direção da revolução são condições necessárias para a transição ao socialismo. (...) A conquista e o constante alargamento da democracia política são necessários não só para a mobilização das massas

para a atual etapa da revolução como, ainda, para a passagem ao socialismo e à construção da nova sociedade. (...) As funções progressistas do setor estatal da economia dependem da composição das forças revolucionárias – e a passagem ao socialismo só é garantida pela hegemonia do proletariado no processo. (...) Segundo a nossa concepção democrática, lutamos pelo fortalecimento do conjunto da sociedade civil, ou seja, para que os cidadãos possam expressar as suas idéias e aspirações através de uma rede de organizações de base (sindicatos, comissões de empresa, associações de bairro e profissionais, comunidades de inspiração religiosa, etc) capazes de intervir na solução dos problemas específicos que lhes dizem respeito e, partindo destes, na decisão das grandes questões nacionais. Só esta democracia de massas, organizada de baixo para cima, poderá assegurar a formação e a participação cada vez maior de um amplo bloco democrático, antiimperialista e antimonopolista na política nacional (Teses, 1981, p.17 - 18).

Mas, o que é mais importante vem a seguir: “É possível que a revolução brasileira alcance os seus objetivos prescindindo da luta armada, da insurreição e da guerra civil”. (Teses, 1981, p.18) E seria a luta pela conquista da democracia que levaria à possibilidade de se alcançar as transformações revolucionárias por um caminho não armado:

A vida comprovou o acerto da posição assumida pelos comunistas desde 1964, que sempre sustentaram ser a ação política das grandes massas do povo e das forças políticas o caminho para derrotar a ditadura, conquistar a democracia e levar adiante a revolução brasileira (Teses, 1981, p. 19).

As *Teses* propõem uma Assembléia Nacional Constituinte, livremente eleita e soberana para a superação dos problemas impostos pela ditadura: “A elaboração de um programa comum opositorista pode ser feita de modo democrático, com ampla participação de representantes de todas as camadas do povo brasileiro” (Teses, 1981, p. 21).

A proposta de uma frente comum partidária com hegemonia do PCB contra as cisões

partidárias dos oposicionistas é ressaltada no documento. Grande parte da luta proposta é no sentido de avançar e ter a hegemonia dos vários aparelhos privados de hegemonia, inclusive o Parlamento. O documento defende a posição da Igreja e a aliança com ela.

Na parte V: “O direito dos comunistas à Legalidade e o Partido que queremos construir”, desenvolvem um item: “A resistência dos comunistas exprime o seu enraizamento na sociedade brasileira e os avanços teórico-ideológicos que realizaram, combatendo o dogmatismo e o revisionismo” (Teses, 1981, p. 29 - 30).

A nova estratégia já está nos debates de 1956/1957 e na “Declaração de Março de 1958”, afirmam, continuando:

A ‘Declaração de Março’ ao colocar como agente principal da revolução brasileira, em todas as suas intermediações, a ação consciente e organizada das massas, e como eixo da política dos comunistas a questão da democracia, ao formular uma linha política com base nas transformações ocorridas no Brasil e não na cópia de ‘modelos’, contrapôs-se irreconciliavelmente ao golpismo e ao sectarismo e determinou ainda um poderoso impulso à luta para romper com o dogmatismo (Teses, 1981, p. 30).

Defendendo que o eixo da política dos comunistas é a revolução brasileira, finalizam enfatizando:

O PCB legal será um partido amplo, de massas, democrático e nacional. (...) O PCB será o resultado da ação criadora dos comunistas **junto** às massas, **especialmente junto** à classe operária, baseada numa profunda reflexão sobre as suas atividades na vida política nacional (Teses, 1981, p.34, grifo nosso).

A partir da publicação das Teses, o debate passa a girar em torno delas, e se intensificam os posicionamentos citando a obra ou categorias gramscianas, muitas vezes

completamente fora de seus referenciais, principalmente a estratégia da “guerra de posições”.

Dentre os artigos relevantes para entendermos a influência gramsciana destaca-se o de André Vilar, de 06/08/1981, que questiona o fato de não estar bem esclarecido, na tese 23, o que seria a revolução proposta por “via pacífica”, podendo levar a erros de interpretação. Ocupar, conquistar “espaços políticos” na sociedade numa longa “guerra de posições”, segundo ele, minimizaria a violência, caso se constatasse uma contra-revolução por parte das forças reacionárias. Enfatizando que a “violência revolucionária” passaria a ser “organizada e legal”, aplicada pelo novo “bloco histórico” que acaba de emergir, aponta a importância da direção da sociedade civil, antes mesmo da tomada do poder e concorda com Leandro Konder em propor uma política cultural dos comunistas, fazendo referência à reforma intelectual e moral, preocupado com a transformação dos costumes. A transição para o socialismo se configuraria em uma democracia de massas (Vilar, 1981).

Enfatizamos aqui a interpretação da estratégia gramsciana que, para esses intelectuais, seria o aprofundamento da democracia burguesa pela luta no campo cultural, distorcendo o sentido da proposta da reforma intelectual e moral em Gramsci para quem ela é parte da guerra de posições implicando a tomada de poder e a sua manutenção pela classe operária. A reforma intelectual e moral prepararia esta tomada de poder, fundamental para mantê-lo posteriormente.

D’Aldeia, intelectual que também faz parte do grupo “eurocomunista”, escreve em 11/09/1981 e 09/10/1981, em Debates, o artigo intitulado “O estilo elitista de fazer política” (D’Aldeia, 1981), afirmando que depois do artigo de Leandro Konder, com as “Contra-teses”, as “Teses” envelheceram e por isto acredita no avanço da discussão. Enfatiza a organização das massas pelo Partido e o centralismo democrático e conclui propondo um “pacto social”

que tenda a superar os limites do contrato liberal, para chegar à verdadeira democracia:

O que dará estabilidade à democracia política, penso eu, será o fortalecimento da 'sociedade civil', a superação da hegemonia liberal no movimento democrático e a formação de um novo 'bloco histórico' de tendência anti-capitalista que sele uma aliança estável entre as forças populares e a classe média. Este parece-me ser o eixo de uma estratégia democrática anti-capitalista nas condições brasileiras (D'Aldeia, 1981, p. 10).

Embora proponha a “guerra de posição”, acredita que, no caso brasileiro, a problemática se complexifique pois não se pode ignorar o peso do “atraso”, a precariedade das tradições democráticas e o acentuado desenvolvimento desigual na formação social, o que impede de encaixar o Brasil no modelo de “Ocidente”. Mas a tendência geral de desenvolvimento, segundo pensa, é ainda pelo pólo dinâmico dominante, ou seja, pelo pólo urbano-industrial.

Aloísio Teixeira está também nos Debates de 11/09/81, com o artigo “Discutindo o fundamento teórico das teses pela legalidade”. Ao fazer uma análise teórica, afirma que as *Teses* não operam uma ruptura com a visão anterior, contida na *Declaração de Março* de 1958 ou nas Resoluções do V e do VI Congressos (1960 e 1967, respectivamente), ou seja:

As velhas formulações apresentadas de forma desordenada, reaparecem junto com respingos do que de novo tem surgido na discussão, em uma mistura cujo resultado não é favorável (Teixeira, 1981, p. 5).

Depois, continua o artigo no *Debate* do *Jornal Voz da Unidade* de 25/09/81, nº 5. Nele propõe a mudança de estratégia do Partido a partir das transformações reais do capitalismo no nosso país, abandona a idéia ainda presente nas “teses” e afirma nos parágrafos 22 e 23: “lutamos pelo socialismo (...) mas dada a estrutura e o estágio do capitalismo em nosso país (...) a etapa atual (...) possui caráter democrático e nacional”.

Outro artigo a ser destacado é o de Clarice Souza Reis, membro do PCB, em *Debate* de 23/10/1981, nº 7: “Seria a democracia um valor universal?”. Ela discute as posições que estão se contrapondo no seio do Partido: de um lado, a “democracia como valor universal”; de outro a “democracia como um valor operário”. O equívoco é patente em ambas as afirmações, a seu ver, pois qualquer conceito deve ser situado “historicamente” para não se afastar da realidade, para não estar fora dos processos sociais e revolucionários concretos, nem longe da luta de classes. “*Nestas colocações os conceitos (idéias) claramente precedem o concreto (matéria). E assim, estamos diante do idealismo*”, afirma (Reis, 1981). Isso não significa, porém, que ela não acredite na importância da democracia “*mesmo porque o socialismo é a forma mais avançada de democracia*” (Reis, 1981). Nesse mesmo tom destacam-se artigos como os da edição de 04/12/81 com a preocupação de criticar a estratégia da “democracia como valor universal” como os de Jorge de Freitas, Ludmila Fonseca e Pedro Maranhão.

Marco Aurélio Nogueira volta a se manifestar na edição de 11 a 18/12 de 1981, com o texto: “As teses que não temos”. Para ele o que salta aos olhos nas *Teses* do Coletivo Dirigente Nacional é o seu caráter conciliatório. Afirma que têm uma postura eclética e conciliatória, ou seja:

Não podem, por isso, assumir um esforço sincero e vigoroso para deixar vivificar o novo, que fica assim diluído e amesquinhado. Elas querem contemplar a todos. Não agradam a ninguém (...) Diante da magnitude da crise de seu partido e das novas exigências da sociedade brasileira, os comunistas do Brasil têm diante de si um sério desafio: renovar em termos democráticos e radicais o PCB (Nogueira, 1981, p.3).

José Carlos Lousada, na edição de 18 a 25/12 de 1981, defende a revolução democrático-nacional, em aliança com a burguesia não ligada ao imperialismo. Luiz Werneck Viana defende a via democrática e a revolução nacional a ela subordinada (Viana, 1981).

Ainda com a influência gramsciana de Carlos Nelson Coutinho³², temos o artigo de Antônio Sérgio (29/01/1982), que defende ser a principal contradição no Brasil a existente entre a sociedade civil e o Estado autoritário, e não entre o povo e o imperialismo, como afirmam as “Teses”, ignorando, entretanto, que a contradição é, na verdade, a luta de classes que perpassa a sociedade civil e o Estado.

Antônio Ribeiro da Silva na edição de 22 a 28/01/1982, assim como Mauro Malin e Milton Freitas, em 05/02/82, propõem em “A democracia como questão concreta”, uma nova concepção, uma nova política, um “partido novo”:

E nos quadros de nossa sociedade (...) a luta pela democracia é revolucionária, no sentido de que a progressiva democratização da vida nacional, incorporando as massas no processo político, tornará cada vez mais patente a questão da hegemonia para a classe operária e, portanto, cada vez mais explícita a idéia do socialismo (...). Nosso esforço principal continua a ser, portanto, o de contribuir para a articulação de uma ampla frente democrática, cujos limites não se confundem com os dos atuais partidos políticos, que seja, por isso, capaz de incorporar as mais diversas correntes de opinião e personalidades (inclusive do PDS) que se opõem em diversas medidas, ao regime autoritário, e que ganhe expressão na ação concreta das instituições que compõem a sociedade civil (Malin, 1981, p. 9).

Para finalizar, serão mencionados cinco artigos críticos sobre o debate que vinha se desenvolvendo no PCB e a proposta da democracia como estratégia para o Partido. O primeiro

deles, é o de Salomão Malina, na edição de 18 a 25/12/1981, “Notas sobre a discussão da Democracia”, em que faz a defesa da democracia socialista, enfatizando seu caráter de classe, negando a democracia como valor universal.

Entendida como o processo pelo qual a classe operária pode articular-se como eixo de um bloco histórico que sintetize e responda às aspirações da massa da população, a hegemonia faz com que a classe subalterna se converta em classe dirigente (que é a condição para que ela passe a classe dominante) (...). Neste sentido, a noção de Gramsci de ‘guerra de posições’ é fecunda. Já lutando pela hegemonia no próprio quadro da sociedade burguesa, o proletariado escapa ao imobilismo fatalista em que se abriga na espera da Hora certa, quando a crise levaria ao colapso o Estado burguês (Malina, 1981, p. 5).

Segundo analisa Malina, para se tomar o poder, não se pode prescindir da “guerra de movimentos” que pode ser necessária, apesar da guerra de posições, dada a natureza do Estado burguês. Afirma que a hegemonia proletária somente se concretizaria quando o proletariado fosse também classe dominante, além de dirigente. Para ele, a ditadura do proletariado é a forma política realmente mais democrática que a história registrou, (coerente com a obra gramsciana e marxiana) porque somente ela levaria ao comunismo. Seria a força representativa de milhões contra poucos autocratas, e não o contrário, e isso somente seria possível com o partido do proletariado (Malina, 1982).

Outro artigo relevante é o de Sérgio Cordeiro de Andrade (15 a 21/01/82), “Considerações sobre a questão democrática”. Nele há a análise dos textos que pretendem uma “abertura” mas que, na realidade, acabam por distorcer o marxismo, retirando-lhe seu caráter revolucionário. Cita como exemplo o texto de Carlos Nelson Coutinho, “A democracia como

³² Moisés Vinhas, Tomás Rodrigues e Rafael Álvarez também defendem a via democrática que leve à sociedade socialista, assim como Tomás Rodrigues e Rafael Alvarez (Voz da Unidade, 1982).

valor universal”, com o qual concorda Leandro Konder. Nesse artigo, Coutinho cita Engels para enunciar uma possível passagem do capitalismo para o socialismo, através da ampliação das conquistas democráticas, a partir do sufrágio universal (Andrade, 1982).

Para Cordeiro de Andrade, porém, existe uma passagem de Lênin que elucida de forma objetiva o problema:

É preciso notar, ainda, que Engels definiu o sufrágio universal de uma forma categórica: um instrumento de dominação da burguesia. O sufrágio universal, diz ele, considerando manifestamente a longa experiência da social-democracia alemã, serve somente como indício da maturidade da classe operária (Lenin apud Andrade, 1982).

E sobre a passagem para o socialismo, afirma que esta somente se daria com a revolução violenta, afirmação essa reiterada insistentemente por Engels entre 1878 a 1895, ou seja, até sua morte (Andrade, 1982).

Outro equívoco de Coutinho, segundo Sérgio Cordeiro, é dizer que *“hoje se generaliza entre os marxistas ocidentais a rejeição do ‘modelo soviético’ como modelo universal de socialismo”*. Tal concepção dos marxistas ocidentais, defendida por Coutinho, tem origem nas idéias de Enrico Berlinguer:

a democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista (Andrade, 1982, p. 6).

Assim, Coutinho analisa a via democrática como um modo dialeticamente novo de conceber essa relação entre socialismo e democracia, seguindo os passos de Berlinguer. Entretanto, defende Cordeiro, para Lênin não existia democracia pura pois ou é burguesa ou

proletária. A democracia burguesa jamais levaria ao socialismo, mas a cada conquista, reforça a sociedade burguesa.

Seria interessante sabermos como Berlinguer ou Carlos Nelson Coutinho coloca hoje esta “democracia política” dentro de uma sociedade capitalista, sem que ela represente o poder da burguesia, ou em uma sociedade socialista sem que a mesma represente o poder proletário. (...) Continuemos. Se até aqui Nelson Coutinho distorceu o marxismo, de agora em diante ele começa a negá-lo (Andrade, 1982, p. 8).

Pondera que a democracia política para aqueles que, em nome dos interesses históricos dos trabalhadores lutam pelo socialismo, não é um simples princípio tático mas é um valor estratégico permanente, pois é condição tanto para a conquista quanto para a consolidação e aprofundamento desta nova sociedade (Andrade, 1982).

Sobre a concepção da democracia como valor estratégico, Lênin havia afirmado que *“o proletariado não pode triunfar sem quebrar a resistência da burguesia e esmagar pela força seus adversários; e que, onde há ‘esmagamento’ pela força, não há ‘liberdade’, conseqüentemente, não há democracia”* (Lênin apud Andrade, 1982). Afirmava, porém, que era preciso acabar com a sociedade burguesa e com a democracia burguesa, instaurando a democracia mais ampla até agora proposta na História, a ditadura do proletariado.

Sérgio Cordeiro concorda que, naquela etapa do processo social brasileiro, seria necessário lutar pela democracia. Quando se refere ao “esmagamento” do inimigo, esclarece que não estaria propriamente pressupondo um esmagamento físico de pessoas, mas sim, dos princípios políticos que regem uma sociedade dividida em classes sociais. Ou seja, *“o esmagamento do arcabouço sócio-econômico e político implantado pela burguesia para assegurar a exploração do trabalho pelo capital. E somente a classe operária enquanto classe*

para si pode realizar a tarefa” (Andrade, 1982, p.6). Essa idéia é perfeitamente coerente com a concepção de hegemonia em Gramsci.

Cordeiro afirma também que, quando Coutinho propõe a democracia como “um valor estratégico permanente”, nega a própria dialética, para a qual não existe nada permanente. Na sociedade comunista, quando desaparece o Estado, desaparece também o conceito de democracia que já não tem mais sentido em uma sociedade realmente igualitária, sem classes. Esta forma de Coutinho conceber a via democrática enquadra-se, segundo Cordeiro, nas concepções idealistas (Andrade, 1982).

Com relação à concepção de Estado ampliado que Coutinho analisa como a progressiva reabsorção do Estado pela sociedade que o produziu e da qual se alienou, Cordeiro afirma que

a primeira tarefa do proletariado após tomar o poder é a socialização dos meios de produção, visto que, com este ato, ele abole o Estado como Estado. (...) A este último (isto é, o Estado democratizado que substitui o primeiro) e só referindo-se a ele, Gramsci fala da sua extinção através da absorção do mesmo pelos organismos autogeridos da sociedade civil. (...) Como vemos, não se trata de reabsorver o estado burguês, mas sim de aniquilá-lo. E somente isto asseguraria a ‘plena democracia’ (Andrade, 1982, p.7).

Outro artigo enfático é o de Carlos Frederico, “O PCB e os marxistas acadêmicos” que, conforme o título, critica o que ele chamou de marxistas acadêmicos, referindo-se a Leandro Konder, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Werneck Viana, influenciados pelo texto de Carlos Nelson Coutinho, “A democracia como valor universal”, o qual, segundo ele, seria uma defesa das idéias de Enrico Berlinguer, chefe do PCI (Frederico, 1982).

Carlos Frederico concorda com os artigos citados acima, contrários à concepção de

democracia como valor universal que o grupo gramsciano adota, acrescentando que pensar a democracia como valor universal é ser metafísico. E cita um longo texto de Engels definindo o que significa ser metafísico:

Para o metafísico, as coisas e suas imagens no pensamento, os conceitos, são objetos de investigação isolados, fixos, rígidos, focalizados um após o outro, de per si, como algo dado e perene. Pensa só em antítese, sem meio-termo possível; para ele, das duas uma: sim, sim; não, não; o que for além, sobra. Para ele, uma coisa existe ou não existe; um objeto não pode ser ao mesmo tempo o que é e outro diferente. O positivo e o negativo se excluem em absoluto. A causa e o efeito revestem também, a seus olhos, a forma de rígida antítese. À primeira vista, esse método discursivo parece-nos extremamente razoável, porque é o do chamado senso comum. Mas o próprio senso comum, personagem muito respeitável dentro de casa, entre quatro paredes vive peripécias verdadeiramente maravilhosas quando se aventura pelos caminhos amplos da investigação; e o método metafísico de pensar, por muito justificado e até necessário que seja em muitas zonas do pensamento, mais ou menos extensas segundo a natureza do objeto de que se trate, tropeça sempre cedo ou tarde com uma barreira, ultrapassada a qual converte-se num método unilateral, limitado, abstrato, e se perde em insolúveis contradições, pois, absorvido pelos objetos concretos, não consegue perceber sua concatenação; preocupado com sua existência, não atenta em sua origem nem em sua caducidade; obcecado pelas árvores, não consegue ver o bosque (Marx e Engels apud Frederico, 1982, p. 39).

Afirma ainda que a proposta dos “marxistas acadêmicos” não passa de reformista. Chama-os gramscianos, mas no final do texto, registra entre parênteses sua compreensão da obra gramsciana: “o revolucionário italiano, cujo pensamento tem sofrido distorções nas mãos de oportunistas” (Frederico, 1982, p.39).

Já o texto de José Paulo Netto, “Para uma avaliação crítica das Teses”, analisa o fato de que nelas e no debate posterior se apresentou como estratégia o fortalecimento da sociedade

civil como se fosse uma entidade, abstraindo-se a luta de classes, o que levou a uma análise equivocada da estratégia democrática (Netto, 1982).

Temos ainda o texto de João Moreira analisando a estratégia proposta pelas *Teses* e pelo *Debate* em: “Estratégia democrática e socialismo”.

Assim, o desenvolvimento e aperfeiçoamento da democracia política por si, sem ruptura, não é capaz de transformar um sistema social dada a estreita articulação entre o grande capital e o Estado a qual torna a democracia política inseparável das características da organização econômica. (...) Embora a sociedade civil brasileira venha se fortalecendo (...) seria o caso de desprezar a análise do papel específico que o Estado historicamente vem exercendo em nosso país? (Moreira, 1982, p. 7)

Esses artigos estão presentes nas últimas edições do *Debate* sobre as “Teses pela legalidade do Partido Comunista Brasileiro” que fundamentarão o VII Congresso do Partido e que influenciarão não somente os seus rumos, mas os de uma grande parcela da esquerda brasileira, nos meios acadêmicos, principalmente depois da saída dos gramscianos por falta de espaço para “renovação” no PCB. Essa parcela da esquerda opta por ingressar em outros partidos, como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ou o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado no início de 80. Intelectuais como Marco Del Roio, Alberto Aggio, por exemplo, continuaram ainda no PCB pois não comungavam com as idéias dos dissidentes que propunham a “renovação”, com interpretação liberal de Gramsci, embora também defendessem uma democratização do Partido.

Na verdade, o que menos se viu neste debate, embora os membros do grupo “democrático” discutissem a estratégia “gramsciana”, é que Gramsci, que era materialista histórico e dialético, quando fala da conquista da hegemonia pelo proletariado, não a separa da

transformação das condições materiais na medida em que estrutura e superestrutura formam um “bloco histórico”, não existindo a hegemonia de uma classe sem o domínio e a direção da sociedade. É por isso que não se encontra em Gramsci a concepção de democracia como valor universal, mas aquela que leva à hegemonia da classe operária. Isso significa a classe operária no poder, o encaminhamento para o comunismo, para uma sociedade sem classes, plenamente democrática. A democracia como valor universal, por ter um caráter universal, reforça a dominação, como sua justificativa.

Essa interpretação idealista da obra gramsciana difundiu-se entre educadores, homens de cultura, militantes políticos, atingindo várias outras áreas da sociedade, caminhando posteriormente para uma leitura “liberal” da obra de Gramsci (se isto for possível, sem fazer uma outra teoria que não a sua, que é materialista dialética). Essa leitura idealista acabou prevalecendo também no modo de fazer política de quem tentava não ser dogmático.

Saviani, analisando a atualidade de Gramsci, ressalta a importância da sua ortodoxia, o que nos leva a refletir sobre as consequências de tornar um revolucionário como ele palatável, inclusive para o capitalismo, retirando a eficácia da sua estratégia para o fim da dominação burguesa. Escreve:

Sim. Gramsci o confessa. A leitura que ele faz de Marx é uma leitura ortodoxa, isto é, fiel ao espírito da teoria original. Mas acrescenta que não se trata de uma ortodoxia à moda religiosa que estiola a doutrina enrijecendo-a e tornando-a impermeável às transformações históricas. Trata-se de uma ortodoxia do método. Assim como Marx exercitou à exaustão o método da análise concreta de situações concretas debruçando-se sobre o processo de nascimento, desenvolvimento, transformações e possível superação do capitalismo, mantendo-se atento a todos os acontecimentos importantes de sua época, cabe, conforme o entende Gramsci, dar continuidade a esse procedimento enfrentando com a mesma diretriz metodológica as novas

questões que a nova situação histórica vem colocando (Saviani, in Ragazzini, 2005, p.20 –21).

Perder a perspectiva da classe a que se pertence organicamente redundaria no fortalecimento da dominação dos proprietários. E o Partido da classe operária não pode perder a direção que lhe cabe na luta para o fim do capitalismo sob pena de reforçá-la. Portanto, discutir esse debate é também buscar as raízes de problemas políticos enfrentados hoje por toda a esquerda do Brasil, na tentativa de identificar e propor caminhos para os graves problemas presentes na sociedade brasileira e, o pior deles, a pobreza e a miséria da grande maioria da população brasileira.

Concluído o estudo do debate do PCB sobre a estratégia política do partido, no próximo capítulo, analisaremos o livro: *A democracia como valor universal* de Carlos Nelson Coutinho, com o objetivo de apresentarmos uma crítica à proposta de renovação no PCB.

5 A DEMOCRACIA COMO VALOR UNIVERSAL

5.1 A DEMOCRACIA COMO VALOR UNIVERSAL – O DEBATE NO PCB

Fato relevante em 1980, fartamente citado nos *Debates* de 1981 e 1982 do PCB, da *Voz da Unidade*, foi o lançamento do livro de Carlos Nelson Coutinho: *A democracia como valor universal*.

Esse livro significou um marco na evolução do pensamento e da política de esquerda no Brasil, assim como o foi o de Caio Prado, *A revolução brasileira*. Era resultado de uma tendência do PCB, que tentava tornar-se hegemônica, desde meados da década de 1970, e que Coutinho busca sistematizar nesses textos. O artigo que dá nome ao livro já havia sido publicado na *Revista Civilização Brasileira*, em 1978, com o mesmo título e era a questão central para o grupo³³ que se autodenominava “renovadores”, “modernos”, reconhecidos como “gramscianos”.

A questão da “renovação” do Partido e da democracia, que é o centro sobre o qual girará a proposta para a revolução no Brasil dar-se-á, ou ao menos se acirrará com o retorno da cúpula do PCB que estava no exílio, em final da década de 1970. Dá-se início, então, à preparação do VII Congresso do PCB, que se realizaria em dezembro de 1982. A primeira tentativa de promover o Congresso foi frustrada pela invasão da polícia. Enfim, durante o ano de 1983, depois de várias reuniões, o Congresso finalmente consegue definir as suas teses.

³³ Esse grupo tem início com uma Assessoria Especial dentro do Comitê Central do Partido, no começo dos anos 1970 e era formado por nomes como Leandro Konder, Marco Aurélio Nogueira, o próprio Coutinho etc.

Nesse momento encontramos três tendências no Partido: a de Prestes que, rompendo com o organismo partidário, funda um grupo paralelo; o Comitê Central, com Giocondo Dias, Salomão Malina, Givaldo Siqueira entre outros, e a dos “renovadores” gramscianos, com Carlos Nelson Coutinho, Armênio Guedes, Marco Aurélio Nogueira, Leandro Konder, Luiz Werneck Viana etc. Os “renovadores” são aqueles que levam para o PCB as propostas eurocomunistas, oriundas do PCI.

Com a fundação do jornal *A Voz da Unidade*, no início de 1980, o grupo dos “renovadores” tem um forte instrumento em mãos, mas em 1981, perde a hegemonia na edição do jornal. Grande parte do grupo gramsciano sai do Partido em 1981 e, outra, em 1983. Alguns irão para o Partido dos Trabalhadores e outros, a maioria, para o PMDB. Em 1983 e 84, esse grupo fundou, com David Capristano, o jornal *A Esquerda* que teve poucas edições. Eles tiveram importância fundamental na luta pelas “Diretas, já”.³⁴

Outro grupo, os chamados “gramscistas”, fundará a revista *Presença*, com forte influência do pensamento de Gramsci. Fazem parte do corpo editorial dessa revista e escrevem nela, entre outros, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Milton Lahuerta, Marco Del Roio, Marco Aurélio Nogueira³⁵.

O livro de Ivete Simionato, *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*, de 1995, analisa a importância dessa revista, além de fazer um cuidadoso

³⁴ Essas informações foram passadas em entrevista Marco Del Roio, em 11/12/96, porque viveu esse momento e nos relatou suas memórias.

³⁵ A Revista *Presença* surgiu no segundo semestre de 1983, organizada pelo grupo dos denominados renovadores (o termo eurocomunista já deixava de ser usado), que tinham em Gramsci uma referência teórica importante e na política democrática a sua linha estratégica. A revista encontrou a sua razão de ser na chamada “transição democrática”. Alguns dos seus principais organizadores (como David Capristano) logo foram para o PT. Outros foram em 1988 (depois do V Encontro Nacional do PT), como Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Luiz Werneck Vianna foi o condutor da revista que durou até 1992, tendo concluído a sua trajetória no nº 18. Colaboraram na revista nomes como Milton Lahuerta, Marcos Aurélio Nogueira, Marcos Del Roio, Alberto Ágio, Raimundo Santos, Luis Sérgio Henrique etc.

levantamento das obras que se utilizam das categorias de Gramsci para interpretar o Brasil. Não nos deteremos em sua análise porque acreditamos que a base para examinar o rumo da revista *Presença* e a influência de Gramsci na vida intelectual brasileira encontra-se no entendimento desse momento de tentativa de “renovação” do Partido, que é o momento em que se tentava introduzir o eurocomunismo no PCB e, também, a introdução da obra gramsciana em nosso país, sob uma ótica idealista e liberal na sua interpretação. Essa interpretação, neste momento, pelo grupo que tenta essa renovação, marcará a trajetória da obra de Gramsci no Brasil.

O livro de Carlos Nelson Coutinho, que analisamos a seguir, vai desenvolver a nova proposta da “esquerda democrática” européia como uma possibilidade estratégica para o PCB e nos permitirá compreender os limites e mudanças de estratégia de grande parte da esquerda ocidental, principalmente pelos partidos comunistas, enraizados nos principais pressupostos do eurocomunismo.

5.2 A DEMOCRACIA COMO VALOR UNIVERSAL: O livro de Carlos Nelson Coutinho

O livro de Carlos Nelson Coutinho consta de quatro textos que foram publicados em revistas ou apresentados em simpósios. Tais textos são representativos da discussão que se realizava naquele momento entre a intelectualidade de esquerda, principalmente do PCB, e do papel que esse debate desempenhava na transformação da sociedade brasileira. No prefácio

(Coutinho, 1980)³⁶, o autor admite a influência “italiana” e a do eurocomunismo. O primeiro texto, *A democracia como valor universal*, diferencia o eurocomunismo da social-democracia.

O Eurocomunismo, surgido no final da década de 1970 do século passado, é uma corrente política que se propõe a realizar a superação do leninismo e encontrar para o socialismo uma via nova adaptada às condições da Europa ocidental, onde existia uma ampliação dos direitos sociais e uma qualidade de vida para o operariado jamais alcançada ali anteriormente. A preocupação é buscar uma via para o socialismo que mantenha esse avanço democrático e essa qualidade de vida, sem rompimento frontal com o capitalismo. O eurocomunismo busca um compromisso histórico entre classes, com a burguesia e, principalmente, com a Democracia Cristã italiana, partido católico de ampla base popular na Itália, para efetivar as mudanças necessárias para a transição para o socialismo naquele país.

Esta seria a maior influência que o chamado “grupo gramsciano” no PCB recebe, com todas as conseqüências para a discussão sobre estratégia revolucionária para o socialismo neste partido e posteriormente para as principais forças da política brasileira. É clara a preocupação de Coutinho em apontar uma nova estratégia para a esquerda brasileira e para a “revolução” socialista baseando-se nessa tendência. Procura defender o que Enrico Berlinguer pensava sobre a democracia política e o seu valor universal. Essa estratégia seria o

³⁶No prefácio do livro, p. 15, Coutinho se refere à questão, para ele central para a sociedade brasileira, sobre democracia e socialismo, e o caminho para se chegar ao socialismo no Brasil. “*Esse caminho deverá ser democrático no preciso sentido de que somente com a conquista, conservação e aprofundamento da democracia política será possível agregar o bloco social necessário para empreender - sem o risco de retrocessos autoritários - as transformações estruturais que levarão progressivamente o Brasil ao socialismo. E este caminho democrático, na medida em que implica a participação e o consenso das mais amplas massas populares, é por seu turno a melhor garantia de que o socialismo a ser conquistado, além de assegurar a igualdade social, significará também o pleno florescimento de todas as liberdades humanas. Em suma, o socialismo que me parece melhor corresponder ao grau de complexidade já alcançado pela sociedade brasileira, assim como aos interesses da classe operária e do amplo leque dos seus aliados, é um socialismo fundado na democracia política*”.

desenvolvimento da democracia política que, para ele *“não é um simples princípio tático; é um valor estratégico permanente, na medida em que é condição tanto para a conquista quanto para a consolidação e aprofundamento dessa nova sociedade”* (Coutinho, 1980a, p. 24-25).

A maneira como se daria a transformação para uma democracia socialista seria, *“por um lado, a “criação” de novos institutos políticos que não existem, ou existem apenas embrionariamente, na democracia liberal clássica; e, por outro, a “mudança de função” de alguns velhos institutos liberais”* (Coutinho, 1980a, p. 25).

E Coutinho continua:

Mas seria um erro supor que essa nova democracia, em todos os seus aspectos só possa surgir após a conquista do poder pelas classes trabalhadoras. Do mesmo modo como as forças produtivas materiais necessárias à criação da nova formação econômico-social já começam a se desenvolver no seio da velha sociedade capitalista, assim também esses elementos da nova democracia (da democracia de massa) já se esboçam em oposição aos interesses burgueses e aos pressupostos teóricos do liberalismo clássico no seio dos regimes políticos democráticos ainda dominados pela burguesia (Coutinho, 1980a, p. 25).

A continuidade da argumentação nos leva a pensar que esse desenvolvimento seria inexorável. Somente assim se poderia defender a democracia política como “estratégia” e não como “base” para uma transformação da sociedade. O “determinismo” fica mais claro na sequência do parágrafo, onde se lê que é possível substituir uma classe pela outra no poder, mantendo os mesmos mecanismos de organização sócio-política.

No primeiro caso, trata-se de suprimir as relações de produção capitalistas para que as forças produtivas materiais possam se desenvolver plenamente,

de modo adequado à emancipação humana; no segundo caso, trata-se de eliminar o domínio burguês sobre o Estado a fim de permitir que esses institutos político-democráticos possam alcançar pleno florescimento e, desse modo, servir integralmente à libertação da humanidade trabalhadora (Coutinho, 1980a, p. 25).

A questão central, porém, de como eliminar o domínio burguês não é analisada. Há, no desenrolar do texto, uma análise de como, para Gramsci, dar-se-ia a reabsorção do Estado pela sociedade que o produziu e da qual se encontra alienado (Coutinho, 1980a, p. 25).³⁷ Não há, entretanto, um entendimento sobre a guerra de posição, principalmente quando se contrapõe à “via prussiana”³⁸, a renovação da estratégia que as “esquerdas” brasileiras deveriam assumir. A transformação viria com a superação da democracia liberal, mantendo a “democracia como valor universal”, como podemos compreender neste parágrafo:

Podemos concluir esse rápido esboço afirmando que a relação da democracia socialista com a democracia liberal é uma relação de superação (*Aufhebung*): a primeira elimina, conserva e eleva a nível superior as conquistas da segunda (Coutinho, 1980a, p. 25).

A hegemonia das classes trabalhadoras ocorreria através do pluralismo, da união do que Coutinho chamava de “forças populares brasileiras”, embora a “unidade” fosse concebida como valor estratégico. Mas ele não consegue explicar de que maneira ela se dará, pois:

a tarefa da renovação democrática, (...) não poderá ser obra de um único Partido, de uma única corrente ideológica e nem mesmo de uma só classe

³⁷ É neste sentido que cabe entender a lúcida observação de Gramsci, segundo a qual a ‘sociedade regulada’ (sem classes) é aquela na qual o Estado será absorvido pelos organismos autogeridos da ‘sociedade civil’.

³⁸ “via prussiana” é um conceito utilizado por Lenin, depois ampliado por Lukács, para designar as revoluções burguesas tardias, como as que ocorreram na Alemanha, Japão, Coreia do Sul e Taiwan. Essa revolução se dá de “cima para baixo”, conciliando os interesses da aristocracia agrária, fundiária com os da burguesia. Poderíamos chamar de uma “modernização conservadora”.

social. É tarefa que deve envolver a participação de múltiplos sujeitos sociais, políticos e culturais (Coutinho, 1980a, p. 25).

Podemos pensar nisso como tática, porque naqueles anos havia a ditadura militar para ser derrubada. Porém, no final desse primeiro texto, o autor volta a afirmar a importância do pluralismo e da busca pela unidade, que teria como meta a conquista do consenso, construindo alianças, para o soerguimento de uma sociedade socialista em nosso país. Alianças com quem? Para Gramsci, o proletariado deveria ser dirigente das classes aliadas (campeinato) e dominante da classe inimiga (burguesia). De qualquer modo, em nenhum momento a palavra comunismo chegou a ser usada por Coutinho, e a sua proposta era uma ampla aliança de todos os grupos antiditatoriais, inclusive, parte da burguesia e dos latifundiários, contrários à ditadura militar, política já utilizada muitas vezes pelo PCB (Cf. Piozzi, 1983).

Fundamental para discutir essas idéias é ressaltar o que significava para Gramsci a noção de democracia. Desde 1924, ainda no jornal *l'Ordine Nuovo*, Gramsci definia democracia como processo de formação orgânica da classe operária na experiência dos Conselhos de Fábrica, de Turim. A democracia seria uma situação de passagem que tornaria possível a organização dos operários e, assim, seu confronto com a burguesia, até a revolução e a possibilidade da verdadeira democracia, a socialista. Esta deveria estender-se à fábrica onde o poder burguês é autocrático e gera a cisão cidadão/produtor.³⁹

Gramsci, segundo a ortodoxia marxista, somente admitia a hegemonia da classe operária, a classe produtiva que era fundamental para a organização capitalista, mesmo quando

³⁹ Cf. GRAMSCI, "L'Ordine Nuovo", 1987.

aliada a outras forças. Sendo assim, somente ela pode criar um novo equilíbrio social do qual, porém, não pretende ser a única beneficiária.⁴⁰

Outra questão fundamental a ser apontada é a do fim do Estado para Gramsci, que se daria pela reabsorção da sociedade política pela sociedade civil. Para ele, a função pública real é exercitada por organismos do tipo dos “Conselhos” que não são organismos privados. *“Privados são os organismos sindicais, mas públicos e coletivos são aqueles que têm o que fazer com as forças produtivas e com a sua direção social”* (Coutinho, 1980a, p. 124), isto é, o que ele chamava de Conselhos de Fábrica, a quem caberia a direção de uma sociedade de indivíduos livres.

Assim não se pode falar em qualquer democracia como estratégia para Gramsci porque a morte do Estado não é o perder-se do público e do coletivo no privado, como pensam os liberais, mas sim a formação de um outro tipo de organismo público atuante na condução do econômico sob o ponto de vista do interesse geral (Badaloni, 1975, p. 124).⁴¹

A ampliação do Estado, o Estado integral para Gramsci, conduz à política do socialismo que vincula socialização dos meios de produção e socialização da vida política.

Falando do Partido operário como o Príncipe moderno (recuperando o conceito do Príncipe em Maquiavel), que exerce sua função hegemônica na dialética permanente da sociedade política com a sociedade civil, Gramsci realça que ele desempenha o papel de equilíbrio entre diferentes interesses da sociedade civil, podendo somente ter *“um sistema de*

⁴⁰“O seu ponto de partida é identificar a superação da sociedade capitalista com uma direta assunção das forças produtivas por parte dos novos ‘condutores’. Sucessivamente, no foco da batalha política, Gramsci vai se persuadindo de ter que dar espaço a um tipo de superestrutura que seja, o mais possível, modelado pelas próprias forças produtivas. Em qualquer lugar que se situe o problema dos intelectuais, a relação com o mundo da produção não desaparece, mesmo não sendo ‘imediato, mas mediato’.” (Badaloni, 1975, pág. 123).

⁴¹“Em última instância é o público e o social que encontraram sua plena realização não mais separada do privado, porque este último desenvolveu-se organicamente até tender a identificar-se com o primeiro” (Badaloni, 1975, p. 124).

princípios que afirmem que a finalidade do Estado é a sua própria morte, seu próprio desaparecimento, isto é, que a sociedade política é reabsorvida pela sociedade civil” (Gramsci, 1955, p. 94).

Essa clareza, que irá desenvolver nos *Cadernos*, já se encontra em Gramsci desde 1918. No período do *l'Ordine Nuovo* que precede os Conselhos de Fábrica de Turim, ele escreve:

A batalha está apenas começando: é preciso destruir o espírito de colaboração de classe e o espírito reformista. Temos de formular com exatidão e precisamente aquilo que entendemos por Estado. É necessário definir e fazer penetrar na consciência das massas que o Estado *socialista*, isto é, a organização da coletividade que se segue à abolição da propriedade privada, não é uma continuação do Estado capitalista (Gramsci, 1974-1980, p. 197).

Gramsci não analisa essa reabsorção da sociedade política pela sociedade civil como um simples **deslocamento** em direção ao campo superestrutural ou cultural. O Estado integral pressupõe tomar em consideração o conjunto dos meios de direção intelectual e moral de uma classe sobre a inteira sociedade, realizando sua hegemonia.

5.3 GRAMSCI E NÓS: Segundo capítulo

No segundo capítulo, “Gramsci e nós”, Coutinho faz uma leitura liberal e idealista da obra gramsciana. Ao contrário do que analisamos até aqui sobre a “ortodoxia” marxista de Gramsci, Coutinho vê a sociedade civil como um momento da superestrutura. Para ele, a sociedade civil.

designa o conjunto das organizações responsáveis pela elaboração ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, os parlamentos, as Igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artísticos, etc (Coutinho, 1980a, p. 52).

Um pouco mais adiante acrescenta:

Enquanto Lênin (seguindo Engels) prevê uma extinção quase automática do Estado, resultante da extinção progressiva das classes no plano econômico, Gramsci parece supor a necessidade de uma luta no terreno específico da política para eliminar a divisão entre governantes e governados, para pôr fim à alienação política que se expressa na existência de um Estado separado da sociedade, qualquer que seja o seu conteúdo de classe. Essa luta e essa eliminação são momentos centrais do processo de revolução cultural, que Gramsci designa freqüentemente com a expressão “reforma intelectual e moral” (Coutinho, 1980a, p. 54-55).

Coutinho já havia participado da divulgação da obra de Lukács e utiliza, nesse capítulo, seu conceito de “via prussiana” como sinônimo de “revolução passiva” em Gramsci. Talvez porque não levasse em conta o principal texto de Gramsci que analisa profundamente as contradições desse tipo de *revolução-restauração* em *Americanismo e fordismo*.⁴²

Em Lukács, a “via prussiana” é uma forma de modernização social feita de cima para baixo, através da conciliação das elites e da exclusão das massas nas decisões sociais e políticas. É o desenvolvimento tardio das relações de produção capitalistas, feito pela composição entre as classes dominantes, sem a democracia política e sem contar com a

⁴² Cf. Gramsci, *Americanismo e fordismo*, 1975, passim.

participação popular. É, dessa forma, segundo Coutinho, que se pode explicar a transição do Brasil para o capitalismo.

Com essa análise, a riqueza da categoria de “revolução passiva” em Gramsci se perde, pois não pode ser entendida sem o conceito de “guerra de posição”. Esse tipo de “revolução” pode se utilizar das massas, organizando-as no sentido de manter a dominação, cedendo às suas reivindicações, organizando um novo “modo de vida”. Em Coutinho, a via democrática significa uma reversão do prussianismo presente em nossa história política, uma revolução política. O discurso politicista de Coutinho parece, por isso, prescindir da economia política, ignorando a necessidade da transformação das relações de produção capitalistas para a transformação cultural e política, conforme:

Ora, Gramsci foi um dos pensadores que melhor analisou as implicações desse processo de modernização conservadora. Embora não se refira em sua obra ao conceito leniniano de ‘via prussiana’, no qual estão explícitas as raízes econômicas da modernização capitalista conservadora, Gramsci foi capaz de elaborar com grande finura as consequências políticas do processo. (Temos aqui mais outro exemplo concreto do ‘método’ de Gramsci: que subestima a economia - ou sua ‘abstração’ - como condição para um exame agudo e detalhado das superestruturas políticas) (Coutinho, 1980a, p. 57).

Coutinho deixa claro, no final desse segundo artigo, que o que o inspira é a “democracia progressiva” de Togliatti e também a proposta mais recente do eurocomunismo do PCI dos anos 1970. Berlinguer declarou em 1977, durante a comemoração dos 60 anos da Revolução de Outubro, em Moscou, como secretário-geral do PCI, que a democracia seria o terreno no qual o adversário de classe seria obrigado a retroceder e também, o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma sociedade socialista original. Além disso, afirmava que as conquistas democráticas do movimento operário na Europa, e na própria

Itália, configuravam direitos universais. Estava construindo assim uma política democrático-socialista que teria um impacto político imenso nos partidos comunistas, em grande parte do mundo ocidental.

Porém, *“uma teoria do Estado, de alianças sociais, da função dos intelectuais”*, que culmine na renúncia ao *“movimento contra o capitalismo”* e ao *“movimento contra o capitalismo e ao Estado burguês”*, em termos de criação de uma *“base social da ditadura proletária e do Estado operário”*, não pode ser atribuída a Gramsci (Salvadori, 1976). Não é possível nos esquecermos que Gramsci foi um estrategista da revolução comunista.

5.4 GRAMSCI, CULTURA E DEMOCRACIA NO BRASIL: Terceiro capítulo

Sem a interpretação de Togliatti, a influência da obra de Gramsci na Itália e principalmente a sua influência na prática política não teriam existido. No Brasil, sem a publicação de Carlos Nelson Coutinho, tanto a obra como a prática política baseada em Gramsci, ou em seus continuadores não alcançariam a repercussão que tiveram. A interpretação de Coutinho e dos “gramscistas” brasileiros segue a linha política do PCI, desde a interpretação do “Partido novo”, de Togliatti, até a política de 70, quando Berlinguer atribuiu novo significado ao socialismo e ao conceito de democracia com o “compromisso histórico”.

A interpretação liberal da obra gramsciana, por Norberto Bobbio (Bobbio, 1979 e 1999), também exerceu uma influência muito grande porque esse autor analisa Gramsci como o “teórico da superestrutura”, invertendo a relação estrutura-superestrutura e a relação instituição-ideologia. O conceito de hegemonia é lido por Bobbio somente como “direção

cultural” e não como “direção política”. Bobbio não discutia a questão que para Gramsci, assim como para Marx, era fundamental, ou seja, que a relação entre estrutura e superestrutura é complexa e, na visão gramsciana, essas formam um “bloco histórico” e só se separam “metodologicamente” e não organicamente.

Segundo Guido Liguori, Bobbio atribui uma leitura mecanicista da relação estrutura-superestrutura porque, para ele a determinação “em última instância” de um dos dois termos leva a uma determinação forte e imediata do outro nível do real, como reflexo (Liguori, 1996). Existe sim, na obra gramsciana, o primado da política para a realização da revolução e, nesse sentido, da subjetividade, mas não com o sentido “mecânico” que Bobbio remete ao materialismo histórico, mas porque Gramsci jamais prescinde da importância da dominação do Estado para a transformação das relações sociais capitalistas de produção.

Quando lemos as obras de pensadores brasileiros “influenciados” por Gramsci, percebemos o forte acento na questão da superestrutura e, na análise da questão hegemônica, a ênfase na “direção cultural” com viés idealista. A análise da terceira parte do livro de Coutinho nos leva exatamente a essa interpretação. A noção de intelectual utilizada pelo autor é a do intelectual tradicional (lukacsiano) e não orgânico. Sua análise detém-se na “relação” intelectual - massa e não na noção do intelectual que “nasce da fábrica”, da massa, e que tem a função de homogeneizar a sua direção, de organizar o poder da classe trabalhadora.

Nelson Coutinho conclui esta parte do livro com ênfase à tendência idealista:

Ora, nesse ponto, a ‘questão cultural’ convertendo-se em momento privilegiado da ‘questão democrática’ encontra a base para a sua solução: lutando pela democratização da cultura, os intelectuais combatem efetivamente pela renovação democrática da vida nacional em seu conjunto; e, ao mesmo tempo, lutando por essa renovação democrática, asseguram

condições mais favoráveis à expansão e florescimento de sua própria práxis cultural (Coutinho, 1980a, p. 117).

Caberia ao intelectual o papel de, “democratizando” a cultura brasileira, influir no fim da “via prussiana”, através de uma “democracia pluralista de massas”. Essa é a proposta estratégica de Coutinho. Ele não toca no ponto central da teoria gramsciana: o papel do intelectual orgânico, o moderno Príncipe de Maquiavel, isto é, o Partido, a quem caberia organizar a revolução. Na verdade, acabar com a “civiltà capitalista”, significa desenvolver uma “nuova civiltà”, uma nova cultura.

Como já afirmamos anteriormente, Gramsci define **civiltà** como conjunto de modos de vida, de comportamentos, de valores ideológicos práticos, originários da organização do trabalho e das relações de produção. Enfim, define-a como **cultura** no seu sentido mais amplo. Sendo assim, não se separa da estrutura, é parte dela. Estrutura e superestrutura formam um bloco histórico.

No quarto capítulo do livro em questão, *Gramsci, cultura e democracia no Brasil*, Coutinho faz uma análise de como se desenvolve em nosso país o capitalismo monopolista de Estado hipertardio, baseado na leitura das obras de Fernando Henrique Cardoso e de Rogério de Freitas.

A inexistência de um vínculo indissolúvel entre monopólios e fascismo coloca importantes questões políticas à esquerda brasileira e, em particular, aos partidos e correntes representativos das massas trabalhadoras. Em primeiro lugar, para conquistar e consolidar a democracia, a esquerda pode e deve buscar alianças com todos os setores interessados nessa conquista e nessa consolidação, independentemente da posição deles em face da conservação do capitalismo monopolista de Estado no Brasil (Coutinho, 1980a, p. 117).

Em Gramsci, o sentido de estratégia, contido em sua teoria da hegemonia é, sem dúvida, a ditadura do proletariado e o Estado operário. Ele não pretende dar à ditadura do proletariado e ao Estado uma base coercitiva, pois isto não resolveria, segundo ele, as questões ligadas à construção de uma nova sociedade. Para tanto, é necessário o consenso ativo das massas trabalhadoras que se exprimem naturalmente nas instituições nascidas com a revolução e do rompimento do aparato de governo burguês (Salvadori, 1976, p. 43)., mas repetindo, para Gramsci, *“um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a ‘liquidar’ ou a submeter também com a força armada e é dirigente dos grupos afins e aliados”* (Gramsci, 1975, p. 2010).

Nos *Cadernos*, em sua teoria, o “centralismo democrático” constitui a forma de direção do partido revolucionário, base de sua hegemonia com os aliados. Aliados são, para Gramsci, sempre e só forças econômico-sociais, não outros partidos que fiquem sob uma perspectiva autônoma diversa daquela do partido proletário.

É importante, no Brasil, a reflexão sobre a reconquista das liberdades, na década de 1980, mas para o partido da classe operária ela não poderia se dar somente como oposição à ditadura militar. A via democrática, isolada de uma estratégia para a conquista do poder pela classe operária, não levaria *naturalmente* à “superação” da democracia liberal pela socialista. Gramsci que na prisão via a necessidade de uma Constituinte para extinguir o fascismo e restabelecer a liberdade na Itália, pensava que essa deveria ser uma fase “intermediária” na luta contra o fascismo, para conquistar, com a organização da classe operária, através do Partido, a ditadura do proletariado, que, para ele, não se separa da hegemonia proletária, do poder da classe operária para acabar com o Estado.

A teoria gramsciana não cede espaço para uma concepção de Estado de matriz liberal porque se preocupa, em toda a sua obra, com o fim do capitalismo e do Estado burguês. Ao contrário, sua obra é a tentativa mais complexa e elaborada de dar à ditadura do proletariado um fundamento adequado. Hegemonia burguesa é igual a domínio mais direção da sociedade, até tornar-se hegemonia proletária, com a revolução operária e a fase de transição para o comunismo, até o fim da sociedade de classes, do poder político, instituindo-se a sociedade regulada.

Ao concluir a análise do livro *A democracia como valor universal* não podemos deixar de esclarecer que os textos ali contidos foram a base e a expressão da proposta de “renovação” do PCB. Procuramos mostrar que tais textos, que colaboraram para que o Partido perdesse de vez o projeto da revolução que é a característica nodal de um partido operário, não se fundamentaram verdadeiramente no arcabouço teórico de Antonio Gramsci.

5.5 SOBRE A PROPOSTA DE “RENOVAÇÃO” NO PCB

Analisar essa proposta de “renovação” com base na teoria gramsciana e em sua estratégia para o capitalismo avançado, requer que retomemos qual seria o papel do Partido da classe trabalhadora para Gramsci. Como já expusemos no Capítulo II, para o Partido operário, fazer política seria mudar a correlação de forças para conquistar a massa popular para a causa do proletariado e para a sua hegemonia, o que exige organização política, pois essa transformação jamais é automática, nem mesmo em momentos de crise orgânica.

Essa é a grande reflexão depois da sua experiência com os Conselhos de Fábrica, durante sua permanência no cárcere. O Partido, como intelectual orgânico coletivo da classe

operária, deve guiar os trabalhadores para a tomada do poder e transformação do modo de produção, rumo à criação de uma “nova civiltá”.

O Estado ético ou sociedade civil seria, para Gramsci, a verdadeira democracia. Fica claro, porém, em sua obra, que isso somente se concretizaria com o fim do capitalismo e com uma Reforma intelectual e moral, sendo a base da nova sociedade que surgiria da Revolução.

Se compreendemos bem a estratégia gramsciana, compreendemos que a reforma intelectual e moral para ele, fundamental para a criação de uma nova cultura, não se separa da transformação material. Entender esse conceito nos permite não correr o risco de cair no idealismo. Transformar a sociedade intelectual e moralmente implica transformá-la materialmente, já que significa transformar as relações sociais de produção.

Sendo assim, pensar, com Coutinho e com os “gramscianos” do PCB, que a maneira como se daria a transformação para uma democracia socialista seria a democracia política, que é “*um valor estratégico permanente*”, tentando fundamentar-se em Gramsci, é um erro de interpretação desta esquerda “democrática” podendo levar a uma prática política que fortalece o capitalismo mais selvagem e o acirramento de sua crise, contribuindo para perpetuar a miséria, cada vez mais profunda, da maior parte da humanidade, enquanto, em contraste, se anuncia um mundo de qualidade jamais vista para o ser humano e sua vida na Terra.

Coutinho escreve que seria um erro supor que a nova democracia, em todos os seus aspectos, só poderia surgir após a conquista do poder pelas classes trabalhadoras, o que significa que, para ele, isso se daria inexoravelmente como continuidade da democracia burguesa. A nosso ver, essa esquerda, ao propor a democracia política como estratégia e não como tática para a transformação radical da sociedade capitalista, corre o risco de fazer parte

do jogo ilusionista que oculta as relações não livres e desiguais sob a aparência da igualdade e liberdade.

Coutinho escreve:

Do mesmo modo como as forças produtivas materiais necessárias à criação da nova formação econômico-social já começam a se desenvolver no seio da velha sociedade capitalista, assim também esses elementos da nova democracia (da democracia de massa) já se esboçam em oposição aos interesses burgueses e aos pressupostos teóricos do liberalismo clássico no seio dos regimes políticos democráticos ainda dominados pela burguesia (Coutinho, 1980a, p. 25).

Entendemos que exista um enfoque determinista, a partir do qual a transformação é pensada como continuidade do mundo burguês e não enquanto ruptura nas suas relações de produção. Não se analisa a questão central, que seria: *como eliminar o domínio burguês para suprimir estas relações capitalistas*.

No período do *Ordine Nuovo* Gramsci se afirma como leninista e como revolucionário. Nos *Cadernos do cárcere*, seu conceito de Reforma intelectual e moral se desenvolve em sua estratégia como possibilidade de preparação da classe trabalhadora para a organização da luta contra o capitalismo e não como continuidade. Portanto, a proposta dos “renovadores”, na verdade, não era uma proposta de renovação e, sim, a criação de um outro Partido, não-revolucionário, reformista, assim como era a proposta do eurocomunismo de Enrico Berlinguer.

Quartim de Moraes, pensador político brasileiro, marxista, discute como a proposta de Berlinguer da “democracia como valor universal”, não pode se sustentar.

Quanto a nós, entendemos que valores políticos são igualdade, liberdade, fraternidade, justiça, paz, felicidade, etc. Tanto quanto os valores éticos,

jurídicos, estéticos, eles são universais na medida em que são concebidos como idealidades paradigmáticas e expressos como sujeitos abstratos. Por isso, dizer que um valor (a igualdade etc.) é universal não lhe acrescenta nenhum novo predicado. Mas como regime político ou moralidade objetiva de uma sociedade determinada, a democracia *não* é universal, como tampouco o são a justiça, a beleza, a paz, quando consideradas não como platônicos paradigmas, mas como formas entranhadas na rudeza material do devir (Quartin de Moraes, 2001, p. 12).

E mais adiante, afirma na esteira de Marx,

(...) a base são as relações econômicas e a superestrutura, as formas políticas e culturais, Jamais erigiria os valores integrantes de um *ideário* em *fundamento* de uma nova ordem social (Quartin de Moraes, 2001, p. 12).

Assim, a proposta do grupo gramsciano depara-se com uma forte resistência interna no debate do PCB com o grupo dirigente, também renovador, porém tendo concepções diferentes porque para esse, o Partido seria leninista – revolucionário, como o era também para Gramsci. Ele, marxista, pensava em uma estratégia que concretizasse a revolução no capitalismo avançado, por suas dificuldades, pela complexidade da sociedade civil nele desenvolvida, mas pensava na revolução operária como única possibilidade para o comunismo. Era comunista, primeiro chefe do Partido Comunista Italiano Não se pode propor a continuidade do mundo burguês em seu nome, mesmo com mudanças, sem desviar-se completamente de toda a sua perspectiva de análise .

Gramsci, em *Americanismo e fordismo*, demonstra que as transformações no mundo da produção capitalista geram como consequência uma mudança no “modo de ser” do homem, mas não no sentido de torná-lo livre e, sim, possibilitando uma maior exploração e alienação.

Cabia ao Estado adequar-se para cumprir funções coercitivas, ao mesmo tempo que de convencimento.

Essas reflexões tinham como fundamento pensar no “como” fazer a revolução operária e transformar o “modo de ser” do homem a partir da novacultura que leva ao indivíduo verdadeiramente livre. E isso não seria possível sem o fim da apropriação e o rompimento com a democracia burguesa, que a mantém.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No capitalismo contemporâneo continua existindo a dominação burguesa, com um aprofundamento da exploração e da expropriação do trabalhador, característica ao capitalismo. Há uma exploração do conhecimento⁴³ e a continuidade da expropriação do setor terciário (contrariamente à tese segundo a qual a superação da subsunção do trabalho no capital), criando novos mecanismos de dominação e exploração do trabalho, que tem como consequência um “extermínio” de enorme quantidade de trabalhadores, abstraindo-se assim sua humanidade efetiva: a maior parte dos homens está expulsa do mundo do trabalho, pelo desemprego e pela miséria, criados pela automação de base micro-eletrônica.

Ruy Braga inicia um artigo sobre sociedade pós-fordista e trabalho cognitivo afirmando que as transformações atuais do capitalismo em crise conduziram certos economistas a renovar a hipótese de uma ruptura com o capitalismo industrial, iniciado com o fordismo. Afirmam que estamos assistindo a uma transição na direção de um “terceiro capitalismo”, sucessor do capitalismo mercantil e do capitalismo industrial, que seria o capitalismo cognitivo. Essa “profunda” divisão do trabalho produzida pelo advento do

⁴³ Contrariamente à tese da chamada Escola cognitiva. A respeito dessa Escola, consultar Ruy Braga, *Sociedade pós-fordista e trabalho cognitivo: “Grande transformação” ou fetichismo*, in Galvão, Andréia et al (org.), *Marxismo e Socialismo no século XXI*, 2005. Ele define a Escola cognitiva como “formada por economistas franco-italianos e organizada em torno da revista francesa *Multitudes* – ‘herdeira’ de uma outra revista francesa publicada entre os anos de 1990 e 1998, a *Futur Antérieur*-, segundo a qual o capitalismo estaria experimentando uma transição, conflituosa, por certo, em direção a uma nova forma histórica. Essa nova etapa carregaria consigo potencialidades subversivas e capazes, sem a necessidade de ‘acontecimentos dramáticos ou espetaculares’, de dissolver o próprio modo de produção capitalista. Ou seja, a revolução tornar-se-ia supérflua diante da força da revolução tecnológica em curso”. Finaliza afirmando que “Novamente, o que temos na verdade são velhas ideologias para a nova esquerda pós-fordista”.

capitalismo cognitivo levaria a uma alteração na própria natureza do trabalho humano vivo, subvertendo as relações entre capital e trabalho. (Ruy Braga in Galvão, 2005, p.133)

Porém, o que vemos na atualidade é um aprofundamento da crise que tão bem Gramsci analisa em *Americanismo e fordismo*, que não está superada, embora se dê sob novas bases e que, ao contrário, deve ser pensada, cabendo à esquerda desenvolver uma estratégia para a supressão do capitalismo. Esse mesmo texto de Gramsci nos permite pensar em todos os aspectos para essa superação, mostrando que a crise orgânica deve ser resolvida, também, politicamente, já que atinge a superestrutura e o Estado, sem prescindir do fim da propriedade privada capitalista, que determina o trabalho alienado. As categorias utilizadas por Gramsci para demonstrar como os proprietários, com o fordismo, fazem uma revolução na maneira de produzir mantendo a dominação e a exploração da força de trabalho, em um período de crise orgânica no qual seria possível a revolução e o fim da propriedade privada dos meios de produção, ainda são válidas para compreender que o processo que vivemos hoje novamente desenvolve-se de forma a manter o capitalismo. As consequências são ainda mais destrutivas para a grande maioria da humanidade, já que a contradição entre forças sociais e relações de produção se acentua. Esses sinais são visíveis na concentração da riqueza cada vez maior, na “destruição” do homem, já que a automação de base micro-eletrônica o retira do mundo do trabalho sem que isso signifique a sua liberdade.

Entretanto, podemos analisar também, a partir das categorias gramscianas que as transformações do capitalismo, na verdade, demonstram que é o capitalismo que se tornou obsoleto e não o trabalho industrial, “não podendo reproduzir-se a não ser por meio da recusa à satisfação das necessidades sociais e da impulsão da regressão social (...)”. (Ruy Braga in Galvão, 2005, p. 136).

Na verdade, hoje, o controle do trabalhador pelo capital tende a ser total. Na fase fordista da grande indústria o controle sobre o trabalhador se dava também integrando-o mais ao mercado de consumo. Agora, ele tem de passar a controlá-lo não apenas como trabalhador e consumidor,, mas também, em sua dimensão política, religiosa, profissional, etc. A subsunção material da grande indústria desaparece com a pós-grande indústria, mas isso não significa que não haja continuidade na subsunção formal do trabalho ao capital, pois o trabalhador continua a vender a sua força de trabalho. O trabalho vivo continua a criar um novo valor ao valor dos meios de produção e é ele que transfere o valor destes meios de produção para o valor da mercadoria produzida, conservando o valor. O que muda é que o tempo de trabalho não determina mais integralmente o valor, porque este se torna qualitativo. Isto quer dizer que o capital continua a alimentar-se da mais-valia.⁴⁴ Há um fortalecimento do Estado que reconstitui formas de coerção sobre o trabalho exercidas diretamente por ele no contexto da generalização do trabalho abstrato. As transformações na superestrutura e no Estado resultam da expansão capitalista, dos embates provocados por sua crise simultânea, gerando e aprofundando uma crise social inclusive no âmbito da reprodução do próprio capital.

Sendo assim, pensando na organização dos trabalhadores e do Estado, esse acirramento da expropriação no processo produtivo, atualmente, comporta novos desafios e novas modalidades de dominação, pois a ele corresponde uma expropriação também no terreno político.

⁴⁴ Cf. Eleutério F. S. Prado, *Pós-grande indústria: trabalho imaterial e fetichismo – uma crítica a A. Negri e M. Hardt* in Revista Crítica Marxista, n.17, nov./2003, p. 123, 124, 127 e 128.

Reiteramos o que Gramsci afirma, em *Americanismo e fordismo*, que: “*A americanização exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou a vontade decidida de criá-la) e um determinado tipo de Estado*”. (Gramsci, 1980, p.388). Isto é, a reforma intelectual e moral é fundamental no sentido de criar esse novo “modo de viver”, essa nova cultura, que possibilitava manter a dominação burguesa com o fordismo.

Concluimos que a luta de classes não se encerra com o desenvolvimento do capitalismo, e que não podemos prescindir do método de Marx, e da estratégia gramsciana como modelo, para pensarmos na direção a ser dada à luta contra o capital.

Mostramos que para entender a obra de Gramsci é imprescindível compreendê-lo como um marxista, bolchevique, cuja estratégia visava à revolução e à extinção do Estado burguês para, em seu lugar, desenvolver a organização comunista da sociedade, ou seja, a sociedade regulada. Gramsci elaborou o conceito de hegemonia burguesa, definindo-a como dominação + direção ou coerção + consenso. A partir dessa conceituação analisou detalhadamente o sistema capitalista que vigorava no Ocidente, isto é, nos países em que o capitalismo era mais avançado. Além disso, estabeleceu a categoria de hegemonia em consonância com a de Estado ampliado, a qual requeria a sociedade política absorvida pela sociedade civil, com o fim do capitalismo, para atingir o socialismo. Pretendia estabelecer uma estratégia possível para alterar essa conjugação de forças prevalente naquele contexto. Essa concepção de Estado ampliado permite uma compreensão maior da crise do capitalismo para quem se coloca na perspectiva de sua superação.

Quem ainda se coloca na perspectiva da revolução socialista tem, para refletir, a derrota de todos os movimentos da classe trabalhadora que pretendiam implantar o socialismo,

inclusive a queda do “socialismo real”, assim como, também, a complexidade do desenvolvimento capitalista com a automação com base micro-eletrônica.

Gramsci desenvolveu em sua obra uma concepção de hegemonia para a classe trabalhadora, que propiciaria o fim da coerção, a ser eliminada pela reabsorção da sociedade política pela sociedade civil. Sendo assim, não analisou o exercício da hegemonia da classe burguesa como modelo para a classe operária na luta pela hegemonia, já que, para ele, hegemonia, em síntese, seria a capacidade de guiar, ou seja, a capacidade de direção política, intelectual e moral. Para Gramsci, a conquista hegemônica de uma classe representava a transformação para uma nova estrutura econômica, uma nova organização política e também uma nova orientação ideológica e cultural, com conseqüências no nível material, da economia, no nível da política, da moral, do conhecimento e da filosofia. Assim, seria necessária a reforma intelectual e moral da classe trabalhadora a fim de criar uma nova cultura que pudesse mantê-la. Mas isso não seria possível sem que a classe operária lutasse por um novo Estado, **para depois destruí-lo**. Somente assim, segundo Gramsci, poderia se concretizar a “política do socialismo”.

A responsabilidade de promover essa transformação de forças caberia ao Partido da classe operária que, como o Moderno Príncipe de Maquiavel, desempenharia o papel de organizador e preparador da revolução a qual, no capitalismo avançado, necessita da “guerra de posição”. E isso continua válido para os dias atuais, a organização e a direção política são fundamentais para o avanço da luta para o fim da propriedade privada e da barbárie social.

Guerra de posição é estratégia para a revolução comunista, embora possa ser também para manter o capitalismo com a revolução passiva. Esse foi o nó principal de nossa análise da

proposta de renovação estratégica no PCB de 1980-83 com todas as consequências que se seguiram ao debate estabelecido entre grande parte da esquerda brasileira ainda atuante.

Ao considerarmos o contexto nacional, não podemos nos esquecer de que, segundo Gramsci, jamais seria possível considerar um novo mundo e uma nova cultura contrária à burguesa, sem que se cumprisse a revolução comunista. A reforma intelectual e moral é fundamental, mas deve ter a orientação e a estratégia de um organismo político que a efetive. Ela precisa ser iniciada antes da revolução para prepará-la, quando o desenvolvimento das forças produtivas já produziu materialmente a possibilidade da revolução por esse organismo político e por uma estratégia que deve ser pensada na atualidade pelos grupos que pretendem a superação da ordem capitalista.

Ao longo de nosso estudo concluímos que houve por parte do grupo dos renovadores de 80, uma apropriação de Gramsci que esvazia o conteúdo revolucionário de sua obra, ao assumir as teses do eurocomunismo, que aderiu paulatinamente a posições reformistas e liberais, rompendo com a visão do Partido como o germe do novo.

Na verdade, o que o grupo dito gramsciano pretendia não era renovar o PCB que, como partido comunista, deveria ser revolucionário., mas ao invés, criar um novo Partido, não revolucionário e, portanto, não um partido da classe trabalhadora, nem organizador de um novo mundo, sem classes. Alguns dos intelectuais da esquerda brasileira retiraram da obra de Gramsci o seu centro, que é pensar a maneira como realizar a revolução socialista frente à complexidade do capitalismo avançado, colocando-se a nosso ver na perspectiva dos que não pretendem efetivar um confronto com o capitalismo e assumir uma práxis política que realmente se converta em transformação, como propunha Gramsci.

Finalmente, concluímos que em nosso atual momento histórico, a política do Partido dos Trabalhadores no governo, tem representado as consequências de uma visão reformista, mostrando que a democracia não é um valor universal, na medida em que a democracia liberal sustenta sempre a hegemonia da classe burguesa, contrária aos interesses da classe trabalhadora. Como enfatizamos no capítulo IV, uma parte dos intelectuais desse grupo gramsciano fez parte da construção do PT e compartilhou com seus fundadores o encaminhamento da direção que tomava o partido e, também, a continuidade de sua política até a chegada ao governo.

Para encerrar nossas considerações, acrescentamos que resgatar o conceito de estratégia revolucionária no mundo contemporâneo significa, inclusive, investigar criticamente as trajetórias dos grupos de esquerda, suas respectivas propostas e as conseqüentes ações oriundas de interpretações da realidade cujos resultados ajudam a manutenção do mundo burguês, onde é comum haver propostas de mudanças para que nada seja mudado, como fica explicitado na máxima de Lampedusa, em *O Leopardo*: “*As coisas precisam mudar para permanecerem as mesmas*”.

E, finalmente, concordamos com Saviani que empenhando-nos em adotar diante de Gramsci a mesma atitude que ele adotou diante de Marx, sendo fiéis ao método por ele exercitado, atentos aos acontecimentos do século XX, constataremos que aquela forma que ele detectou no início do século (com a análise do “americanismo e fordismo”) atinge seu apogeu no final desse mesmo século. É essa a situação que vivenciamos nesse início do século XXI. Porisso, as características que Gramsci formulou continuam de grande eficácia para compreendermos os problemas que vivemos contemporaneamente, em toda a sua complexidade (Saviani in Ragazzini, 2005, p.22).

A tarefa estratégica, na atualidade, é continuarmos a pensar como destruir a possibilidade de dominação do homem pelo homem e criar o reino dos indivíduos livres e iguais, desenvolvendo uma práxis revolucionária que dê conta de provocar uma transformação histórica que nos leve à sociedade sem classes, que Gramsci chamava de “sociedade regulada ou Estado ético”. Haveria outra possibilidade que não fosse a da organização política da classe trabalhadora? A obra gramsciana aponta que não, que outra alternativa que perca de vista a perspectiva de quem vende a força de trabalho, seria o abandono do caminho que leva à revolução e à efetivação da democracia, e à possibilidade de resolver a “luta de classes que tem sido, até hoje, a história das sociedades”, como avaliava Marx no início do *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848.

Concluimos assim, na perspectiva da utopia, seguindo a linha de Marx, Lenin e Gramsci, porque acreditamos que estão dadas as condições para a humanização integral, para a liberdade do homem. Concordamos com Marx que: “*Se a sociedade não contivesse, ocultas, as condições materiais e de circulação para uma sociedade sem classes, todas as tentativas de fazê-la explodir seriam quixotescas*” (Marx, 1985, p.469).

Sendo assim, reforçamos: Utopia sim, mas não quixotesca. Apoiamo-nos em Gramsci quando, coerente com sua vida e obra, em sua luta por um mundo que desenvolvesse integralmente a humanidade de cada indivíduo, se define como: “(...) um pessimista pela inteligência, mas um otimista por desejo”.

7 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- AGGIO, Alberto (Org). *Gramsci - A Vitalidade de um Pensamento*. Apresentação: Leandro Konder. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. (Coleção Prismas).
- AMENDOLA, Eva P, *La nascita del fascismo* – Roma, –Ed. Ruiniti, 2006.
- ANDERSON, Perry. *Ambiguità di Gramsci*. Roma-Bari: Laterza, 1978.
- ANDRADE, S. C., *Considerações sobre a questão democrática*, **Voz da Unidade**, 15/01 a 21/01/1982.
- ARICÒ, José. *La coda del diablo, itinerário de Gramsci en América Latina*. Buenos Aires: Puntosur, 1988.
- AUCIELLO, Nicola. *Socialismo ed egemonia in Gramsci e Togliatti*. Bari-Roma: De Donato, 1974.
- AYELLO, N., *Intellettuali e il PCI - 1944-1958*, Roma: Laterza, 1979.
- BADALONI, Nicola. *Il Marxismo di Gramsci - dal mito alla ricomposizione politica*. Torino: Giulio Einaudi Editori, 1975.
- _____. *Libertà individuale e uomo collettivo in A. Gramsci*, in **Politica e storia in Gramsci** – Atti del convegno internazionale de studi gramsciani – Firenze, 9-11 dicembre, Roma, Riuniti 1977.
- _____. Teoria gramsciana delle dislocazioni egemoniche, **Critica Marxista** n° 2 e 3, marzo/giugno 1987.
- BANDECCHI, Brasil. *Maquiavel - O Príncipe*. Colaboração Mirtes de Matteo. São Paulo: Ed. Parma, 1981.

BERGAMI, Giancarlo. *Il giovane Gramsci e il marxismo: 1911-1918*. Milano: Feltrinelli, 1977.

BERTELLI, Antonio Roberto. *Revista Novos Rumos - Ano 1 - Nº 1*. São Paulo: Novos Rumos/Instituto Astrojildo Pereira, Janeiro/Março 1986.

BOBBIO, Norberto. *Gramsci e la concezione della società civile*. Milano: Feltrinelli, 1976.

_____. *O Marxismo e o Estado*. Trad. Frederica L. Boccardo e Renée Levie. Rio de Janeiro: Graal, 1979. (Biblioteca de Ciências Sociais; v. 8).

_____. *Igualdade e Liberdade*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

_____. *O Futuro da Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *Perfil Ideológico del Siglo XX in Italia - Breviários del Fondo de Cultura Económica*. 1ª edição. México: Fondo del cutura económica, 1989.

_____. *Ensaio Sobre Gramsci e o Conceito de Sociedade Civil*. Trad. Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e terra, 1999.

_____. *Teoria Geral da Política - A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos*. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Org Michelangelo Bovero. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BODEI, Remo, et all. *Società politica e stato in Hegel, Marx e Gramsci*. Padova: CLEUP, 1977.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *A Esquerda Positiva: As duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e lo Stato: per una teoria materialistica della filosofia*. Roma: Editori Riuniti, 1976.

_____. *Gramsci e o Estado*. Trad. de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

- BUCKARIN, M., *A teoria do materialismo histórico, manual popular de sociologia marxista*, Moscou, 1921.
- CADERNOS AEL: *Tempo de Ditadura*, nº14/15. Campinas: UNICAMP, IFCH, AEL, 2001.
- CAMMETT, John M. *Bibliografia gramsciana*. Versione Provvisoria. Roma: Grafica di Anna Bodini, 1989.
- CAMMETT, John M. e RIGHI, Maria Luisa. *Bibliografia gramsciana-supplement updated to 1993*. I Edizione. Roma: Fondazione Istituto Gramsci, 1995.
- CAPRISTANO, D., *PCB: vinte anos de política – 1958-1978, documento 7 – A questão social no Brasil*, Liv. Ed. Ciências Humanas, 1980.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimento - Brasil - JK/JQ*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CARVALHO, A. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- CARONE, Edgar. *Movimento Operário no Brasil (1964-1984) - Corpo e Alma do Brasil*. São Paulo: Difel - Difusão Editorial, 1984.
- CASTELLANO, Giovanni. *Benedetto Croce: il filosofo, il critico, lo storico*, 2 Ed., Bari, Laterza & Figli, 2006.
- CERQUEIRA, Nelson, *A política do partido comunista e a questão do realismo em Jorge Amado*, Bahia: Fundação Casa de Jorge Amado, 1988.
- CERONI, Umberto. *Lessico gramsciano*. Roma: Editori Riuniti, 1978.
- CHAUÍ, Marilena e Outros. *Ideologia e Mobilização Popular*. Co-edições - Cedec. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CIRESE, Alberto Mario. *Intelettuali, folklore, istinto di classe: note su Verga, Deledda, Scotellaro, Gramsci*. Torino: Einaudi, 1976.

COGGIOLA, Osaldo (org). *História e revolução*. Editora Xamã, 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson e NOGUEIRA, Marco A. (Trad. e org.). *Novas Cartas de Gramsci e Algumas Cartas de Piero Sraffa*. Edição de Antonio A Santucci. Prefácio de Nicola Badolani. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Nota sobre Antonio Gramsci* in GRAMSCI, A., *Concepção dialética da história*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978.

_____. *A Democracia como Valor Universal*. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1980a.

_____. *Artigo de análise do livro de Luciano Gruppi, As concepções do Estado em Marx, Engels, Lenin e Gramsci, Porto Alegre, L&PM Editores, 1980, Voz da Unidade*, 26/09 a 02/10 de 1980b.

_____. *Os novos partidos e a democracia, Voz da Unidade*, 31/12/1980 a 08/01/1981.

_____. *Dualidade de Poderes: Introdução à Teoria marxista de Estado e Revolução*. 2ª ed. Rio de Janeiro: 1987.

_____. *Gramsci - Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____. *Democracia e Socialismo: Questões de princípio e contexto brasileiro*. São Paulo: Ed. Cortez, 1992.

_____. *Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. *Gramsci in Brasile in Gramsci in Europa e in America* - org. Eric Hobsbawm, tradução e organização para o italiano A . A. Santucci, Roma, Laterza, 1995.

_____. *Gramsci - Um Estudo Sobre Seu Pensamento Político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DAHL, Robert A. *Sobre a Democracia*. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

D'ALDEIA, *O estilo elitista de fazer política, Voz da Unidade*, 11/09 a 09/10/1981, Debate.

DE FELICE, Franco. *Serrati, Bordiga, Gramsci e il problema della rivoluzione in Itália 1919-1920*. Roma-Bari: De Donato, 1971.

DE FELICE, Renzo. *Mussolini il duce, gli anni del consenso (1929-1936)* – Roma, Einaudi, 2006.

DE GIOVANNI, B.; GERRATANA, V.; PAGGI, L. *Egemonia Stato Partito in Gramsci*. Roma: Editori Riuniti, 1977.

DEL NOCE, Augusto. *Il suicidio della rivoluzione*. Milano: Rusconi, 1978.

DEL ROIO, Marcos. *Os prismas de Gramsci – a fórmula política da frente única (1919 – 1926)*. São Paulo: Xamã, 2005.

DIAS, Edmundo Fernandes. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.

DIAS, G., *Voz da Unidade*, 22/05 a 28/05 de 1980a.

_____. *Sobre a situação política atual, Voz da Unidade*, 05/06 a 12/06 de 1980b, nº 8.

_____. *Sobre a carta aos comunistas do companheiro Luís Carlos Prestes, Voz da Unidade*, 05/06 a 12/06 de 1980c.

_____. *Os comunistas, a abertura e a democracia, Voz da Unidade*, 17/10 a 23/10 de 1980d.

DI MIMMO, Franzinelli. *Delatori, spie e confidenti anonimi: l'arma segreta del regime fascista* – Roma, Mondadori, 2002

FIORI, Giuseppe. *A Vida de Antonio Gramsci*. Trad. de Sérgio Lamarrão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ENGELS, F. *El Orígem de la Familia, la Propriedad Privada y el Estado*. URSS: Editorial Progreso, 1979.

Ensaio Ad Homeim / Estudos e edições Ad Homeim - N. 1 - *Marxismo* (1999). São Paulo: Estudos reedições Ad Homeim, 1999.

FEMIA, Joseph V. *Gramsci's political thought: hegemony, consciousness, and the revolutionary process*. Oxford: Clarendon Press, 1981.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de Classe e Subdesenvolvimento*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. Revolução, um fantasma que não foi esconjurado, **Crítica Marxista**, São Paulo, Vol. I, n.2, 1995.

FERNÁNDEZ DÍAZ, O., *Três lecturas de Gramsci en América Latina* in *Gramsci: actualidad de su pensamiento y su lucha* – Roma, Claudio Seleni, 1987.

FERNÁNDEZ DÍAZ, *In América Latina* in *Gramsci in Europa e in America*, org. Eric Hobsbawm, trad. e org. para o italiano A. Santucci, Roma, Laterza, 1995.

FREDERICO, Celso. *O PCB e os marxistas acadêmicos*, **Voz da Unidade**, 22/01/ a 28/01/1982.

_____. *A esquerda e o movimento operário 1964-1984*. Oficina de Livros, 1987, 1990, 1991 em 3 vols.

FILHO, David Capistrano e outros. *Há o Que Fazer: a esquerda na nova república*. São Paulo: Hucitec, 1986.

FIORI, Giuseppe. *A Vida de Antonio Gramsci*. Tradução de Sérgio Lamarrão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Vita di Antonio Gramsci*. Bari: Laterza, 1966.

_____. *Gramsci Togliatti Stalin*. Roma-Bari: Ed. Saggiatori Laterza, 1991.

FRANCIONI, Gianni. *L'officina gramsciana: ipotesi sulla struttura dei "Quaderni del carcere"*. Napoli: Bibliopolis, 1984.

FREDERICO, Celso (org.). *A esquerda e o movimento operário, 1964-1984*. Oficina de livros, 1987, 1990, 1991, 3 vols.

GALVÃO, Andréia et al., *Marxismo e Socialismo no século XXI*, Campinas/SP, UNICAMP/IFCH, Xamã, 2005.

GARIN, Eugenio. *Cronache di filosofia italiana 1900-1943*. Bari: Laterza, 1966.

_____. *Con Gramsci*. Roma: Editore Riuniti, 1997.

GARIN, Eugenio e altre. *Lecture di Gramsci*. A cura di Antonio A. Santucci. Nuova Biblioteca di cultura. Roma: Ed. Riuniti, 1987.

GERRATANA, V., *Per una edizione critica dei Quaderni*, **Critica Marxista**, 1976.

_____. *Stato, partito, strumenti e istituti dell'egemonia nei Quaderni del carcere in Egemonia, Stato, partito in Gramsci*, Roma Ed. Riuniti, 1977.

GOBETTI, Piero. *La Rivoluzione Liberale: saggio sulla lotta politica in Italia*. Edizione a cura di Ersilia Alessandrone di Paolo Flores d'Arcais. Torino: Einaudi Tascabili, 1995.

GRAMSCI, Antonio, *Note sul Machiavello, sulla politica e sullo Stato Moderno*. Turin: Einaudi, 1955.

_____. *Necessità di una preparazione ideologica di massa*, in **Opere di Antonio Gramsci**, Torino, Einaudi, 1947-1971.

_____. *Cartas do Cárcere*. Seleção e Tradução de Noênio Spínola. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966a.

_____. *Il Materialismo storico e la Filosofia di Benedetto Croce*, Torino, Einaudi, 1966b.

_____. *Literattura e vita nazionale*, Torino, Einaudi, 1966c.

_____. *Lettere dal Carcere*. A cura di Paolo Spriano. Torino: Einaudi Editore, 1971a.

_____. *La costruzione del partito comunista: 1923-1926* in Opere di Antonio Gramsci, Torino, Einaudi, 1971b.

_____. *Ecrits Politiques*, I Paris, Gallimard, 1974-1980.

_____. *Quaderni del Carcere: A cura di Valentino Gueratana*. Seconda Edizione. Volume primo, secondo, terzo e quarto. Edizione Critica dell'Istituto Gramsci. Torino: Ed. Einaudi, 1975.

_____. *Scritti 1915-1921*. A cura di Sergio Caprioglio. Milano: Moizzi Editore, 1976.

_____. *Passato e presente*, Roma, Ed. Riuniti, 1977.

_____. *Concepção Dialética da História*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a.

_____. *Literatura e Vida Nacional*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978b.

_____. *Obras escolhidas*, São Paulo: Martins Fontes, 1978c.

_____. *L'ordine Nuovo*. A cura di Valentino Gerratana e Antonio A. Santucci. Torino: Einaudi Editore, 1987.

_____. *Obras Escolhidas*. Tradução de Manuel Cruz. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

_____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. *Maquiavel, A Política e o Estado Moderno*. Trad. de Luiz Mário Gazzaneo. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Perspectiva do Homem, vol. 35, Série Política.

_____. *Para la Reforma Intelectual e Moral*. Introducción de Antonio A. Santucci / Selección de Francisco F. Ruey. Madrid: Ed. Los Libros de la Catarata, 1991. (Colección: clásicos del pensamiento crítico).

_____. *Poder, Política e Partido*. Trad. de Eliana Aguiar. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. *Lettere del carcere*. Introduzione di Antonio Santucci, Palermo, Sellerio editore, 1996.

_____. *Pensare la Democrazia. - Antologia dai "Quaderni del Carcere"*. A cura di Marcello Montanari. Torino: Einaudi, 1997.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho; Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002, Vols I a VI.

GRUPPI, Luciano. *Il concetto di egemonia in Gramsci*. Roma: Editori Riuniti, 1972.

_____. *Storicità e marxismo*. Roma: Editori Riuniti, 1976.

_____. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Trad. Carlos Nelson Coutinho / Apresentação de Luiz Werneck Vianna. Biblioteca Estudos Humanos. Série: Teoria Política. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

_____. *As concepções do Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1980a.

_____. *O conceito de hegemonia em Gramsci*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1980b.

_____. *O Pensamento de Lênin*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GRAMSCI, MAQUIAVELO Y LENIN, seleção, introdução e notas de O. Fernandez Dias, Nascimento, Santiago del Chile, 1971.

GUEDES, C., *Entender o marxismo como doutrina aberta ao novo*, **Voz da Unidade**, 05/06 a 12/06/1980.

GUIMARÃES, Juarez. *Democracia e Marxismo - crítica à razão liberal*. São Paulo: Xamã, 1998.

GUIMARÃES, Renato. *Lênin no Poder 1917-1923 - Textos pós-revolução de V. I. Lênin*. Porto Alegre-RS: L & PM, 1979.

HENRIQUES, L. S. *Onde está o reformismo do PCB?* **Voz da Unidade**, 19/12 a 30/12 de 1980.

HISTÓRIA & PERSPECTIVA, nº 5. "Gramsci Faz Cem Anos". In: *Revista do Curso de História*. Uberlândia: UFU - Universidade Federal de Uberlândia, jul./dez. – 1991.

HOBBSBAWM, Eric J. *História do Marxismo*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

_____. *Gramsci in Europa e in America*. A cura di Antonio A. Santucci. Prima Edizione. Roma-Bari: Editori Laterza, 1995a.

_____. *Era dos Extremos - O Breve Século XX - 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. Revisão técnica: Maria Célia Paoli. São Paulo: Cia das Letras, 1995b.

_____. *Os Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. Trad. Marina Leão T. Viriato de Medeiros. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

IDÉIAS - Ano I, nº 1. *Revista do instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Campinas: Unicamp - Julho 1994.

IDÉIAS Ano II, nº 1. Campinas *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*.
Campinas: Unicamp - Jan / Junho 1995.

IG INFORMAZIONI - Trimestrale a cura della Fondazione Istituto Gramsci di Roma. Nº 4 -
Numero dedicato al convegno. *Gramsci nel mondo*, Formia. Outubro, 1989.

INNOCENTINI, Mário. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. 1ª ed. São Paulo: Tecnos,
1979.

IANNI, Octavio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização
Brasileira, 1978.

_____. *Revolução e Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983 (Coleção Retratos
do Brasil; v. 163).

JUNIOR, Armando Brito (vários organizadores). *A Obra Teórica de Marx - atualidade,
problemas e interpretações*. 1ª ed. São Paulo: Xamã, 2000.

KONDER, Leandro. *A Democracia e os Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Graal,
1980.

_____. *As novidades na literatura marxista*, **Voz da Unidade**, 30/01 a 05/02 de 1981.

JOCTEAU, Gian Carlo. *Leggere Gramsci: una guida alle interpretazioni*. Milano: Feltrinelli,
1975.

LABRIOLA, Antonio. *Saggio Sul Materialismo Storico* - Biblioteca del Pensiero italiano.
Introduzione di Antonio A. Santucci. Prima Edizione. Roma: Editore Riuniti, 2000.

LAJOLO, Laurana. *Gramsci: Uma Vida*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo:
Brasiliense, 1982.

LÊNIN, V., *Opere complete*, Roma, Editori Riuniti, 1954-1970.

_____. *O que fazer?* São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

_____. *O Estado e a Revolução*. Trad. de Aristides Lobo. Apresentação de Florestan Fernandes. São Paulo: Hucitec, 1983.

LEPRE, Antonio. *O prisioneiro – a vida de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

LIGUORI, Guido. *La prima recezione di Gramsci in Italia (1944-1953)* in **Studi Storici**, Jul-Sept.,1991.

_____. *Gramsci Conteso - Storia di um Dibattito 1922-1996*: Roma: Ed. Riuniti, 1996.

LISA, A. , *Discussione politica com Gramsci in carcere*, **Rinascita**, 49, december 12, 1964.

LO PIPARO, Franco. *Lingua, intellettuali, egemonia in Gramsci*. Roma-Bari: Laterza, 1979.

LUKÁCS, Georg. *Introdução a Uma Estética Marxista*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. *Existencialismo ou Marxismo?* Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

LUSSANA, F. *La fondazione Istituto Gramsci – cinquant'anni di cultura, política e storia – Um catalogo e uma guida*, Roma: Fondazione Istituto Gramsci, 2000.

MACCIOCCHI, Maria - Antonieta. *A Favor de Gramsci*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MAITAN, L. *Il marxismo rivoluzionario di Antonio Gramsci*. Milano: Nuove edizioni internazionale, 1997.

MALINA, Salomão, *Notas sobre a discussão da Democracia*, **Voz da Unidade**, 18/12 a 25/12/1981, Ano II.

_____. *O Último Secretário*. Org. Francisco Inácio de Almeida, Brasília: Fundação Astrojildo Pereira/FAP, 2002.

MALIN, M., FREITAS, M. e SILVA, A. R., *A democracia como questão concreta*, **Voz da Unidade**, 05/02/1982, suplemento especial.

MANACORDA, Mario Alighiero. *Il principio educativo in Gramsci: americanismo e conformismo*. Roma: Armando, 1970.

MANET, Pierre. *História Intelectual do Liberalismo*. Dez Edições. Direção de Luiz Felipe Baêta neves. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990. (Coleção tempo e saber).

MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão Revolucionária – Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MARX, Karl. *Cartas Filosóficas e Outros escritos*. São Paulo: Ed. Grijalbo, 1977.

_____. Prefácio de 1859 de *Para a crítica da Economia Política*, Col. Os Pensadores, Ed. Abril Cultural, 1978a.

_____. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978b.

_____. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos e outros Textos Escolhidos*. 2ª ed. (Org.). José Arthur Giannotti. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1978c (Coleção Os Pensadores).

_____. *O capital*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

_____. *A Miséria da Filosofia*. Trad. de José Paulo Neto. 2ª ed. São Paulo: Global editora, 1985.

_____. *A Burguesia e a Contra-revolução*. Tradução: J. Chasin e Outros. São Paulo: Ensaio, 1987.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Textos*. Volume 1. São Paulo: Ed. Sociais, 1975.

_____. *A Ideologia Alemã – Teses sobre Fierbach*. São Paulo: Moraes, 1984.

_____. *Grundrisse Lineamentos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política* 1957-1858. Traducción de Wenceslau Rocas. (Volume I) e (Volume II) México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

_____. *Il Manifesto*. Roma: Realizzazione Editoriale Datanews Editrice, 1994.

_____. *O Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. (coleção Leitura).

Metalúrgicos de São Paulo - documentos 1979-1983. São Paulo: CAM, Dezembro de 1983.

MATTEUCCI, Nicola. *Antonio Gramsci e la filosofia della prassi*. Milano: Giuffrè, 1977.

MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel. *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo, Editora Cortez, 2003.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Sociologia política marxista*. Cortez Editora, 1995.

_____. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 1999.

MORAES, Denis *A Esquerda e o golpe de 64*, Rio de Janeiro, Ed. Espaço e Tempo, 1989.

_____. *O Imaginário Vigiado: A imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1994.

MORAES, João Quartim K. *História do Marxismo no Brasil: Os Influxos Teóricos*. Volume II. Campinas-SP: Ed. da Unicamp, 1995.

MOREIRA, J. M., *Estratégia democrática e socialismo*, **Voz da Unidade**, 05/02/1982, suplemento especial.

_____. *História do Marxismo no Brasil*. Campinas-SP: Ed. da Unicamp, 1998.

MUSCATELLO, Biaggio. (a cura di). *Gramsci e il Marxismo Contemporaneo*. Traduzione di Roberto Della Seta. Roma: Ed. Riuniti, 1990.

NARDONE, Giorgio. *Il pensiero di Gramsci*. Bari: De Donato, 1984.

NETTO, José Paulo. *Para uma avaliação crítica das Teses*, **Voz da Unidade**, 05/02/1982, suplemento especial.

_____. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo, Cortez Editora, 1995.

NOGUEIRA, M. A. *Democracia e socialismo*, **Voz da Unidade**, 30/03/1980a.

_____. *Apresentação do livro: PCB: vinte anos de política*, **Voz da Unidade**, 17/04 a 23/04 de 1980b.

_____. **Voz da Unidade**, 08/05 a 14/05 de 1980c, Ano I, nº 6.

_____. **Voz da Unidade**, 2/05 a 28/05 de 1980d, nº 7.

_____. *As teses que não temos*, **Voz da Unidade**, 11/12 a 18/12/1981, suplemento especial.

NOGUEIRA, Marco Aurélio e Outros. *O PCB em São Paulo - Documentos (1974-1981)*. São Paulo: Leck, 1981.

_____. *Gramsci in Brasile*, **Crítica Marxista**, Roma, n.6, 1991.

OLIVEIRA, Antonio Carlos de Oliveira e Edmundo Fernandes Dais. *Textos didáticos - Bibliografia de Gramsci*. Unicamp: IFCH / Unicamp - Nº 2, Setembro 1990.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PAGGI, De Giovanni; GERRATANA, V. *Egemonia, Stato, Partito in Gramsci*. Roma: Editori Riuniti, 1997.

PAGGI, Leonardo. *Antonio Gramsci e il moderno Principe: Nella crise del socialismo italiano*. Roma: Editore Riuniti, 1970.

_____. *Le strategie del potere in Gramsci: tra fascismo e socialismo in um solo paese: 1923-1926*. Roma: Editori Riuniti, 1984.

- PALTRINIERI, Marisa. (Organização). *Lênin - Pró e Contra: O Julgamento da História*. Tradução: Leda Rita Cintra Ferraz. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1975.
- PANDOLF, Dulce. *Camaradas e companheiros: histórias e memórias do PCB*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 1995
- PAOLI, Niuvenium Junqueira. *Ideologia e Hegemonia - As condições de Produção da Educação*. 2ª edição. São Paulo: Ed. Cortez. Autores Associados, 1981. (Coleção educação contemporânea).
- Pela União dos comunistas Brasileiros - Prelo Documentos*. Lisboa, 1975.
- PESSOA, Reynaldo X. Carneiro (Idealizador). *PCB: Vinte Anos de Política - Documentos (1958 - 1979) A Questão Social no Brasil 7*. São Paulo: Ed. Lech - Livraria Ed. Ciências Humanas, 1980.
- PIOZZI, Patrizia. *Vargas e Prestes: uma comparação entre o trabalhismo e o comunismo no Brasil* in **Revista Trans/Form/Ação**, São Paulo, 6: 25-36, 1983.
- PONS, Silvio. *Novecento italiano*. Roma: Carocci Editore, 2000.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. *Lo nacional-popular y la alternativa democratica en América Latina*, In: *América Latina 80: democracia y movimiento popular*. Lima: Desc, 1981a.
- _____. *Los usos de Gramsci*. Mexico: Folios, 1981b.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e il blocco storico*. Roma-Bari: Laterza, 1973.
- _____. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- Presença 17 - Política e Cultura. *100 Anos de Gramsci*. Rio de Janeiro: Nov. 1991 - Março 1992.

Presença Nº 11 - *Política e Cultura*. Rio de Janeiro; Programa de apoio a publicações científicas, 1988.

Presença Nº 3 - *Política e Cultura*. Rio de Janeiro: Editora Caetés Maio, 1984.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRESTES, L.C., *A reforma partidária*, **Voz da Unidade**, São Paulo, 30/03 a 05/04/1980a.

_____. *Carta aos comunistas*, **Voz da Unidade** – 10/04 a 10/06/1980b.

QUARTIM DE MORAES, João Carlos K., *Joaquim Costa e Oliveira Vianna. Primeira Versão. "A Revolução pelo Alto"*. Nº 7. Campinas: IFCH - Unicamp, 1990.

QUARTIN DE MORAES, João Carlos (org.). *História do marxismo no Brasil*. Vol. I e II, Campinas: Ed. UNICAMP, 1995.

QUARTIN DE MORAES, J. C. K., *Contra a canonização da democracia* in *Revista Crítica Marxista*, nº 12, maio, 2001.

RAGAZZINI, Dario. *Leonardo nella società di massa – teoria della personalità in Gramsci*. Bergamo – Moretti & Vitali Editori, 2002.

RAGAZZINI, Dario. *Teoria da personalidade na sociedade de massa: a contribuição de Gramsci. Introdução à Língua portuguesa – Gramsci na Educação brasileira de Dermeval Saviani*, Campinas: Ed. Autores Associados, 2005.

REIS, C. S., *Seria a democracia um valor universal?* **Voz da Unidade**, Debate, 23/10/1981a, nº 7.

REIS, Dinarco. *A Luta de Classes no Brasil e o PCB*. V. 1 - São Paulo: Ed. Novos Rumos, 1981b.

REIS FILHO, Daniel A. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

_____. O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros in QUARTIN DE MORAES, J.C. (org.), **História do Marxismo no Brasil**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995.

Revista Novos rumos Ano 3 - Nºs 8/9. São Paulo: Ed. Novos Rumos / Instituto Astrojildo pereira Edições NR.

Revista Presença. Rio de Janeiro: Ed. Caetés, de 1983 à 1992.

Rivista Studi Storici – Rivista Trimestrale dell'Istituto Gramsci. Roma: Ed. Riuniti.

Rivista Critica Marxista. Roma: Ed. Riuniti, de 1976 à 2005.

RIDENTE, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil*. Vol. V. Campinas – SP: Ed. UNICAMP, 2002.

RIGHI, Maria Luisa (a cura di). *Gramsci nel Mondo - Atti del convegno internazionale di studi gramsciani*. Roma: Fondazione Istituto Gramsci - Regione Lazio - Assessorato alla Cultura, 1995.

RISSONE, Nice. *Moral e Sociedade: do convênio promovido pelo Instituto Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

ROMANO, Roberto. *Corpo e Cristal: Marx Romântico*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara dois, 1985.

ROSSA, Bandiera. *Il Marxismo Rivoluzionario di Antonio Gramsci*. Milano: Nuove Edizione Internazionale, 1997.

ROSSELLI, Carlo. *Socialismo Liberale*. Introduzione e saggio critico di Norberto Bobbio. Nuova edizione. Torino: Einaudi Tascabili, 1997.

SALVADORI, Massimo L. *Gramsci e l'organizzazione del lavoro nel periodo di transizione dal capitalismo al socialismo*. Turin: G. Giappichelli Editore, 1971.

_____. *Gramsci e il problema storico della democrazia*. 2ª Ed., Torino, Einaudi, 1972.

_____. *Gramsci e il PCI: due concezioni dell'egemonia*, **Mondo Operaio** 11, 1976.

_____. *Eurocomunismo e socialismo sovietico: Problemi attuali del PCI e del movimento operaio*. Turin: Einaudi, 1978.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos; comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2001.

SANTOS, João de Almeida. *O Princípio da Hegemonia*. Lisboa: Coleção Vega Universidade, 1977.

SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista. reflexos do XX congresso do pcus no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

_____. *O Pecebismo Inconcluso: escritos sobre idéias políticas*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Rural, 1994.

_____. *Modernização e Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitário, UFRJ, 1996.

SANTUCCI, Antonio A. (a cura di). *Antonio Gramsci 1891-1937*. Roma: Editori Riuniti, 1987.

_____. *Gramsci - Piove, governo ladro! - Satire e polemiche sul costume degli italiani*. Roma: Editore Riuniti, 1996a.

_____. *Gramsci - Il Sapere - Enciclopedia Tascabili Diretta da Roberto Bonchio*. Prima Edizione. Roma: Ed. Tascabili Economici Newton, 1996b.

_____. (a cura di) *Gramsci - Le Opere: La prima antologia di tutti gli scritti*. Roma: Editori Riuniti, 1997.

SASSOON, Donald. *Togliatti e la via italiana al socialismo – il Pci dal 1944 al 1964*. Torino, Einaudi Editore, 1980.

SAVIANI, Dermeval. *Escola de Democracia*. 7ª Ed., São Paulo: Cortez Editora, 1985.

SBARBERI, Franco. *Gramsci: un socialismo armonico*. Milano: Angeli, 1986.

SCHLESENER, Anita Helena. *Revolução e cultura em Gramsci*. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

SECCO, Lincoln. *A recepção das idéias de Gramsci no Brasil*. USP, 1998 (Tese).

_____. *A pré-história de Gramsci no Brasil (1927-1974)* in *Novos Rumos* – Ano 15 – n. 32, 2000.

_____. *Gramsci e o Brasil: Recepção e difusão de suas idéias*. São Paulo, Editora Cortez, 2002.

SECCHI, S., *Movimento operaio e storiografia marxista*, De Donato, Bari, 1974.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: Sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social*. Florianópolis-SC: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

SPRIANO, Paolo. *Storia del Partito Comunista Italiano*. Torino: Einaudi, 1967.

_____. *Gramsci in carcere e il partito*. Roma: l'Unità, 1988.

STACCONE, Giuseppe. *Gramsci - 100 anos - Revolução e política*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1991.

Studi Storici - Revista Trimestrale dell'Istituto Gramsci - Ano 31 - Nº 1. Roma: Editori Riviste, 1990.

Studi Storici - Rivista Trimestrale dell'Istituto Gramsci - 2/3 Ano 33. Roma: Ed. Riuniti Riviste, Aprile/Setembre, 1992.

Studi Storici - Rivista Trimestrale dell'Istituto Gramsci - 3º Ano 32. Roma: Ed. riuniti Riviste luglio/Setembre, 1991.

SPRIANO, Paolo. (A cura di). *Tratto da Antonio Gramsci*. III Edizione. Roma: Editori Riuniti, Maggio 1971a, P. 21.

_____. *"L'Ordine Nuovo" e i consigli di fabbrica*. Seconda edizione. Torino: Piccola Biblioteca Einaudi, 1971b.

TAMBURRANO, Giuseppe. *Antonio Gramsci*. Milano: SugarCo, 1963a.

_____. *Antonio Gramsci: la vita, il pensiero, l'azione*. Manduria-Bari-Perugia: Lacaita, 1963b.

TOGLIATTI, Palmiro. *Gramsci, un uomo*, correspondência à Einaudi Editores de 22 de julho de 1924.

_____. *Il leninismo nel pensiero e nell'azione di Antonio Gramsci*. Roma: Editore Riuniti, 1958.

_____. *Antonio Gramsci*. Lisboa: Seara Nova, 1975.

_____. *Gramsci, l'Italia, il socialismo*. Roma: Almanaco PCI, 1977.

TROMBETTI, G., "In carcere com Gramsci", *IG Informazioni*, Trimestrale a cura della Fondazione Istituto Gramsci di Roma, 1, 1992.

TROTSKY, Leon. *A Revolução Permanente*. Trad. A. Castro. Lisboa: Antídoto, 1977.

_____. *Como Fizemos a Revolução*. Trad. Roberto Goldmann / Revisão: Armandina Venâncio. 2ª ed. São Paulo: Global, 1978.

_____. *Literatura e Revolução*. Tradução e Apresentação de Moniz Bandeira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

VALLE, Edênio; QUEIROZ, José J. e outros. *A Cultura do Povo*. Nº 1. 2ª edição. São Paulo: Educ - Ed. da Universidade Católica, 1982. (Coleção do Instituto de Estudos Especiais, PUC-SP; Nº 1).

VÁRIOS Autores. *Revista Crítica marxista* Nº 10. 1ª edição. Preparação Alice Kobayashi. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

WR Edições. *8º Congresso [Extraordinário] do Partido comunista Brasileiro*. São Paulo: Novos Rumos, 1987.

VIANA, L. W., *Sobre a tática e a estratégia das teses*, **Voz da Unidade**, 18/12 a 25/12/1981, suplemento especial.

VILAR, A., *Debate sobre as teses*, **Voz da Unidade**, 06/08/1981, suplemento especial nº 68.

VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas 1922-1974*. São Paulo: Hucitec, 1982.

VACCA, Giuseppe. *Quale democrazia: problemi della democrazia di transizione*. Bari: De Donato, 1978.

_____. *Da Kautsky a Lukacs; da Labriola a Gramsci: due linee a confronto*. Roma: Editori Riuniti, 1985.

_____. *Antonio Gramsci: Lê sue idee nel nostro tempo*. Roma: Editrice l'Unità, 1987a.

_____. *La sinistra europea e il tema dell'egemonia*. Rinascita, 1987b.

_____. *Per una lettura dei 'Quaderni'*. Jonas, 1987c.

_____. *Gramsci e Togliatti*. Roma: Ed. Riuniti, 1991a.

_____. *Gramsci nel nostro tempo: egemonia e democrazia*. Roma: Giugno, 1991b.

_____. *Appunti su Togliatti editore delle Lettere e dei Quaderni e La politica di unità nazionale dei comunisti (1945-1949)* in **Studi Storici**, n.3, Roma, Ed. Riuniti, 1991.

_____. *L'interpretazione di Gramsci nel secondo dopoguerra*. Roma: Goethe Institut di Roma e Dipartimento di studi storici dal Medioevo all'età contemporânea, 1992a.

_____. *Sì, Togliatti 'corresse' Gramsci*, **L'Unità**, April 6, 1992b.

VALLE, Alvaro. *O Liberalismo Social - a doutrina do partido Liberal*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editorial Américo Camargo... [et al], 1992.

VAZQUEZ, A. S. *Ética*. 22.ed. – Rio de Janeiro:Ed. Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Filosofia da Praxis*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

Voz da Unidade, 19/02/1982, suplemento especial – Debate.

UNIDADE RENOVACÃO DEMOCRACIA - *Resoluções do Encontro de São Paulo pela legalidade di PCB*. São Paulo: Caetés, 1982.

VITTORIA, A., *La commissione culturale del PCI da 1948 al 1956* in **Studi Storici**, Roma, Riuniti, 1991.

ZDANOV, A., *Politica e ideologia*, Moscou, 1946.